



**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG RN**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

**Natal - 2013**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**  
**Companhia Nacional de Abastecimento – Conab**  
**SUREG RN**

**RELATÓRIO DE GESTÃO – EXERCÍCIO 2012**

Relatório de Gestão do exercício de 2012 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63 de 1º de setembro de 2010, das DN TCU nº 119 de 18 de janeiro de 2012 e nº 121 de 13 de junho de 2012, da Portaria TCU nº 150 de 3 de julho de 2012 e Portaria CGU nº 133 de 18 de janeiro de 2013.

**SUREG RN**

**Natal - 2013**

## Sumário

<b>Lista de Siglas.....</b>	<b>4</b>
<b>Lista de Quadros.....</b>	<b>5</b>
<b>Lista de Figuras.....</b>	<b>6</b>
<b>Lista de Gráficos.....</b>	<b>6</b>
<b>Lista de Tabelas.....</b>	<b>6</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>7</b>
<b>1. INFORMAÇÕES BÁSICAS.....</b>	<b>9</b>
1.1. Informações gerais sobre a UJ.....	9
1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos.....	15
<b>2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO.....</b>	<b>21</b>
2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão.....	21
2.2. Análise sobre o Ambiente de Negócios.....	26
<b>3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA.....</b>	<b>28</b>
3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção.....	28
3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda.....	29
3.2.1. Programas de Aquisições do Governo Federal – AGF.....	29
3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra).....	29
3.2.5. Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar.....	29
3.2.6. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.....	30
3.3. Principais Indicadores de desempenho.....	34
<b>4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO.....</b>	<b>35</b>
4.1. Análise das principais ações ligadas à venda.....	35
4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção.....	35
4.2.2. Venda em Balcão.....	35
4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP.....	36
4.3. Principais indicadores de desempenho.....	37
<b>6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....</b>	<b>38</b>
6.1. Armazenagem de Produtos Agrícolas.....	38
<b>7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO.....</b>	<b>39</b>
7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab.....	39
7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos.....	49
7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos.....	51
7.4. Principais indicadores de desempenho.....	53
<b>8. GESTÃO TECNOLÓGICA.....</b>	<b>54</b>
8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	54
<b>9. GESTÃO ESTRATÉGICA.....</b>	<b>55</b>
9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão da Estratégica da empresa.....	55
<b>11. GESTÃO DE PESSOAS.....</b>	<b>56</b>
11.1. Alocação de serviços.....	57
11.2. Comunicação na Instituição.....	59
11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho.....	61
11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem.....	61
11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab.....	63
11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	69
11.7. Previdência Complementar (Cibrius).....	70
<b>12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL.....</b>	<b>71</b>
12.1. Programas e Ações do PPA.....	71
12.2. Restos a Pagar.....	78

---

12.5. Demonstrações contábeis.....	79
12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	79
12.8. Parecer da Auditoria Independente.....	80
<b>13. GOVERNANÇA E CONTROLES.....</b>	<b>80</b>
13.1. Controle Interno da UJ.....	80
13.3. Auditoria Interna.....	82
<b>Resultados e Conclusões.....</b>	<b>89</b>
<b>ANEXO I – Demonstrações Contábeis.....</b>	<b>90</b>

**Lista de Siglas**

SUREG	Superintendência Regional
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
UJ	Unidade Jurisdicionada
MOC	Manual de operações da CONAB
NOC	Normas da Organização
PRORE	Procuradoria Regional
GEOSE	Gerência de Operações e Suporte Estratégico
GEFAD	Gerência de Finanças e Administração
SEOPI	Setor de Operações de Programas institucionais de Abastecimento
SEGEO	Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta
UA	Unidade Armazenadora
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
BSC	Balanced Score Card
PGPM	Política de Garantia dos Preços Mínimos
CDAF	Compra Direta da Agricultura Familiar
CPR	Cédula do Produtor Rural
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
AGF	Aquisição do Governo Federal
VEP	Valor para Escoamento de Produto
PEP	Prêmio para Escoamento de Produto
REFAP	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de produtos básicos
SICAF	Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores
CIBRIUS	Instituto de Seguridade Social da CONAB
RN	Rio Grande do Norte
PAANeT	Aplicativo usado na emissão de projetos do PAA para a CONAB
SICARM	Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras
PEPRO	Prêmio Equalizador pago ao produtor
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
DIRAB	Diretoria de Operações e Abastecimento
REDIR	Reunião de Direção
IN	Instrução Normativa
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
GEFIS	Gerência de Fiscalização
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
SUFIS	Superintendência de Fiscalização
PPA	Plano Plurianual
PAAS	Plano de Ação para Agropecuária Sustentável
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento
CIC	Chat IntraChat
PIDGIN	Chat interno da CONAB
COPRI	Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional
PDVI	Plano de Demissão Voluntária Incentivada
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
AUDIN	Setor de Auditoria Interna da CONAB
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
UG	Unidade de Gestão
CFP	Companhia de Financiamento da Produção
BNB	Banco do Nordeste do Brasil
BB	Banco do Brasil

CGEA	Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias
SIAUDI	Sistema de Auditoria Interna
CI	Comunicação Interna
CONAD	Conselho de Administração da CONAB
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno

### Lista de Quadros

I	Identificação da Unidade Jurisdicionada	9
II	Comparativo de perdas da produção agrícola – RN 2011/2012	22
III	Contratação de bens e serviços	24
IV	Empresas privadas prestadora de serviços análogos ao da CONAB	28
V	Principais Clientes do Setor Público – Armazenagem	28
VI	Demonstrativo de Comercialização de PEP Sisal	29
VII	Demonstrativo de pagamento de Subvenções	30
VIII	Aquisições por meio de CPR – Estoque (MDA)	31
IX	Aquisições por meio de CPR – Doação Simultânea	32
X	As dez maiores operações com a CPR- Doação/RN – MDS	32
XI	Atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional – MDS/CONAB	33
XII	Recursos dispendidos por instrumento e origem	33
XIII	Demonstrativo das Vendas em Balcão	36
XIV	Oferta de Milhos em Grãos – Modalidade VEP 2011/2012	36
XV	Dez maiores operações de VEP – Destino	36
XVI	Demonstrativo Geral das Aquisições, Vendas e Subvenções	37
XVII	Resultado dos Serviços de Armazenagem	39
XVIII	Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns	40
XIX	Localização das Unidades Armazenadoras	41
XX	Posição dos Estoques públicos armazenados em Unidades Próprias do RN	41
XXI	Necessidade de investimento – Reforma/manutenção e equipamentos na UA Natal Caiapós	42
XXII	Necessidade de investimento – Reforma/manutenção e equipamentos na UA Natal	43
XXIII	Necessidade de investimento – Reforma/manutenção e equipamentos na UA Assu	43
XXIV	Necessidade de investimento – Reforma/manutenção e equipamentos na UA Caicó	44
XXV	Necessidade de investimento – Reforma/manutenção e equipamentos na UA Currais Novos	45
XXVI	Necessidade de investimento – Reforma/manutenção e equipamentos na UA Mossoró	45
XXVII	Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras	46
XXVIII	Investimentos Previstos 2014	46
XXIX	Investimentos Previstos 2015	47
XXX	Capacidade estática de Armazenagem x Demanda	48
XXXI	Demonstrativo das Perdas em Armazenagem	51
XXXII	Demonstrativo das Remoções Contratadas – Milho em grãos – 2012	52
XXXIII	Distribuição dos empregados da UJ	57
XXXIV	Número de empregados por situação contratual	58
XXXV	Empregados cedidos a outros órgãos pela SUREG/RN	59
XXXVI	Número de treinandos 2012	62
XXXVII	Relação de cursos realizados na SUREG/RN em 2012	63
XXXVIII	Força de trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2012	63
XXXIX	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ	64
XL	Estrutura dos cargos em comissão e funções gratificadas da UJ	64

XLI	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária	65
XLII	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade	66
XLIII	Composição do Quadro de estagiários	66
XLIV	Quadro de custos de pessoal no exercício de referencia e nos dois anteriores	67
XLV	Encargos Sociais	67
XLVI	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva	68
XLVII	Identificação da Unidade (Entidade)	70
XLVIII	Contribuições pagas pelos empregados da CONAB RN – 2012	70
XLIX	Contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012	70
L	Demonstrativo de benefícios pago pelo CIBRIUS – 2012	71
LI	Ações orçamentárias da UJ	71
LII	Demonstrativo de pesquisas realizadas no Rio Grande do Norte -2012	74
LIII	Comparativo de área (ha), produtividade (kg/ha) e produção (t) – Safra 2012 – Grãos e algodão em caroço	74
LIV	Comparativo de área (ha), produtividade (kg/ha) e produção (t) – Safra 2012 – Cana de açúcar	75
LV	Estimativa de produção de açúcar e etanol – Safra 2012	75
LVI	Ações de outros órgãos , executadas pela UJ	77
LVII	Detalhamento da Despesa – MDS/MDA	77
LVIII	Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	78
LIX	Imóveis de propriedade da UJ – 2011/2012	79
LX	Avaliação do Sistema de Controle Interno da UJ	80
LXI	Descrição das categorias	87
LXII	Balanço Patrimonial	90
LXIII	Demonstração dos Fluxos de Caixa	92
LXIV	Demonstração do Resultado do Exercício	93
LXV	Demonstração do Valor Adicionado	94
LXVI	Demonstração das mutações do Patrimônio Líquido	95

### Lista de Figuras

1	Mapa Estratégico Corporativo – 2003	47
2	Localização geográfica dos Armazéns Cadastrados no RN	48

### Lista de Gráficos

1	Percentual das recomendações por ação auditoria/2012	86
2	Quantidade de recomendações por tipo	87
3	Quantidade de recomendações por categoria	88
4	Recomendações por subcategoria	88

### Lista de Tabelas

1	Relatório de auditoria do exercício de 2012	86
---	---	----

## Introdução

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, no Estado do Rio Grande do Norte (Sureg-RN), relativo ao exercício de 2012, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU nº 63, de 1.º de setembro de 2010, Decisão Normativa – TCU n.º 119 de 18 de janeiro de 2012, e da Portaria TCU n.º 150, de 3 de julho de 2012 e da Portaria CGU nº 133, de 22 de janeiro de 2013.

O Plano Plurianual, a Lei Orçamentária Anual e a Lei de Responsabilidade Fiscal direcionam o foco da gestão para a qualidade dos serviços públicos – em consonância com o princípio constitucional da eficiência da Administração Pública –, para a transparência na utilização dos recursos orçamentários, planejamento e controle das atividades finalísticas dos órgãos públicos. Destarte, ao elaborar o Relatório de Gestão 2012, a Sureg-RN objetiva apresentar os dados e instrumentos suficientes e atualizados, para orientar o gestor público na sua tomada de decisões no curto prazo e no planejamento das ações futuras para uma Gestão Corporativa eficiente, eficaz e efetiva, quanto ao gerenciamento dos recursos administrativos, de recursos humanos e, principalmente, quanto a logística para a formação de estoques públicos; formação e garantia de preços mínimos dos produtos agrícolas; e acompanhamento da produção agrícola.

Além de fornecer os subsídios mencionados em benefício da administração dos gestores da Conab, o Relatório de Gestão da Sureg-RN, visa informar aos Controles Interno e Externo do Governo Federal acerca dos resultados das atividades administrativas, de recursos humanos e finalísticas, em suas dimensões quantitativas e qualitativas.

Em sua dimensão quantitativa, o Relatório de Gestão discrimina o *quantum* das dotações orçamentárias destinadas à Conab e à Sureg-RN, bem como as suas execuções no exercício financeiro de 2012.

Na dimensão qualitativa, o Relatório de Gestão evidencia os percentuais de participação da Conab e da Sureg-RN em cada uma das ações dos programas executados pela Conab, além de evidenciar os indicadores de desempenho, as variações percentuais ocorridas na execução física e financeira no decorrer dos exercícios de 2010 a 2012.

As atividades desenvolvidas durante os exercícios sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2012-2015 e nos Planos Internos da Conab.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, no âmbito da Sureg-RN, para cumprir sua missão institucional: **“contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento”**.

A seguir estão indicados os itens requeridos pela Parte C da Decisão Normativa TCU nº 119/2012 e Art 4º da Decisão Normativa nº 121/2012 que não constam no presente documento, assim como a correspondente justificativa:

	Descrição	Justificativa
<b>I. Informações Básicas</b>		
1.1	Nome do auditor independente	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Descrição e composição da estrutura de governança corporativa	Não se aplica à natureza jurídica da UJ
	Membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Diretoria Colegiada, Presidente, Diretor de Operações e Abastecimento, Diretor de Política Agrícola, Diretor Administrativo, Diretor Financeiro, Auditor interno e Ouvidor	Não se aplica à natureza jurídica da UJ

<b>3. Sustentação de Renda</b>		
3.2.2	Contratos de Opção de Venda	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
3.2.4	Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa.	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
<b>4. Promoção do Abastecimento</b>		
4.2.1	Venda em Leilão Público	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
<b>5. Articulação e Organização do Abastecimento</b>		
5.1	Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - Prohort	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
5.2	Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
<b>6. Prestação de Serviços</b>		
6.2	Leilões de Terceiros	Não se aplica à natureza jurídica da UJ, a informação será apresentado somente no Relatório da Matriz
6.3	Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de classificação de produtos agrícolas	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
6.4	Principais indicadores de desempenho	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício.
<b>10- Geração e Difusão de Informações</b>		
10.1 – Análise dos principais resultados do projeto Siga Brasil - Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz)		
<b>12. Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil</b>		
12.3	Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
12.4	Transferências mediante Convênio	Não há conteúdo a ser declarado no referido exercício
12.6	Composição dos Investimentos da Empresa	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
12.8	12.8. Parecer da Auditoria Independente	Informação centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz
<b>13. Governança e Controles</b>		
13.2	Deliberações do TCU e CGU	Não há conteúdo a ser declarado.

## INFORMAÇÕES CUSTOMIZADAS DA CONAB

### 1 – Informações Básicas

#### 1.1 – Informações Gerais sobre a UJ

**Informações gerais sobre a UJ contemplando, no mínimo: identificação da empresa (nome, CNPJ, natureza jurídica e vinculação ministerial); endereço da Companhia Nacional de Abastecimento (sede); nome e período de gestão dos principais responsáveis; código e nome das unidades gestoras e gestões no SIAFI.**

#### Quadro I - Identificação da Unidade

Poder e Órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA		Código SIORG: 14
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação completa: Companhia Nacional de Abastecimento		
Denominação abreviada: Conab		
Código SIORG: 087230	Código LOA: Não se aplica	Código SIAFI: 135457
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Empresa Pública		CNPJ: 26.461.699/0373-43
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84.11-6.00
Telefones/Fax de contato: (84) 4006.7629		
Endereço Eletrônico: rn.sureg@conab.gov.br		
Página da Internet: <a href="http://www.conab.gov.br">http://www.conab.gov.br</a>		
Endereço Postal: Avenida Jerônimo Câmara, nº 1814 – Bairro de Lagoa Nova, Natal/RN CEP: 59.060-300		
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, foi constituída nos termos do art. 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. É uma empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. O seu Estatuto Social foi aprovado pelo Decreto nº 99.994, em 26 de dezembro de 1990.		
A Superintendência Regional do Rio Grande do Norte – Sureg/RN é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada conforme Ata da 74ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Conab realizada em 22 de setembro de 1998.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991		
Lei nº 9.973, de 29 de maio de 2000		
Decreto nº 3.855, de 03 de julho de 2001		
Estatuto Social		
Regimento Interno		
Processos Internos		
Manuais e publicações relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada		
Manual de Operações da Conab – MOC		
Normas da Organização – NOC		
Regulamento Simplificado de Compra e Venda de Produtos		

<b>Nome e Período de Gestão dos Principais Responsáveis</b>		
<b>Superintendência Regional - RN</b>		
<b>Superintendente:</b> João Maria Lúcio da Silva ( 01/11/2011 a 31.12.2012)		
<b>Gerentes de Área</b>		
<b>GERÊNCIA DE OPERAÇÕES E SUPORTE ESTRATÉGICO – GEOSE</b>		
<b>Gerente:</b> Eliomar Gomes Pinheiro - ( 03/11/2011 a 31.12.2012 )		
<b>GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO – GEFAD</b>		
<b>Gerente:</b> Antônio Carlos Bomfim - ( 06/05/2003 a 31.12.2012 )		
<b>Gerentes de Unidades Armazenadoras:</b>		
<b>UA. Assu</b> – José Onildo de Araújo ( 12/03/2012 a 31.12.2012)		
<b>UA. Currais Novos</b> – Paulo Vieira Confessor – (06.03.2007 a 31.12.2012)		
<b>UA. Mossoró</b> – Kerginaldo da Costa ( 12.03.2012 a 31.012.2012)		
<b>UA. Caicó</b> – João dos Santos - ( 24.02.2011 a 31.12.2012)		
<b>UA. Natal</b> – Caiapós – Zozimara Silva Santos - ( 01.02.2012 a 31.12.2012)		
<b>UA. Natal</b> – Jerônimo Câmara – Marcos Félix da Silva – (10.12.2009 a 31.12.2012)		
<b>Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>	<b>Título Resumido</b>
135457	Superintendência Regional do Rio Grande do Norte	Conab Sede Sureg Rio Grande do Norte
135119	Unidade Armazenadora de Natal	UA Natal
135138	Unidade Armazenadora de Mossoró	UA Mossoró
135139	Estoque Regulador	Unid. Estoque Estratégico/RN
135140	Núcleo estoque Regulador/RN - PGPM	Núcleo PGPM RN
135448	Mercado de Opções/ Rio Grande do	MO / Rio Grande do Norte
135533	Unidade Conab PAA Rio Grande do Norte	PAA/Rio Grande do Norte
135534	Unidade Armazenadora de Açú	UA Assu
135567	Unidade Armazenadora de Currais Novos	UA Currais Novos
135568	Unidade Armazenadora Natal - Caiapós	UA Natal - Caiapós
135611	Unidade Armazenadora de Caicó	UA Caicó
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>		
<b>Código SIAFI</b>	<b>Nome</b>	
<b>22211</b>	<b>Companhia Nacional de Abastecimento</b>	
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>		
<b>Código SIAFI da Unidade Gestora</b>		<b>Código SIAFI da Gestão</b>
135457–135119–135138–135139–135140–135448–135533–135534–135567–135568–135611		<b>22211</b>

## Estrutura Organizacional

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração, com as seguintes competências:

➤ À Superintendência Regional – Sureg, subordinada hierarquicamente à Presidência, e funcionalmente às respectivas Diretorias, na sua jurisdição, compete:

- I. Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- II. Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e buscar novos negócios;

III. Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;

IV. Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas;

V. Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia;

➤ À Procuradoria Regional – Prore, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria-Geral, compete:

I - Prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Conab;

II - Elaborar procurações e escrituras; examinar, aprovar e cancelar as minutas de contratos, distratos, convênios, ajustes, acordos e editais, em que a Conab seja parte ou interveniente e promover a permanente atualização dos respectivos registros;

III - Representar a Conab, em juízo ou fora dele, nos assuntos de sua competência;

IV - Propor e ajuizar as ações de cobrança e outras de interesse da Conab;

V - Zelar pela uniformidade de entendimentos e observância aos critérios e normas adotados pela Conab e à legislação pertinente;

VI - Analisar e emitir pareceres sobre os processos administrativos, operacionais, licitatórios de aquisição, alienação de bens patrimoniais e contratação de serviços;

➤ À Gerência de Operações e de Suporte Estratégico - Geose, subordinada à Superintendência Regional, compete:

I - Promover, por intermédio de seus setores, as atividades relacionadas ao:

a) desenvolvimento empresarial;

b) apoio à logística e gestão da oferta;

c) operações de estoques e comerciais;

d) Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.

a) Ao Setor de Operações de Programas Institucionais de Abastecimento – SEOPI, subordinado à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico, compete:

I - Participar da definição de metas e indicadores de desempenho da Superintendência e da avaliação de suas atividades;

II - Subsidiar a área de Logística e Gestão Empresarial com informações que possibilitem estudos de viabilidade econômico-financeira e social, com vistas à abertura, reforma, modernização ou ao encerramento de Unidades Armazenadoras;

III - Controlar, vistoriar e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;

IV - analisar e emitir pareceres nos processos de baixa contábil de perdas de mercadorias integrantes dos estoques governamentais, próprios e de terceiros;

V - Executar as operações de controle e movimentação dos estoques, conforme diretrizes estabelecidas;

VI - Executar a vistoria das Unidades Armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;

VII - Controlar e acompanhar as aplicações das tarifas de armazenagem e planilhas de custos relativas aos fretes contratados;

VIII - Fiscalizar obras e serviços de construção e manutenção dos imóveis próprios ou sob sua administração;

IX - Subsidiar a Matriz nas tarefas de elaborar projetos, levantar, quantificar, especificar e orçar os serviços necessários à recuperação, adequação e modernização das bases físicas;

X - Promover a contratação das Unidades Armazenadoras de terceiros, consoante os

normativos específicos;

XI - Orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das Unidades Armazenadoras próprias;

XII - Acompanhar e supervisionar o controle quantitativo e qualitativo dos estoques;

XIII - Conferir a documentação operacional, fiscal e contábil emitida pelas Unidades Armazenadoras próprias.

XIV - Executar as operações de aquisição dos pequenos produtores;

XV - Acompanhar as operações comerciais efetuadas pela Companhia, adotando as medidas que lhe forem pertinentes;

XVI - Proceder à aquisição e venda dos produtos relativos aos estoques governamentais e aos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento, de acordo com as demandas da Matriz e da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta, emitindo os respectivos documentos fiscais;

XVII - Manter atualizado o cadastro de clientes institucionais;

XVIII - Acompanhar e controlar, sob orientação da Matriz, as operações de Prêmio para Escoamento de Produto - PEP, Valor para Escoamento de Produto – VEP, Prêmio para Escoamento da Produção – PEB e outros instrumentos de incentivo à comercialização que forem criados pela Companhia;

XIX - Participar de estudos relativos à composição e decomposição de preços, aos preços mínimos e à fixação de margens de comercialização, com a participação da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta;

XX - Controlar e supervisionar as operações de entrega de produtos comercializados em Bolsas de Mercadorias;

XXI - efetuar o levantamento das necessidades e executar as vendas programadas relativas aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

XXII - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das unidades de comercialização;

XXIII - acompanhar os níveis de preços no atacado e varejo dos produtos básicos, destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

XXIV - controlar os estoques de produtos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

XXV - manter atualizado o cadastro de fornecedores.

b) Ao Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta – Segeo, subordinado à Gerência de Desenvolvimento e Suporte Estratégico, compete:

I - coletar os preços dos produtos agrícolas regionais, dos insumos e dos fretes, repassando-os sistematicamente à área de Logística e Gestão Empresarial da Matriz;

II - acompanhar e analisar sistematicamente os níveis de estoques de produtos agrícolas, para subsidiar as possíveis intervenções no mercado pela Companhia;

III - acompanhar os mercados dos complexos agropecuários, fornecendo informações gerenciais, para subsidiar os estudos desenvolvidos pela Matriz;

IV - prestar informações, ao público externo, sobre as normas específicas de produtos agrícolas e outros assuntos do Manual de Operações da Conab– MOC;

V - proceder a levantamentos de safras agrícolas e de informações acerca de estoques privados, conforme orientação da Matriz;

VI - participar de estudos relativos à composição e decomposição de preços, aos preços mínimos e à fixação de margens de comercialização, com a participação da área de Operações Comerciais;

VII - manter banco de dados com informações de preços, produção, produtividade e outros indicadores da agropecuária, com vistas a subsidiar a área de Logística e de Gestão Empresarial da Matriz.

➤ À Gerência de Finanças e Administração – Gefad, subordinada à Superintendência Regional, compete:

I - promover, por intermédio de seus setores, as atividades relacionadas a:

a) administração de recursos humanos, material, patrimônio, seguro, desenvolvimento e capacitação de pessoal e modernização administrativa;

b) telecomunicações, documentação e serviços gerais;

c) execução contábil, tributária, fiscal, orçamentária e financeira.

a) Ao Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - Seade, subordinado à Gerência de Finanças e Administração – Gefad, compete:

I - executar as atividades referentes à tecnologia da informação, observando o princípio de integração corporativa de *softwares*, sistemas e equipamentos;

II - elaborar, com as demais áreas, a proposta orçamentária da Superintendência, de acordo com os procedimentos definidos pela área de Logística e Gestão Empresarial;

III - analisar e emitir pareceres sobre a aquisição e recuperação de equipamentos e instalações, considerando a disponibilidade orçamentária e financeira;

IV - preparar os dados necessários à elaboração da folha de pagamento, guias de recolhimento de encargos legais, extinção e rescisão contratual outros de natureza similar;

V - analisar e emitir parecer sobre pedidos de transferência de empregados, observando os normativos vigentes;

VI - executar e controlar as atividades de recrutamento, seleção, admissão, demissão e avaliação de pessoal;

VII - controlar e manter atualizados os dados cadastrais e os registros funcionais dos empregados das áreas vinculadas, zelando pela sua guarda;

VIII - manter o controle do registro de frequência, escala de férias e licenças de qualquer natureza e cessão dos empregados;

IX - executar o controle das atividades de estágios supervisionados;

X - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

XI - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;

XII - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;

XIII - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;

XIV - subsidiar a área Jurídica nas ações trabalhistas e atuar como preposto, quando necessário;

XV - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz;

XVI - proceder à aquisição, ao recebimento, à conferência, guarda e distribuição de materiais permanentes e de consumo;

XVII - examinar e preparar a documentação para formação de processos de pagamento das aquisições de serviços, materiais permanentes e de consumo;

XVIII - executar e controlar as atividades relacionadas à administração de bens patrimoniais, realizando os respectivos inventários físicos, providenciando regularização e propondo destinação;

XIX - executar, controlar e acompanhar as atividades de apoio administrativo relacionadas à reprografia, ao protocolo, ao arquivo, às telecomunicações e a outros de natureza análoga;

XX - adotar as providências necessárias à publicação de extratos de contratos, convênios

e outros instrumentos legais;

XXI - executar, controlar e acompanhar as atividades de segurança, limpeza, conservação e jardinagem;

XXII - controlar a utilização, manutenção, o licenciamento e os custos operacionais dos veículos próprios. Propondo aquisição e alienação, quando for o caso;

XXIII - promover a execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e instalações das áreas da Sede;

XXIV - executar e acompanhar as atividades relacionadas a deslocamentos a serviço;

XV - elaborar os contratos advindos da Comissão de Licitação;

XVI - executar e acompanhar os contratos de prestação de serviços relativos às áreas de atuação, emitindo a documentação pertinente. Avaliar sistematicamente as bases contratuais, sobretudo nos aspectos de preço, qualidade e prazo, propondo, quando necessário, a renegociação ou o cancelamento dos instrumentos;

XVII - executar e controlar as atividades relativas aos seguros contratados, acompanhando os casos de sinistros e instruindo os processos decorrentes.

b) Ao Setor Contábil e Financeiro – Secof, subordinado à Gerência de Finanças e Administração, compete:

I - preparar e encaminhar as solicitações de créditos orçamentários e providenciar a descentralização para as demais áreas gestoras da Sureg;

II - emitir pré-empenhos e notas de empenho para despesas, aquisições, contratos operações realizadas pela Sureg, de acordo com as respectivas classificações orçamentárias;

III - acompanhar a execução orçamentária, verificando a liquidação dos empenhos, procedendo ao cancelamento e/ou reforço dos empenhos, de acordo com as necessidades e justificativas apresentadas;

IV - conferir, controlar e registrar toda a documentação relativa a contratos e convênios e aos programas governamentais executados pela Sureg, encaminhando-a para pagamento e/ou demais providências cabíveis;

V - apropriar as ações contábeis do recebimento de recursos financeiros na Sureg. Executar o controle financeiro de operações, preparar e acompanhar o orçamento de caixa;

VI - elaborar a programação financeira e preparar ordens bancárias para pagamentos diversos. Conferir, lançar e controlar, diariamente, o movimento financeiro e os saldos bancários;

VII - conferir e controlar os adiantamentos de viagens e as respectivas prestações de contas;

VIII - proceder à guarda de valores, representados por moeda corrente ou sob a forma de títulos e efetuar o seu controle;

IX - controlar e efetuar a cobrança dos créditos representados por duplicatas, títulos e outros documentos;

X - manter atualizadas as contas a pagar, controlar o nível de endividamento da Sureg e propor medidas corretivas cabíveis;

XI - elaborar e manter atualizados os cadastros das empresas que transacionam com a Companhia;

XII - conciliar e analisar os saldos das contas de ativo e passivo de suas unidades gestoras;

XIII - executar os registros contábeis relativos aos documentos que representam os atos e fatos da Sureg, efetuando a conformidade contábil diária relativa às suas unidades gestoras;

XIV - controlar a emissão de senhas para acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira – Siafi e manter atualizado o Rol de Responsáveis das unidades gestoras da

Sureg;

XV - conferir e registrar os demonstrativos de resultados de inventários de mercadorias relativos às Unidades Armazenadoras;

XVI - acompanhar e orientar a aplicação das legislações fiscal e tributária;

XVII - executar, acompanhar e controlar a escrituração dos livros fiscais, relativa a todas as transações comerciais efetuadas;

XVIII - providenciar a apuração e o recolhimento dos impostos e tributos devidos, e efetuar as conciliações mensais, observando a legislação pertinente;

XIX - acompanhar e subsidiar a defesa da Companhia, em casos de autuações fiscais e protestos;

XX - manter atualizados o registro da Companhia no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, a Inscrição Estadual, os alvarás e outros documentos reguladores de seu funcionamento.

➤ À Unidade Armazenadora – UA, subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional, e funcionalmente às Gerências de área, compete:

I - receber, classificar, conferir, processar, conservar e expedir produtos armazenados pela Companhia;

II - executar o controle físico, qualitativo e quantitativo dos produtos armazenados sob sua responsabilidade;

III - zelar pela segurança física dos produtos e das instalações sob sua responsabilidade;

IV - realizar o cadastramento de clientes e fornecedores, segundo os critérios estabelecidos;

V - manter contatos sistemáticos, conforme orientação da Sureg, com entidades públicas e privadas, ligadas ao segmento agropecuário para identificar antecipadamente soluções de problemas relacionados com o setor, na localidade de atuação da Unidade;

VI - proceder à coleta de preços de produtos agrícolas, insumos e frete, conforme orientação da Sureg;

VII - emitir e controlar a documentação pertinente às suas atividades, de acordo com os dispositivos legais e as normas internas;

VIII - cumprir e fazer cumprir as metas operacionais e financeiras fixadas pela Matriz.

## **1.2. Planejamento Estratégico e seus principais Macroprocessos**

**Breve análise sobre o planejamento estratégico da Empresa, contemplando os principais aspectos de seu Mapa Estratégico.**

O Planejamento Estratégico da Conab, concebido em 2003, objetivou capacitar a Companhia para novos desafios, no sentido de atender as demandas do governo federal à época. Foi utilizada a metodologia do Balanced Scorecard-BSC para o seu desenvolvimento, que ocorreu de forma compartilhada, envolvendo equipes de líderes da Matriz (Diretoria Colegiada, Superintendentes e Coordenadores de áreas da Presidência) e das Regionais (10 Superintendentes Regionais), além de alguns gerentes, assessores e técnicos, que compuseram as equipes de Desenvolvimento e Multiplicadores durante o processo de implantação.

Os principais produtos gerados foram o Mapa Estratégico Corporativo, a nova declaração de missão e visão e a proposta de valor aos diferentes públicos-alvo da Companhia.

Estruturado em cinco perspectivas – excelência organizacional interna, integração, financeira, processos internos e sociedade, as quais englobam um conjunto de objetivos estratégicos que retratam os principais desafios a serem enfrentados pela organização no alcance de sua visão de futuro e no cumprimento de sua missão institucional, esse Mapa buscou traduzir a estratégia organizacional, assim como criar um referencial comum e de fácil compreensão para unidades e

servidores.

Aprovado o planejamento em 2004, nos dois anos subsequentes houve um esforço para implementação das estratégias definidas para o horizonte de cinco anos (2005 a 2008), com a definição de metas, apuração de indicadores, monitoramento de resultados, designação de responsáveis por projetos e reuniões de análises estratégicas com as lideranças da Conab.

No entanto, a partir de 2007, com a mudança na alta direção, o planejamento estratégico foi descontinuado, assim como foram desconstituídos os grupos formados para seu acompanhamento.

Por força do Acórdão da 2.<sup>a</sup> Câmara do TCU, n.º835/2011, alertando a Companhia sobre a necessidade de retomada do planejamento estratégico, em virtude dos riscos de gestão decorrentes da falta de utilização desse instrumento, foi criado, em 2011, grupo de trabalho com a finalidade de resgatar o processo de planejamento. Dentre as recomendações apresentadas pelo grupo, foi proposta a criação de uma unidade orgânica específica para a elaboração e execução do planejamento estratégico, vinculada administrativamente à Presidência e hierarquicamente ao Conad, além da contratação de uma consultoria visando auxiliar a Conab na retomada e sistematização de processos internos ao planejamento estratégico.

Novo grupo de trabalho foi constituído em 2012, o qual ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos que permitiriam alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional. Como resultado, foram atualizados os objetivos e indicadores constantes do Mapa Estratégico. No entanto, embora avaliados pela Diretoria, os indicadores não chegaram a ser apurados nesse exercício, por necessitarem de ferramenta específica para seu monitoramento, não disponível em versão atualizada, e dependente de aprimoramento a ser efetuado com os produtos decorrentes da licitação a ser encaminhada.

Paralelamente, deu-se início à elaboração do Termo de Referência para contratação de empresa especializada no tema. A vencedora do certame responderá pela implantação e operação assistida da unidade de apoio à gestão integrada da estratégia. Além dos produtos previstos, espera-se que, com o apoio de consultoria especializada, haja a transferência de conhecimento, por meio de capacitações e operações realizadas no próprio ambiente de trabalho, de forma a elevar o nível de maturidade em gestão e governança na Conab e facilitar o seu desdobramento para as Superintendências Regionais.

**Figura 1 – Mapa Estratégico Corporativo - 2003**



Fonte: Conab

### Breve Análise dos Principais Macroprocessos relacionados aos setores da sociedade.

O mapeamento dos macroprocessos da Conab, permite uma visão lógica e estruturada do funcionamento interno da organização, com definição das entradas e saídas de cada macroprocesso, dos relacionamentos existentes entre eles e entre os principais públicos-alvo dos produtos e serviços da Companhia, estabelecidos sob a ótica das competências regimentais e dos resultados esperados segundo as necessidades do Estado e da sociedade.

Trata-se de elemento inovador para subsidiar os principais requisitos estratégicos para que os macroprocessos mapeados venha a suportar a estratégia estabelecida no Planejamento Estratégico, com a classificação dos graus de suficiência destes, em seu estado atual, quanto ao atendimento completo, parcial ou nulo dos requisitos estratégicos definidos.

### Macroprocesso de Sustentação de Renda

Este macroprocesso retrata o atendimento aos produtores e tem seu início demarcado pela identificação da necessidade de intervenção no mercado com o objetivo de manutenção da renda do setor. Para tanto, podem ser utilizados os instrumentos definidos no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM ou do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA. Sua execução exige constante monitoramento das condições existentes no mercado agrícola, remetendo à necessidade de alinhamento entre as diferentes instâncias de decisão, tanto internas quanto externas, envolvendo o planejamento e a decisão da intervenção.

**Público-alvo:** produtores rurais, cooperativa de produtores e associações e grupos formais ou informais de produtores.

**Família de Produtos e Serviços:** contempla instrumentos ligados à compra e à subvenção, tais como AGF, Contrato de Opção de Venda, Compra Direta da Agricultura Familiar - CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar - CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea - CPR Doação.

Os instrumentos contemplados nesse macroprocesso são de extrema importância para a performance da Sureg-RN, pois neles estão contidas as ações que dão suporte a geração de emprego e renda as populações beneficiadas pelas políticas levadas a efeito pela Conab. Contribui para a geração de informação e definição dos preços de referência, fundamentais para a definição das intervenções no mercado. Destacamos o atendimento ao escoamento de produtos através das subvenções econômicas concedidas aos arrematantes que adquirem esses produtos e escoam para as regiões de consumo. O Programa de Aquisição de Alimentos -PAA é um instrumento de destaque nas ações da Sureg-RN, pois tem contribuído sobremaneira para o desenvolvimento da agricultura familiar do Rio Grande do Norte.

### **Macroprocesso de Promoção do Abastecimento**

Este macroprocesso caracteriza-se pelo atendimento aos consumidores, desde comerciantes, agroindústrias ou pequenos criadores. Assim como no macroprocesso anterior seu início também é demarcado pela identificação da necessidade de uma intervenção por meio de vendas ou pela concessão de subvenção econômica, objetivando o escoamento de produtos das zonas de produção para áreas desabastecidas. Possui forte interface com o macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento, buscando identificar o momento e a intensidade das intervenções.

**Público-alvo:** consumidor/adquirente, diretamente ou indiretamente por meio atacadistas, agroindústria de transformação, pequenos criadores e agroindústria de pequeno porte, cooperativas de consumo, exportadores, varejistas.

**Família de Produtos e Serviços:** contempla instrumentos e serviços ligados à venda e a subvenção, tais como Vendas de Produtos com ou sem subvenção, Venda Balcão, VEP, PEP.

O Programa Vendas em Balcão contribuiu sobremaneira no atendimento aos pequenos criadores beneficiários do programa, notadamente em um ano de profunda crise gerada pela falta de chuvas na região. Apesar dos benefícios gerados, há de se destacar algumas dificuldades na operacionalização do programa, geradas pela aumento significativo de cadastros e pela falta do produto para atender ao público-alvo.

### **Macroprocesso de Articulação e Organização do Abastecimento**

Este macroprocesso envolve duas atividades atualmente desenvolvidas pela Conab no sentido de favorecer a organização do abastecimento interno: O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Eletrocortigrafar e a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos - REFAP. O primeiro foi criado com o intuito de preencher o espaço criado pela desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização - Sinac que mantinha uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais, e a Refap foi concebida com o propósito de gerar ações que promovam a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de fortalecer o comércio de pequeno porte.

**Público-alvo:** Centrais de abastecimento e similares, alvo do "Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro - PROHORT" e Varejistas de pequeno porte, conforme definições do programa REFAP (Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos).

**Família de Produtos e Serviços:** Centrais de Negócios e Portal de Informações de preços e quantidades comercializadas.

Em 2012, não houve a participação da Sureg-RN nesse macroprocesso, conforme consta na introdução.

### **Macroprocesso de Atendimento a Parceiros**

É um macroprocesso de atendimento às parcerias celebradas com outros órgãos públicos. Tem seu início demarcado pela demanda externa específica e que envolve principalmente ações de complementação alimentar e nutricional, incluindo a Ajuda Humanitária Internacional. Sua execução envolve a celebração de acordos com parceiros devido à necessidade de dotação orçamentária/financeira.

**Público-alvo:** Parceiros caracterizados por ser do Governo e por contratar os serviços da Conab, especialmente MAPA, MDS e MDA e órgãos estaduais e municipais.

**Família de Produtos e Serviços:** Aquisição para programas sociais, entrega de cestas de alimentos, merenda escolar, dentre outros.

As parcerias firmadas com os ministérios supracitados resulta num atendimento importante às famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar. A participação da Sureg-RN está detalhada no Capítulo 3.

### **Macroprocesso de Prestação de Serviços**

Envolve os serviços de armazenagem de produtos de terceiros, realização de leilões privados ou a classificação de produtos. Tem seu início demarcado a partir de demandas externas.

**Público-alvo:** União, sociedade, setor privado.

**Família de Produtos e Serviços:** Prestação de serviços de armazenagem (recepção, pesagem, secagem, limpeza, etc); prestação de serviços de classificação para terceiros; leilões com uso do Sistema Eletrônico de Comercialização-SEC.

A Sureg-RN disponibiliza a prestação de serviços de armazenagem para terceiros, porém a falta de excedente na produção agrícola impede a regional de obter resultados nesse quesito. Os serviços de armazenagem estão direcionados apenas aos estoques públicos sob a guarda e conservação das Unidades Jurisdicionadas. Também não há a prestação de serviços de classificação e os leilões ocorrem na Matriz.

### **Macroprocesso de Administração de Estoques Públicos**

É um macroprocesso de suporte à atividade de armazenagem dos estoques públicos ou de terceiros e que tem seu início demarcado pelo recebimento de produtos nas unidades operacionais da Conab. Para a operacionalização dos instrumentos da PGPM a Conab disponibiliza a relação dos armazéns cadastrados e credenciados, necessitando, ainda, para a formalização das AGF's e a execução dos Contratos de Opção de Venda a celebração de contrato de prestação de serviços. Esta atividade recebeu várias melhorias materializadas pela criação de sistemas de controle, geração eletrônica de notas fiscais e emissão de relatórios gerenciais, necessitando porém de contínuo acompanhamento e revisão face às alterações nas legislações que atuam sobre esta atividade.

Neste macroprocesso a Sureg-RN participa com sua rede de armazéns espalhados estrategicamente nas diversas regiões do estado.

### **Macroprocesso de Geração e Disseminação de Informações e Conhecimentos**

É o principal macroprocesso de sustentação da estratégia de tornar a Conab uma empresa de conhecimento retratando a atuação conjunta de toda a Companhia. É um macroprocesso que tem interfaces com todas as atividades desenvolvidas e que impacta fortemente na estratégia e no alcance da visão de futuro da Companhia, necessitando, portanto de contínua análise no sentido de identificar possíveis mudanças no ambiente de atuação da Companhia.

É caracterizado como um macroprocesso de atendimento ao público-alvo, que tem seu início demarcado tanto pela necessidade de geração de informações e conhecimentos já tradicionalmente definidos pela Companhia ou por demandas específicas de novas informações e/ou conhecimentos.

**Público-alvo:** governo, setor agrícola, agentes financeiros, imprensa especializada, instituições de ensino e pesquisa, entidades de classe, ONG, armazenadores.

**Família de Produtos e Serviços:** estudos técnicos e científicos, proposta de política agrícola, proposta de preços mínimos, informações agrícolas, avaliação de safra, custo de produção, conjuntura agropecuária, estudo de logística, Valor Bruto da Produção, IPP & IPR, PLE, análise de cadeias produtivas; mapeamento geo espacializado, séries históricas e estatísticas agrícolas. cadastro de armazéns, vistoria e informações de estoques privados, cadastro dos fornecedores, fiscalização do cadastro da cadeia produtiva da borracha natural e das operações referentes aos Programas de Subvenção, treinamento em armazenagem, informações quanto ao abastecimento social, cadastramento de empresas no SICAF (elaboração e manutenção de arquivo no SICAF).

A Sureg-RN contribui com informações para a Matriz, que proporcionam a geração dos produtos e serviços relacionados ao macroprocesso em análise. Destacamos a contribuição dada para a elaboração do custo de produção e levantamento das safras de grãos e cana-de-açúcar.

### **Principais resultados estratégicos previstos para os próximos 5 exercícios**

A Conab, como agente oficial encarregado de cuidar do abastecimento público de alimentos e matérias-primas agropecuárias, está diretamente envolvida na formulação e execução das políticas de sustentação da renda dos produtores a fim de assegurar sua capacidade de expansão, atuando, ainda, na complementação da oferta da capacidade de armazenamento; portanto, necessita estar atenta ao crescimento da produção e do comércio agrícola e programar suas atividades futuras de acordo com as perspectivas dos mercados. Ademais, procura definir políticas específicas de apoio ao pequeno agricultor familiar, de modo a assegurar que o comércio de sua produção seja rentável e que também seja preservada a continuidade de suas atividades.

Nesse sentido, as ações da Companhia, planejadas e organizadas, podem contribuir com a geração de renda e emprego, no campo e nas cidades; regularizar o abastecimento dos principais alimentos em todo o território nacional, minimizando possíveis impactos sobre a inflação; contribuir para o acesso à alimentação de uma parcela significativa da população que se encontra em situação de insegurança alimentar e nutricional; promover o uso da agrobiodiversidade, além de valorizar e resgatar hábitos alimentares regionais.

Entretanto, como decorrência de deficiências de gestão acumuladas nos últimos anos, a Companhia, hoje, apresenta problemas conjunturais e estruturais que demandam ações de reordenamento, com vistas a resgatar sua capacidade técnica e administrativa, restaurar sua imagem e proporcionar o alcance de seu pleno potencial, devendo, para tanto, priorizar 24 projetos estratégicos nas áreas de pessoal, planejamento, estrutura organizacional, armazenagem, abastecimento e geração de informação e conhecimentos.

Entre os projetos voltados para a gestão de pessoas estão a elaboração de um novo plano de cargos, carreira e salários; a criação da Universidade Corporativa da Conab; e um plano de estímulo à participação de todos os empregados no Instituto de Seguridade Social-Cíbrus. No âmbito da estratégia e estrutura organizacional, deverão ser retomadas as atividades do planejamento estratégico e realizados estudos para a modernização da organização, bem como implementada a gestão participativa na Companhia. Assim como deverá elaborar uma política para sua rede armazenadora, a Conab deverá participar da construção do Plano Nacional de Armazenagem. Os resultados almejados para a geração e disseminação de Informação e Conhecimento contarão com projetos como: definição de coeficientes acerca da capacidade de

trabalho e eficiência de campo das máquinas e implementos agrícolas; elaboração de metodologia de custos de produção para a atividade integrada agricultura-pecuária; aperfeiçoamento da metodologia de previsão da safra agrícola com uso da geotecnologia; desenvolvimento de cálculo da receita bruta dos produtores rurais brasileiros. O abastecimento social estará contemplado mediante projetos que fortaleçam a parceria nas ações voltadas à complementação alimentar, ao apoio à organização de pequenos varejistas e modernização dos mercados hortícola e frutícola, complementados com a implantação de programa de sustentabilidade nos terminais hidroviários da Amazônia.

Entende-se que os resultados desses projetos serão oportunos para efetivar as necessárias transformações na gestão e na imagem institucional da Companhia.

## **2. ANÁLISE GERAL DO AMBIENTE DE NEGÓCIOS E DE GESTÃO**

Em um mundo cada vez mais globalizado onde, praticamente, a totalidade das nações está cada vez mais suscetíveis às variações nos ambientes econômicos externos, é de vital importância para as organizações (públicas e privadas) abolir as tradicionais práticas gerenciais burocráticas, que dificultam o gerenciamento e não conseguem acompanhar a complexidade das mudanças internas e globais, e adotar práticas gerenciais modernas que objetivam assimilar e ordenar o conhecimento sobre os processos de negócios e a construção de cenários futuros, por meio da utilização de técnicas de análises de riscos e, assim reduzir o impacto das ações imprevisíveis e das previsíveis, mas de consequências não mensuráveis a princípio, caso venham a ocorrer. Contudo, de nada adianta a incorporação de práticas inovadoras de gestão se essas informações não forem repassadas aos seus parceiros, clientes e consumidores, ou seja, à sociedade para que, também, possam se proteger dos resultados advindos de crises e turbulências econômicas internas e externas.

A Conab, ao elaborar seu Mapa Estratégico Corporativo, buscou alinhar essas práticas gerenciais modernas ao Planejamento Estratégico, como pode-se observar nos seus principais macroprocessos: Sustentação de Renda; Promoção do Abastecimento; Articulação e Organização do Abastecimento; Atendimento a Parceiros; Prestação de Serviços; Administração de Estoques Públicos e Geração e Disseminação de Informações e Conhecimento.

Para a concepção dos macroprocessos a Conab avaliou, inicialmente, os seus ambientes de gestão e de negócios. O ambiente de gestão refere-se ao ambiente interno de mercado, e busca avaliar e mensurar suas forças (vantagens internas) e fraquezas (desvantagens internas), oportunidades (potencial de crescimento) e ameaças (aspectos negativos e riscos potenciais) inerentes às atividades desempenhadas pela Conab. O ambiente de negócios relaciona-se diretamente com o comportamento do mercado agrícola, cujas informações são obtidas por meio do acompanhamento e análises das principais variáveis (clima/safra/preço/mercado) que influenciam no segmento agrícola. O cenário obtido indica quais estratégias de atuação o estado (Conab) pode levar a efeito, como forma de minorar ou sanar cenários negativos.

### **2.1. Análise sobre o Ambiente de Gestão**

#### **Comportamento do mercado agrícola**

No Estado do Rio Grande do Norte predomina a agricultura familiar, notadamente o cultivo dos produtos de sequeiro, com destaque para o milho e o feijão. Essa posição é responsável pelo déficit anual de produção desses grãos, exigindo que o Rio Grande do Norte, importe, anualmente, expressivas quantidades de alimentos básicos para suprir a demanda de consumo. Outros produtos também são representativos, tais como a castanha-de-caju, mandioca, abacaxi e outros.

No ano de 2012, o estado passou pela maior estiagem dos últimos quarenta e cinco anos, esse fenômeno atingiu diretamente a atividade agropecuária da região. A escassez de chuvas é uma das características do semiárido potiguar, fato agravado ano passado e que deixou consequências

negativas para a atividade agrícola, notadamente para a população rural que desenvolve a agricultura e a criação de animais, provocando uma situação de vulnerabilidade econômica e social para um segmento importante da economia local.

As perdas dos principais produtos agrícolas cultivados em 2012, comparativamente com a safra do ano anterior, estão demonstradas no quadro abaixo e representam as culturas de subsistência do segmento de grãos (algodão em caroço, arroz, feijão, milho e sorgo), cujas perdas foram de 92,6%.

A estiagem prolongada prejudicou sobremaneira a oferta de pastagens e outras matérias primas para o processo da fenação dos vegetais destinados a alimentação dos animais, com isso os prejuízos alcançaram a produção de carnes, leite, produtos extrativistas, apicultura e outros. Neste contexto, a Sureg/RN se destacou com a oferta de milho em grãos aos pequenos produtores/criadores, oferecendo à preços subsidiados o principal insumo para a alimentação do rebanho. O quadro a seguir demonstra as perdas da produção agrícola no ano de 2012.

**Quadro II - Comparativo de perdas da produção agrícola – RN – 2011/2012**

Produto	Produção (t) Ano/Safra		Variação Percentual	Variação Absoluta (t)
	2011	2012		
Algodão em caroço	2.249	363	-83,8	-1.886
Arroz em Casca	3.331	2.158	-35,0	-1173
Feijão	33.768	1.863	-94,5	-31.905
Girassol	60	10	-83,3	-50
Mamona	103	7	-96,0	-96
Milho	49.472	2.577	-94,7	-46.895
Sorgo	20.768	1.039	-94,8	-19.729
<b>Total Grãos</b>	<b>109.026</b>	<b>8.014</b>	<b>-92,6</b>	<b>-101.012</b>
Castanha-de-caju	48.252	16.150	-60,	-32.102
Mandioca	305.168	168.550	-44,7	-136.618
Sisal	996	566	-43,1	-430
Cana-de-açúcar <sup>1</sup>	2.973.300	2.607.600	-12,3	-365.700
Tomate	11.172	4.691	-58,0	-6.481
Cera de carnaúba	1.835	1.266	-31,0	-569
Abacaxi <sup>2</sup>	107.796	93.933	-12,8	-13.863
Rebanhos bovinos <sup>3</sup>	973.683	730.262	-25,0	-243.421

(<sup>1</sup>) cana moída nas Usinas; (<sup>2</sup>) em mil frutos; (<sup>3</sup>) em números de cabeça

Fonte: Geose/Segeo-RN

### **Estratégia de atuação da Empresa - UJ**

Haja vista a natureza de suas funções institucionais, a Conab atua em diversas fases do processo de produção e abastecimento, desde a definição da política agrícola, comercialização, guarda e conservação dos estoques públicos formados pela execução dessas políticas. Trata-se, portanto, de uma empresa desenhada para, auxiliar nas proposições da política agrícola e, uma vez definida a forma de ação, cuidar do gerenciamento e execução. Por ser o Rio Grande do Norte um estado eminentemente importador de alimentos, tornam-se as ações da Conab de suma importância, vez que sua atuação dá o suporte às populações que necessitam do apoio governamental para

melhor enfrentar situações de incertezas, como exemplo, pode-se destacar o abastecimento de milho em grãos (removido das regiões produtoras) e as ações provenientes das parcerias com o Ministério de Desenvolvimento Social – MDS e Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA, no que trata da operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e da assistência às famílias que se encontram em situação de insegurança alimentar.

No campo da geração de informações, desenvolve o trabalho sistemático da conjuntura agrícola do estado, com destaque para as avaliações das safras de grãos e cana-de-açúcar, acompanhamento dos preços praticados em nível de produtor rural e atacado dos principais produtos produzidos e comercializados no Rio Grande do Norte.

### **Contratação de bens e serviços**

Para auxiliar nas suas atividades meio e finalística, a Sureg/RN dispõe, no exercício de 2012, de dezoito (18) contratos administrativos para prestação de serviços, tais como: Engenharia e medicina do trabalho; Advocacia terceirizada; Locação de veículos; Manutenção de ar condicionados; Fornecimento de combustíveis; Braçagem; Estagiários (CIEE); Passagens aéreas; Telefonia móvel; Lavagem de veículos; Locação de copiadora (reprografia); Telefonia fixa; Fornecimento de água mineral; Remanufatura de toner; Leitura do DOU e DJU; vigilância armada; e Limpeza e conservação.

Regra geral, a contratação dos serviços prestados à Sureg/RN são precedidos de licitação, preferencialmente na modalidade pregão eletrônico. Contudo, ocorreram poucas exceções a essa modalidade como o serviço especializado de advocacia, o qual foi realizado certame na modalidade tomada de preços, tipo técnica e preço. Além disso, foram realizadas algumas dispensas de licitação em decorrência da dificuldade em encontrar prestadores de serviços aptos a contratar com a Administração, seja por atuarem na informalidade ou, apesar de serem formais, não possuírem a documentação exigida para a qualificação técnica, econômica e fiscal, como foi o caso das contratações de serviços de lavagem de veículos e de fornecimento de água mineral.

Cabe salientar que em todos os casos de licitação e de dispensa do certame, todos ditames legais foram observados.

Para uma melhor visualização dos contratos em vigor na Sureg/RN em 2012, pode-se observar o Quadro III a seguir, os quais estão detalhados quinze (15) dos dezessete contratos vigentes. Os contratos de vigilância armada e limpeza e conservação estão relacionados no Quadro XLVI do item 11.5 deste Relatório.

## Quadro III - Contratação de Bens e Serviços

Unidade Contratante													
Nome: Superintendência Regional da Companhia Nacional de Abastecimento no Rio Grande do Norte													
UG/Gestão: 135457/22211							CNPJ:26.461.699/0373-43						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	1	O	21.216.000023/2012-19	10.458.505/0001-58	14/09/12	14/09/13	-	-	-	-	P	P	A
2010	2	O	21.216.000361/2010-81	05.524.644/0001-00	02/08/12	01/08/13	-	-	-	-	P	P	P
2012	3	O	21.216.000291/2012-22	10.852.157.0001-07	29/09/12	29/09/13	-	-	-	-	-	-	A
2011	4	O	21.216.00804/2011-14	40.986.937/0001-00	10/10/11	10/10/12	-	-	-	-	-	-	A
2012	5	O	21.216.00113/2012-00	05.452.665/0001-50	20/07/12	20/07/13	-	-	-	-	-	-	A
2012	6	O	21.216.000250/2012-36	06.234.467/0001-82	23/11/12	23/11/13	-	-	-	-	-	-	A
2012	7	O	21.216.000007/2012-18	61.600.839/0001-55	21/05/12	21/05/13	-	-	P	P	-	-	A
2012	8	O	21.216.000226/2012-05	05.120.923/0001-09	01/08/12	01/08/13	-	-	-	-	-	-	A
2011	9	O	21.216.000625/2011-87	33.000.118/0001-79	02/08/12	02/08/13	-	-	-	-	-	-	A
2012	10	O	21.216.000244/2012-89	05.355.624/0001-89	20/09/12	20/09/13	-	-	-	-	-	-	A
2012	11	O	21.216.000172/2012-70	05.992.017/0001-96	18/08/12	18/08/13	-	-	-	-	-	-	A
2012	12	O	21.216.000054/2012-61	33.000.118/0001-79	05/04/12	05/04/13	-	-	-	-	-	-	A
2012	13	O	21.216.000351/2012-62	40.990.509/0001-43	14/12/12	14/12/13	-	-	-	-	-	-	A
2011	14	O	21.216.000980/2011-56	06.007.909/0001-58	10/04/13	10/04/14	-	-	-	-	-	-	P
2008	15	O	21.216.000236/2008	08.585.826/0001-71	06/10/12	06/10/13	-	-	-	-	-	-	P
2011	16	O	21.216.000625/2011-87	33.530.486/0001-29	05/04/13	04/04/14	-	-	-	-	-	-	P

**Observações:**

**LEGENDA**

**Área:**

- Engenharia e medicina do trabalho;
- Advocacia terceirizada;
- Locação de veículos;
- Manutenção de ar condicionados;
- Fornecimento de combustíveis;
- Braçagem;
- Estagiários (CIEE);
- Passagens aéreas;
- Telefonia móvel;
- Lavagem de veículos;
- Locação de copiadora (reprografia);
- Telefonia fixa;
- Fornecimento de água mineral;
- Remanufatura de toner;
- Leitura do DOU e DJU;
- Telefonia fixa.

**Natureza:** (O) Ordinária; (E) Emergencial.

**Nível de Escolaridade:** (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

**Situação do Contrato:** (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

**Quantidade de trabalhadores:** (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

## Fatores de risco e sua gestão no exercício em análise e para os próximos dois exercícios

Para que a gestão da Sureg/RN possa obter os melhores resultados, nas dimensões de eficiência, eficácia, efetividade e economicidade da Administração, é necessário conhecer os riscos inerentes das etapas de cada uma de suas atividades e buscar eliminá-los, se possível, ou tentar reduzir ao máximo os seus efeitos nas operações meio e finalísticas.

Os fatores a seguir enumerados, verificados no exercício de 2012, foram os mesmos detectados em exercícios anteriores – e enumerados nos Relatórios de Gestão anteriores – podem trazer riscos à gestão da Sureg/RN caso não sejam implementadas medidas saneadoras, quais sejam: 1- a não implementação das ações estratégicas, descritas no Mapa Estratégico da Conab e detalhadas no seu Planejamento Estratégico; 2- insuficiência de pessoal qualificado em algumas áreas, como fiscal/tributário, recursos humanos, armazenagem, rotinas e cálculos trabalhistas; 3- idade avançada da maioria dos empregados; 4- inexistência de critérios técnico/gerenciais para ocupação de funções gratificadas; e 5- falta de planejamento e insuficiência de recursos financeiros para a recuperação e modernização da rede armazenadora.

Os riscos (ou ameaças) mais relevantes que a Sureg/RN incorre com a não implementação das medidas anteriormente descritas possuem potencial de paralisar ou reduzir a execução das ações finalísticas da Sureg/RN e, ainda, reduzir as suas vantagens e aumentar as desvantagens internas são: 1- a perda das informações adquiridas ao longo do tempo, caso não ocorra a renovação do quadro de pessoal, haja vista a maioria dos empregados (mais antigos) possuir idade avançada e muitos desses poderão aposentar-se e pedir dispensa da Companhia; 2- depreciação acelerada dos armazéns da Conab, caso não haja destinação de recursos para a recuperação e modernização da rede armazenadora e, em razão disso, paralisar ou suspender programas de governo; 3- manutenção de práticas gerenciais burocráticas, caso não ocorra a implementação de um plano gerencial, que contemple a investidura de técnicos capacitados nas funções de chefia; 4- a ausência de avaliação das políticas públicas levadas a efeito pela Conab, objetivando medir o grau de eficiência, eficácia e efetividade dos programas, dificulta a tomada de decisões que visem o aperfeiçoamento e o redirecionamento dos objetivos; 5- contratação de pessoal para setores específicos.

Entretanto, para minimizar os efeitos dos riscos supra elencados, a Conab decidiu em 2012 lançar mão das seguintes providências:

a) Realização, no final do exercício de 2012, de concurso público visando a contratação de 155 profissionais para atuarem em 22 diversas áreas na Matriz em Brasília/DF, tais como: Administração, Arquitetura, Arquivologia, Assistência Social, Auditoria, Comunicação Social, Contabilidade Geral, Direito – Jurídico, Direito - Correição, Economia, Enfermagem, Engenharia Civil, Engenharia Elétrica, Engenharia Mecânica, Engenharia Agrícola, Engenharia Agrônoma (ou Agronomia), Engenharia de Alimentos, Engenharia de Segurança do Trabalho, Estatística, Medicina do Trabalho, Pedagogia e Tecnologia da Informação. Cabe ressaltar que os aprovados no concurso serão lotados, prioritariamente, em Brasília, mas poderão ser lotados, também, em qualquer unidade da federação, à critério da Conab;

b) Realizar, até o dia 3 de maio de 2013, a avaliação de desempenho (referente ao exercício de 2012) e, com isso, buscar aferir a eficiência de seus empregados e, ainda, reduzir (ou eliminar) o ingresso de ações trabalhistas com vistas a corrigir a omissão da Companhia por não haver implementado tal avaliação, a qual é citada no Regulamento de Pessoal como forma de progressão funcional e salarial, mas que desde 1996 não era realizado;

c) Elevar a capacidade estática de armazenagem da rede própria da CONAB em mais 644 mil toneladas, de 2,148 milhões de toneladas para 2,792 milhões de toneladas, conforme informação extraída do PPA (Plano Plurianual) 2012-2015. Dessarte, para a sua implementação será exigido aporte de recursos orçamentários a serem investidos nas superintendências regionais, inclusive a Sureg/RN, em construção de novos armazéns e/ou reforma e ampliação dos existentes, e a qualificação de pessoal lotado nas unidades armazenadoras.

## 2.2 – Análise sobre o ambiente de negócios

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2012/15, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

- a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, há de se destacar a operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM (fortemente executada nas regiões produtoras do país), que além de atender ao produtor rural dessas regiões, tem reflexos positivos no escoamento de produtos para as regiões que necessitam do abastecimento. Destaque-se as intervenções do Governo Federal, que ocorreram por meio da remoção de milho em grãos para atender ao Programa Vendas em Balcão e por meio de leilões previstos nos instrumentos de subvenção (VEP) e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (CPR Estoque). Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

### **b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar**

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab Sureg-RN tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS e do Desenvolvimento Agrário -MDA. A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR - Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR- Doação). Os produtos adquiridos com recursos do MDS são destinados à doação às famílias ou grupos sociais em situação de insegurança alimentar e nutricional, podendo, em caso de risco de perdas, serem comercializados.

Por sua vez, aqueles adquiridos com recursos do MDA são direcionados para a venda, como

forma de manutenção dos recursos para atendimento a novos produtores. A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares. A participação da Sureg-RN está descrita no Capítulo 3.

### **c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos**

Outra estratégia de atuação da Conab Sureg-RN é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional. Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA. Para celebração dos Termos de Cooperação, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais que se encontram acampadas, no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

### **Demanda por serviços de armazenagem e apoio à comercialização**

A demanda por armazenagem é exclusivamente dos produtos governamentais, com predominância para o milho que é comercializado junto aos clientes previamente cadastrados no Programa Venda em Balcão.

### **Mapeamento das principais empresas do setor privado que prestam serviços análogos aos da Conab.**

As empresas abaixo são detentoras de armazéns que são cadastrados no SICARM, porém, só armazenam produtos que fazem parte de suas atividades comerciais, tais como: castanha de caju para beneficiamento, café para a moagem, produção e armazenagem de sementes, etc. As cooperativas relacionadas enfrentam problemas com a produção de seus cooperados e passam por sérias dificuldades operacionais e não se tem conhecimento de significativo volume de produtos armazenados em seus armazéns. Nenhuma delas oferecem serviços de armazenagem para produtos de terceiros, sendo a Conab a única a oferecer.

**Quadro IV - Empresas privadas prestadoras de serviços análogos aos da CONAB**

Nome do Agente Armazenador	CNPJ	Capacidade (t)
Ivanilson Araújo	03.939.546/0001-09	8.100
Ademos Ferreira da Silva	08.564.981/0001-01	4.500
Granja Aviforte	12.648.028/0001-19	3.680
Santa Clara Industria e Comercio de Alimentos Ltda	63.310.411/0023-09	2.970
Cooperativa Agropecuária de Itau Ltda	08.488.116/0002-04	2.925
Cooperativa Agropecuária de São Tomé	08.579.179/0001-95	2.008
Santa Clara Industria e Comercio de Alimentos Ltda	63.310.411/0014-18	1.607
Cooperativa Agropecuária de Cerro Corá Ltda	11.924.842/0002-37	1.350
Coopermil -Cooperativa Reg. M. De Apodi Ltda	08.041.527/0003-38	1.170
<b>T O T A L</b>		<b>28.310</b>

Fonte: Suarm/Gearm

**c) Classificação**

Não há a prestação desse tipo de serviço pelo setor privado no Estado do Rio Grande do Norte. Para esse tipo de serviço a Conab e demais interessados utilizam os serviços ofertados pela Secretaria de Agricultura do Estado do Rio Grande do Norte (feijão e milho) e para outros produtos recorrem à outros estados da federação.

**Principais clientes por produtos e serviços dos setores público, discriminando nome/razão social, CNPJ e volume de operações****a) Principais clientes do setor público – Armazenagem****Quadro V – Clientes do setor público - Armazenagem**

CNPJ	Razão Social	Quantidade(t)	Valor Movimentado (R\$)
26.461.699/0346-70	CONAB– MERCADO DE OPÇÕES	92.257	58.220.517,35
26.461.699/0369-67	CONAB – MERCADO DE OPÇÕES MT	4.142	869.733,90
26.461.699/0240-12	CONAB - PGPM	2.336.475	2.964.182,54
<b>T O T A L</b>		<b>2.432.874</b>	<b>62.054.433,79</b>

Fonte: Suarm/Gearm

OBS: Consideramos como principais clientes os depositantes que movimentaram mais de 1.000 toneladas em 2012

**3. SUSTENTAÇÃO DE RENDA****3.1. Análise das principais ações ligadas à compra e a subvenção****Relação das principais ações ligadas à compra e a subvenção.**

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que tragam prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo

intervir em momentos de reais dificuldades e sair do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei n.º 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

### 3.2. Análises dos Programas de Sustentação de Renda

#### 3.2.1. Programa de Aquisições do Governo Federal – AGF

Para esse instrumento não houve aquisição de produtos por parte da Conab/Sureg-RN, pelos motivos já elencados, ou seja, por se tratar de um estado cuja produção agrícola não gera excedente. No entanto, com o objetivo de acondicionar milho em grãos objeto das remoções advindas das regiões produtoras do país, foi feita a aquisição de 1.665.000 unidades de sacaria de polipropileno totalizando R\$ 1.684.203,90.

#### 3.2.3. Prêmio para o Escoamento de Produto – PEP (compra)

Em 2012, a Conab visando atender a região sisaleira, concentrada nos municípios de Jandaíra, João Câmara e Parazinho, municípios que juntos concentram mais de 80% da produção do Rio Grande do Norte, ofertou 100 toneladas do produto, sem que tenha havido interesse pela compra, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Mesmo diante destas dificuldades, o sisal continua sendo uma das poucas opções econômicas para a região em referência, por isso é imprescindível garantir sua continuidade, realizar estudos e trabalhos capazes de estimular a expansão e promover o progresso tecnológico. Em 2012, em função dos baixos preços de comercialização, a Conab realizou 5 leilões nos meses de março e abril (Estados de Origem: BA, PB e RN), tendo sido ofertado no Rio Grande do Norte a comercialização de 100 toneladas, sem que tenha havido interesse na subvenção.

**Quadro VI - Demonstrativo de Comercialização de PEP Sisal**

Produto	UF Origem	Quantidade (ton)		Valor da Subvenção	UF Destino
		Ofertada	Negociada		
Sisal bruto	BA	44.400,0	6.305,5	627.444,88	Qualquer localidade, exceto Estados da BA, PB e RN
	PB	1.800,0	870,0	78.600,00	
	RN	100,0	0,0	0,00	
	<b>Subtotal</b>	<b>46.300,0</b>	<b>7.175,5</b>	<b>706.044,88</b>	

Fonte: Dirab/Suope

#### 3.2.5. Subvenção Econômica aos Produtores de Cana de Açúcar

Subvenção econômica concedida de acordo com a Lei n.º 12.666, de 14.06.2012 e Portaria Interministerial MAPA/MF n.º 777, de 21 de agosto de 2012, aos produtores rurais independentes de cana de açúcar, pessoas físicas ou jurídicas ou suas cooperativas, para repasse aos seus cooperados, cuja produção tenha sido cultivada e processada em terras e em unidades industriais (Usinas e Destilarias) localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e no Rio de Janeiro que tenham como atividade principal ou secundária a produção de açúcar e/ou etanol e que possuam cadastro junto à Secretaria de Produção e Agroenergia – SPAE/MAPA.

Beneficiaram-se produtores dos estados de Alagoas, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Norte, conforme demonstração abaixo.

**Quadro VII - Demonstrativo de Pagamento de Subvenções**

Sureg	Nº de Beneficiários	Quantidade Comprovada (t)	Participação (%)	Valor Pago (R\$)	Participação (%)
RN	121	242.914,7	1,6	1.214.573,66	8,1
<b>BRASIL</b>	<b>18.070</b>	<b>14.848.151,3</b>	<b>100,0</b>	<b>14.848.151,30</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Sugof

### **Análise da efetividade das principais intervenções no mercado, avaliando as causas de eventuais insucessos e fatores de risco para o próximo exercício**

A decisão de quais intervenções serão feitas no mercado, assim como a análise dos resultados dessas intervenções, dependem de fatores de esfera local, nacional e internacional. A análise é feita pela Sugof e consta do Relatório de Gestão da Matriz. Com relação a subvenção de cana-de-açúcar paga aos produtores rurais e/ou suas cooperativas, a decisão é oriunda de lei específica.

### **Resultado financeiro geral.**

Encontra-se no final do capítulo 4, a consolidação das informações sobre compras, vendas e subvenções ligadas à PGPM.

### **3.2.6. Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país. A criação do PAA por instrumento legal (Lei n.º 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O PAA não somente apoia a agricultura familiar como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

O Programa é interministerial, coordenado pelo Grupo Gestor do PAA e os recursos oriundos dos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do

Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab, por meio dos seguintes instrumentos:

**a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF:** tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em todo o território nacional, de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA n.º 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas ou associações) ou informais. Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do Brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano. **Para este instrumento a Sureg/RN não teve atuação em 2012, pois o mercado não sinalizou para este tipo de intervenção.**

**b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR -Estoque:** tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição dos produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor. Atende o mesmo público-alvo do instrumento anterior, devendo os agricultores estarem organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios ou consórcios. São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, cujo prazo de entrega seja de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito. Em 2012, as operações movimentaram 135 toneladas de arroz vermelho beneficiado, contemplando 65 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados na Associação dos Produtores de Arroz do Vale do Apodi e na Fundação Para o Desenvolvimento do Vale do Apodi, ambas localizadas no território Sertão do Apodi, conforme quadro abaixo:

**Quadro VIII – Aquisições por meio da CPR - Estoque (MDA)**

Associações	Municípios	Duração do Projeto	Quantidade (kg)	Valor da Aquisição (R\$)	Nº de Produtores	Vencimento
Associação dos Produtores de Arroz do Vale do Apodi	Apodi	12 meses	90.110	180.220,00	45	24.08.2013
Fundação Para o Desenvolvimento do Vale do Apodi	Apodi	12 meses	45.000	90.000,00	20	24.08.2013
<b>T O T A L</b>	-	-	<b>135.110</b>	<b>270.220,00</b>	<b>65</b>	-

Fonte: Dipai/Supaf

**c) Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea- CPR - Doação:** objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio da doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, voltado para o mesmo público-alvo dos instrumentos anteriores, que também devem estar organizados em grupos formais (cooperativas ou associações). São amparados produtos alimentícios próprios para o consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura* da safra vigente; b) produtos industrializados/beneficiados cujo prazo de validade não seja inferior ao da execução do projeto; c)

produtos orgânicos, que observem a regulamentação contida no Decreto n.º 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) a substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados poderá ser aceita, desde que sejam próprios para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Em 2012, o instrumento atingiu o quantitativo de 5.042.963 kg de alimentos a um custo de R\$ 21.183.644,21 (Recursos do MDS) e contemplou 4.961 produtores, distribuídos em 77 municípios do estado do Rio Grande do Norte. Os produtos adquiridos foram doados a 1.642 participantes consumidores, identificados como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 655.613 pessoas.

#### Quadro IX– Aquisições por meio da CPR - Doação Simultânea

Órgão	Nº Municípios	Nº de produtores	Nº de pessoas beneficiadas	Quantidade (kg)	Valor da Aquisição (R\$)
MDS	77	4.961	655.613	5.012.963	21.183.644,21
<b>T o t a l</b>	<b>77</b>	<b>4.961</b>	<b>655.613</b>	<b>5.012.963</b>	<b>21.183.644,21</b>

Fonte: Dipai/Supaf

#### Quadro X - As dez maiores operações com a CPR - Doação/RN – MDS

Proponente	CNPJ	Valor Total (R\$)
Cooperativa Agropecuária do Seridó Ltda	08.460.693/0001-07	400.000,00
Cooperativa Agronegócio do Vale do Assu - COPAVALÉ	08.054.964/0001-24	300.000,00
Cooperativa Mista Agro. Ind. Pequenos Produtores Caraúbas Ltda	00.730.633/0001-55	200.000,00
Cooperativa de Fruticulturas dos Irrigantes do Baixo Açu	03.275.739/0001-02	199.998,00
Associação dos Aquicultores do Apodi	08.325.925/0001-14	199.998,00
Núcleo de Produtores Cooperados da Comunidade Cajueiro	70.140.090/0001-00	199.998,00
Associação dos Produtores Rurais de Portalegre	24.519.639/0001-46	199.998,00
Cooperativa de Beneficiamento de Frutas Tropicais do RN	09.113.882/0001-76	199.998,00
Associação Martinense dos Produtores de Frutas	09.150.636/0001-94	199.977,00
Associação dos Produtores da Agricultura Familiar Comunidade do Salgado	07.984.090/0001-41	198.000,00
<b>T O T A L</b>	<b>-</b>	<b>2.297.962,00</b>

Fonte: Dipai/Supaf

#### Doação de Produtos Alimentícios

Por último, a doação de produtos alimentícios a grupos ou famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional atende aos objetivos da seguinte ação orçamentária:

Ação Orçamentária “Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos”, do Programa Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, que visa a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, tais como famílias

acampadas que aguardam o programa da reforma agrária, remanescentes de quilombos, indígenas, atingidos por barragens, que se caracterizam pelo estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional. A aquisição de alimentos é realizada pela Matriz por meio de leilão eletrônico e a entrega é realizada nos locais estabelecidos no Aviso de Leilão. Ainda, na formação dos estoques, de comum acordo com o MDS, a Conab pode utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA. A retirada dos alimentos bem como a sua distribuição às famílias beneficiárias é de responsabilidade dos representantes do INCRA, Fundação Cultural Palmares e outros.

Em 2012, foram beneficiadas no Rio Grande do Norte as comunidades de acampados, quilombos, terreiros, pescadores artesanais e outros atendimentos especiais, com a entrega de 441.923 kg de alimentos, beneficiando 8.647 famílias, totalizando 19.634 atendimentos, conforme demonstrado no quadro abaixo. O gasto com a ação está demonstrada no Cap. 12 – Quadro LVI - Ação 2792 – Distribuição de Alimentos do MDS.

**Quadro XI - Atendimento às famílias em situação de insegurança alimentar e nutricional – MDS/CONAB**

Beneficiários	Alimentos Entregues (kg)	Nº de famílias atendidas	Nº de atendimentos
Acampados	211.609	3.432	9.739
Quilombolas	98.308	815	3.995
Terreiros	14.700	100	600
Atend. Especiais	40.606	500	1.500
Pescadores artesanais	76.700	3.800	3.800
<b>Total</b>	<b>441.923</b>	<b>8.647</b>	<b>19.634</b>

Fonte: Supab/Gepab

**Resultado financeiro geral**

**Quadro XII – Recursos dispendidos por instrumento e origem**

Instrumento	Origem do Recurso	Quantidade (kg)	Valor da Aquisição (R\$)	Valor Sifai (empenhado)
CPR Doação	MDS	5.042.963	21.183.644,21	21.298.893,21 (*)
Distribuição de Alimentos	MDS	441.923	402.661,11	402.661,11
Total MDS		5.484.886	21586.305	21.701.554,32
CPR Estoque	MDA	135.110	270.220,00	270.220,00
<b>Total Geral</b>		<b>5.619.996</b>	<b>21.856.525,32</b>	<b>21.971.774,32</b>

Fonte: Dipai/Supaf

(\*) A diferença entre o valor de aquisição e valor empenhado (R\$ 115.249,00), refere-se a cancelamentos ocorridos, que será devolvido ao MDS.

### 3.3. Principais indicadores de desempenho

1	<b>Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEP em relação ao total de produtores no Estado</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Identificar o alcance desse instrumento de comercialização	-	-	-
	<b>Análise do Resultado:</b> Os indicadores não foram apresentados neste quadro, pois não há como relacionar os produtores atendidos pelo PEP ao total de produtores do estado do Rio Grande do Norte. Os produtores credores do prêmio de escoamento do produto, aos quais a fórmula se refere, são os dos estados de origem do produto transportado. Apenas em 2010 foram realizadas operações PEP, com prêmios pagos a 19 produtores de diversos produtos.			
2	<b>Nome do Indicador: % de produtores atendidos pelo PEPRO em relação ao total de produtores no Estado</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Identificar o alcance desse instrumento de comercialização	-	-	-
	<b>Análise do Resultado:</b> Os indicadores não foram apresentados neste quadro, pois não há como relacionar os produtores atendidos pelo PEPRO ao total de produtores do estado do Rio Grande do Norte. Os produtores credores do prêmio equalizador pago ao produtor, aos quais a fórmula se refere, são os dos estados de origem do produto transportado. Apenas em 2010 foram realizadas operações PEPRO, com prêmios pagos a 13 produtores de diversos produtos dos estados da Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.			
3	<b>Nome do Indicador: N.º médio de documentos comprobatórios na subvenção PEP/PEPRO conferidos por dia</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Verificar o volume de documentos conferidos por dia	-	-	2,6
	<b>Análise do Resultado:</b> Operações PEP e PEPRO foram realizadas no Rio Grande do Norte apenas no exercício de 2010, nos anos de 2011 e 2012 ocorreram somente operações VEP. A média de documentos conferidos nas operações PEP e PEPRO em 2010 foi de 2,6 por dia. As normas da Conab estipulam o prazo de até ... dias entre o recebimento da documentação comprobatória e a liberação dos recursos financeiros aos produtores. Diante disso, a Sureg/RN cumpriu integralmente com as exigências normativas.			
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de projetos do PAA com valores elevados (acima de R\$300 mil)</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Monitorar a aprovação de projetos do PAA com valores mais elevados	1	1,1	0,8
	<b>Análise do Resultado:</b> Pode-se observar que os percentuais de projetos do PAA acima de R\$ 300.000,00 na Sureg/RN é ínfimo para os exercícios financeiros analisados, 0,8% em 2010; 1,1% em 2011 e 1,0% em 2012. O número de projetos aprovados nesses exercícios foram de dois (2), um (1) e dois (2), respectivamente. O valor médio dos projetos supervisionados pela Sureg/RN importam no montante de R\$ 100.000,00 e o projeto de maior monta aprovado pela Superintendência foi de R\$ 400.000,00 em 2012.			
5	<b>Nome do Indicador: Percentual de agricultores com menor renda atendidos pelo PAA</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Avaliar a abrangência do PAA quanto ao atendimento a agricultores identificados com menor renda. A classificação de menor renda se dá pela DAP, ou seja, aqueles agricultores que estão enquadrados nos grupos A, B ou A/C do Pronaf.	73,94	70,26	60,13
	<b>Análise do Resultado:</b> Pode-se observar, pelos percentuais apresentados, que nos exercícios de 2010 a 2012 a maioria (acima de 60%) dos agricultores atendidos pelo PAA estão enquadrados nos grupos de menor renda (grupos A, B e A/C do Pronaf). Além disso, percebe-se o crescimento percentual do atendimento dessa camada da população rural ano a ano. Em 2011 o crescimento foi da ordem de 16,84% em relação a 2010; em 2012 o crescimento foi de apenas 5,23% em relação a 2011, mas em relação a 2010, o crescimento foi de 22,96%. No último exercício (2012) a cada 10 agricultores atendidos pelo PAA mais de 7 estão enquadrados como menor renda, de acordo com os critérios adotados pelo Pronaf. O número total de participantes do PAA nos exercícios de 2010, 2011 e 2012 foi de 3.213, 4.418 e 5.026, respectivamente. O número de agricultores enquadrados nos grupos A, B e A/C, em 2010, 2011 e 2012 foi de 3.716, 3.104 e 1.932.			
6	<b>Nome do Indicador: Percentual de recursos do PAA destinado ao atendimento de agricultores com menor renda</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Avaliar o montante de recursos destinado ao atendimento de agricultores identificados com menor renda	73,70	69,96	61,49
	<b>Análise do Resultado:</b> É importante que este indicador seja analisado em conjunto com o indicador anterior (5) e, assim, observar a correlação existente entre os seus percentuais. Caso ocorra uma correlação inversa, ou seja, um percentual elevado de recursos financeiros destinados a agricultores de menor renda e, de outro lado, um baixo percentual do número de agricultores de baixa renda, essa situação poderia caracterizar uma concentração de recursos a um pequeno grupo de beneficiários do PAA. Contudo, neste quadro observa-se uma correlação direta, pois os aumentos percentuais dos recursos financeiros originários do PAA destinados aos agricultores enquadrados como de menor renda, pelos critérios adotados pelo Pronaf, são bastante aproximados dos acréscimos percentuais de agricultores atendidos pelo PAA (indicador 5) nos três exercícios analisados, o que demonstra que os recursos financeiros são destinados de maneira igualitária aos diversos grupos de agricultores.			
7	<b>Nome do Indicador: Percentual de projetos supervisionados em relação ao total de projetos do PAA em execução</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Avaliar a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no Estado	30,70	47,80	45,30
	<b>Análise do Resultado:</b> Como se pode observar, a abrangência da supervisão dos projetos do PAA no estado do Rio Grande do Norte é muito pequena, os percentuais nem sequer atingem metade (50%) dos projetos em execução. Os índices verificados não são satisfatórios, mas o número de pessoal lotado da área operacional, notadamente no Seopi, é insuficiente para executar a supervisão da maioria dos seus projetos. A redução percentual de 47,80%, em 2011, para 30,70%, em 2012, pode ter ocorrido em razão do aumento do número de projetos, de 178 em 2011 para 212 em 2012, mantendo-se o mesmo quantitativo de empregados nos dois exercícios. Para solucionar esse problema de falta de pessoal, em outubro de 2012 foi solicitada a transferência de seis (6) empregados de outras regionais e da matriz para a Sureg/RN, contudo apenas dois (2) foram designados para a regional do RN. Dessarte, nos próximos exercícios, provavelmente, os índices percentuais de projetos supervisionados atingirão patamares maiores, mas, ainda, não serão satisfatórios, em decorrência da falta de pessoal em números adequados.			
8	<b>Nome do Indicador: Percentual de municípios atendidos pelo PAA em relação ao n.º de municípios do Estado</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Avaliar a abrangência do PAA no Estado	46,1	39,5	29,3
	<b>Análise do Resultado:</b> O estado do Rio Grande do Norte possui 167 municípios, dos quais 49 foram atendidos pelo PAA em 2012; 66 em 2011 e 77 em 2012. Os aumentos percentuais de municípios atendidos pelo Programa de Aquisição de Alimentos é reflexo do crescimento da atuação da Sureg/RN no interior do estado, resultado da maior procura por parte de associações e cooperativas em decorrência da maior percepção dos pequenos produtores rurais das vantagens oferecidas pelo PAA, que gera uma crescente oferta de projetos dos beneficiários do Programa.			
9	<b>Nome do Indicador: Percentual de mulheres produtoras atendidas pelo PAA</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Identificar o quantitativo de mulheres agricultoras contempladas em relação ao total de beneficiários do Programa	35,56	34	26
	<b>Análise do Resultado:</b> Inicialmente, cabe registrar que o RN figura entre os dez (10) estados da federação com os maiores percentuais de mulheres produtoras atendidas pelo PAA nos três exercícios financeiros analisados, além de conseguir elevar esses percentuais ano a ano, 30,77% de 2010 para 2011, e 4,59% de 2011 para 2012. A Sureg/RN obteve o 4º maior crescimento percentual de 2010 para 2011, dentre todas as Superintendências Regionais, mas o mesmo desempenho não foi alcançado de 2011 para 2012, pois obteve um crescimento de apenas 4,59%.			

## **4. PROMOÇÃO DO ABASTECIMENTO**

### **4.1. Análise das principais ações ligadas à venda**

A Unidade Jurídica não ofertou produtos agrícolas como objeto de intervenção no mercado, exceto o sisal bruto para o qual não houve interessado, conforme relatado.

### **4.2. Análises das ações de Venda Direta de Produtos com subvenção e sem subvenção**

#### **4.2.2. Venda em Balcão**

Em 2012, a seca que assolou o Nordeste, fez com que a produção de milho, importante fonte de alimento, tanto humano quanto animal, tivesse uma quebra bastante acentuada, gerando um cenário de desabastecimento, necessitando, assim, do milho de outros estados (Mato Grosso e Goiás), com o objetivo de amenizar a situação vivida pelos criadores atingidos pela adversidade climática. Assim, através da Portaria Interministerial nº 470, de 24 de maio de 2012, os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão, instituíram novos parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos, com a concessão de subvenção econômica, em razão da estiagem ocorrida nos municípios amparados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), na forma de venda direta denominada programa de “Venda Balcão Especial”. Foram autorizadas a liberação de 200 mil toneladas do produto para atender aos beneficiários situados e com atividade nos municípios amparados pela SUDENE: avicultores, suinocultores, bovinocultores de leite e de corte, caprinocultores, ovinocultores e cooperativas de aves, suínos, bovinos de leite e de corte, caprinos e ovinos. O limite de aquisição/mês estabelecido foi de 3 (três) toneladas por beneficiário e o preço estabelecido foi de R\$ 18,10 (dezoito reais e dez centavos) por saca de 60 kg.

Em 29 de junho de 2012, o Governo Federal editou nova Portaria Interministerial de nº 601, estabelecendo novos parâmetros para a liberação de milho em grãos dos estoques públicos com a concessão de subvenção econômica. Dessa forma, foi revogada a Portaria Interministerial nº 470, de 24.05.2012. Pela nova portaria, a quantidade de produto a ser disponibilizada para o programa foi elevada de até 200 mil toneladas para até 400 toneladas. Uma das principais alterações foi a introdução de três diferentes faixas com os respectivos limites de aquisição por beneficiário e preço de venda, além de estabelecer a periodicidade mensal para as aquisições, a saber: até 3.000 kg preço de R\$ 18,12 por saca de 60kg; de 3.001 até 7.000 kg preço de R\$ 24,60; de 7.001 a 14.000 kg preço de R\$ 24,60.

A situação emergencial motivada pela seca que atingiu o Estado do Rio Grande do Norte, demandou da Conab/Sureg-RN um enorme esforço para atender a grande procura por milho em grãos. Essa situação ficou evidenciada pelo aumento dos Cadastros Técnicos do Programa Vendas em Balcão, que subiu de 1.500 para aproximadamente 16.000 cadastros. Ao final do exercício de 2012, a Sureg-RN comercializou 61.944.508 kg de milho em grãos ensacado e faturou R\$ 23.329.590,73. Isto representou um aumento de 182,6% na quantidade vendida se comparado com o ano de 2011, e de 187,6 % no faturamento se comparado, também, com o ano anterior.

**Quadro XIII - Demonstrativo das Vendas em Balcão – 2010 a 2012 - RN**

Ano	Quantidade (t)	%	Valor (R\$)	%	Nº de atendimento	%
2010	30.261	26,5	12.199.684,31	25,5	16.603	24,2
2011	21.919	19,2	12.436.487,30	25,9	14.490	21,1
2012	61.944	54,3	23.329.300,81	48,6	37.501	54,7
<b>Total</b>	<b>114.124</b>	<b>100,0</b>	<b>47.965.472,42</b>	<b>100,0</b>	<b>68.594</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Supab/Gepab

**4.2.3. Valor para Escoamento do Produto – VEP**

Esta modalidade de venda é realizada por meio do instrumento denominado Valor de Escoamento do Produto -VEP em que é paga uma subvenção econômica a um segmento consumidor definido (avicultores, bovinocultores, caprinocultores, indústrias de ração e suinocultores), o qual adquire estoque governamental e se dispõe a escoá-lo para a região de consumo estabelecida no edital de venda. O adquirente arremata o produto em leilão público, efetua o pagamento integral de seu valor e posteriormente, após a comprovação obrigatória do escoamento, é ressarcido do valor da subvenção definida em leilão.

A Conab Sureg-RN não vendeu produtos vinculados a esse instrumento, participando apenas na condição de estado comprador, ou seja, diversos arrematantes sediados no Rio Grande do Norte adquiriram o produto (milho em grãos) e escoaram-no e após a comprovação fizeram jus ao recebimento da subvenção estipulada no edital. A participação da Sureg-RN nas operações de VEP e os valores relativos aos prêmios estão descritas no quadro abaixo.

**Quadro XIV - Oferta de Milho em Grãos – Modalidade VEP – 2011/2012**

UF ORIGEM	2011				2012			
	Quantidade (t)		Valor do Prêmio (R\$)		Quantidade (t)		Valor do Prêmio (R\$)	
	Vendida	Comprovada	Previsto	Pago	Vendida (t)	Comprovada	Previsto	Pago
GO	581	581	52.6313,53	52.613,53	10.762	9.692	1.472.944,85	1.451.759,57
MG	635	635	108.775,50	108.775,50	-	-	-	-
MS	3.375	2.925	405.525,00	349.275,00	-	-	-	-
MT	1.773	1.462	74.918,85	69.418,15	7.000	6.312	1.240.538,75	1.092.213,75
<b>Total</b>	<b>6.364</b>	<b>5.603</b>	<b>641.832,88</b>	<b>580.082,18</b>	<b>17.762</b>	<b>16.004</b>	<b>2.713.483,60</b>	<b>2.543.973,32</b>

Fonte: Supab/Gepab

**Dez maiores operações na modalidade****Quadro XV– Dez maiores operações de VEP - Destino**

Arrematante	Quantidade negociada (ton)	Total da Operação(R\$)
DPB – AVICULTURA LTDA	4.100	661.800,00
GRANJA AVIFORTE LTDA	4.600	658.960,00
CIA AVÍCOLA MASSANGANA – CIAMA	2.372	386.619,40
VANUZA ALMEIDA PEREIRA	1.600	188.555,00
AVICULTURA SANTA MÔNICA LTDA	900	103.172,22
TAPUIO AGROPECUÁRIA LTDA	413	66.892,30
ALBERTO FERNANDES CASTRO DA COSTA	339	63.990,85
DNF LIMA ME	335	47.419,05
UNIÃO AVICULTURA E AGRONEGÓCIOS LTDA	263	45.465,00
GUARAVES GUARARIBA AVES LTDA	1.000	19.350,00
<b>TOTAL</b>	<b>15.922</b>	<b>2.242.223,82</b>

Fonte: Dirab/Suope

**Resultado financeiro geral****Quadro XVI– Demonstrativo Geral das Aquisições, Vendas e Subvenções**

<b>Comercialização</b>	<b>Instrumento</b>	<b>Produto</b>	<b>Quantidade (t)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Aquisição	AGF	Sacaria	166,5	1.684.203,90
Subvenção	Cana-de-açúcar	Cana-de-açúcar	242.914,7	1.214.573,66
<b>Total das Aquisições e Subvenções</b>			<b>243.081,2</b>	<b>2.898.777,56</b>
Venda	Venda em Balcão	Milho	61.914,0	23.329.300,81
Subvenção	VEP	Milho	16.004,0	2.543.973,32
<b>Total das Vendas e Subvenção</b>			<b>61.914,0</b>	<b>23.329.300,81</b>
<b>Resultado Geral</b>			<b>-181.167,2</b>	<b>20.430.523,25</b>

Fonte: Suarm/Sugof/Supab

**4.3. Principal indicador de desempenho**

	<b>Nome do Indicador: Percentual de cobertura do Programa Vendas em Balcão</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Objetivo do Indicador:</b> Identificar o quantitativo de compradores dentre os pequenos criadores	-	-	-
<b>1</b>	<b>Análise do Resultado:</b> Para este indicador não foi possível relacionar o número de clientes do Programa Vendas em Balcão com o número de pequenos criadores do estado do Rio Grande do Norte. Para a Conab, qualquer criador cujo rebanho tenha sido vacinado contra febre aftosa, que tenha inscrição DAP e possua uma demanda de até 14.000kg/mês de milho poderá ser beneficiado pelo programa. Ou seja, um determinado produtor pode ter um rebanho de, por exemplo, 1.500 bovinos e beneficiar-se com o programa. Contudo, para o Instituto de Defesa e Inspeção Agropecuária do estado do Rio Grande do Norte – IDIARN, a definição de pequeno, médio ou grande criador depende do tamanho do rebanho e não do consumo mensal.			

## 6. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

### 6.1 – Armazenagem de Produtos Agrícolas

#### **Análise sobre os principais resultados da prestação de serviços de armazenagem de produtos agrícolas.**

De acordo com os objetivos constantes no Estatuto Social a atividade de armazenagem desenvolvida pela Conab tem como função principal a guarda e a conservação dos estoques públicos formados a partir da execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, além das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno, podendo atuar, se necessário, como companhia de armazéns gerais.

Por ser o Rio Grande do Norte um estado predominantemente consumidor, portanto, importador de grãos, o serviço de armazenagem prestado à terceiros é inexistente. As Unidades jurisdicionadas são utilizadas na armazenagem de produtos governamentais que atendem aos programas sociais, todos direcionados ao atendimento às populações consideradas necessitadas da ação governamental, destacando-se o milho em grãos ensacado destinado ao atendimento do Programa Vendas em Balcão e produtos para a cesta que atende às famílias em situação de insegurança alimentar.

#### **Faturamento Total com serviços de armazenagem; Demonstração do resultado financeiro das operações de armazenagem de produtos agrícolas.**

As operações de armazenagem nas Unidades Operacionais da Unidade Jurídica são de produtos pertencentes ao governo, conforme relatado. Geralmente o resultado das receitas de vendas de produtos são nulas devido ao repasse dos valores ao Tesouro, restando apenas a receita de serviços de armazenagem, para cobertura das despesas. As receitas com a armazenagem de produtos dos estoques públicos são recebidas pela Matriz e descentralizadas para as unidades armazenadoras no grupo Receitas Operacionais Diversas que inclui também o repasse dos recursos para pagamento das despesas de pessoal, conforme demonstrado no quadro abaixo.

**Quadro XVII - Resultado dos Serviços de Armazenagem**

Receita de Vendas e Serviços	-	18.148.474,23
Receita de Vendas	-	131,98
Vendas estoques estratégicos	-	
Recebimento de Vendas em Balcão	22.247.901,66	176.574.491,50
Repasse de Vendas em Balcão	(22.247.901,66)	(176.574.491,25)
Recebimento da Agricultura Familiar	-	10.798.919,73
Repasse de Vendas da Agricultura Familiar	-	(10.798.919,73)
Vendas estoques reguladores PGPM	-	
Vendas PGPM	973.053,24	60.697.376,67
Repasse de Vendas da PGPM	(973.053,24)	(60.697.376,67)
Vendas Abastecimento Social	-	131,98
Vendas atacado	-	
Adições a receita de vendas	-	
Receita de Serviços	-	18.148.342,25
-Deduções das Receitas de Vendas e Serviços	-	(2.218.066,58)
=Receita líquida de vendas e serviços	-	15.930.407,65
-Custo Líquidos das Vendas e Serviços	-	
=Lucro bruto operacional	-	15.930.407,65
-Despesas Operacionais	(18.528.274,17)	(971.395.272,48)
Despesas de Pessoal	(14.392.965,48)	(508.205.011,51)
Despesas Financeiras	-	
Despesas Comerciais e Administrativas	(4.135.308,69)	(463.190.260,97)
Receitas Operacionais Diversas	17.029.633,42	957.122.930,40
Resultado Não Operacional	(120,40)	68.236.818,32
<b>Resultado</b>	<b>(1.498.761,15)</b>	<b>69.894.883,89</b>

Fonte: Diafi/Sucon

## 7. ADMINISTRAÇÃO DE ESTOQUES PÚBLICOS – ARMAZENAGEM, FISCALIZAÇÃO E MOVIMENTAÇÃO

### 7.1. Análise sobre a situação dos armazéns utilizados pela Conab (RN)

A implantação e a expansão da Rede Armazenadora da Conab no Estado do Rio Grande do Norte, se deu, na sua maioria, em épocas afetadas por situação de emergência, motivada por períodos de longas estiagens e que levaram a necessidade de se criar as condições para o recebimento de produtos básicos para atender demandas das regiões afetadas. Essa rede serviu também, para o recebimento de produtos oriundos de boas safras agrícolas ocorridas, principalmente, nos anos 70. A época áurea do algodão mocó, foi um exemplo de grande produção no estado, nesse momento, os armazéns públicos foram fundamentais para o armazenamento do produto, com vistas a sua comercialização, através dos instrumentos de AGF e EGF.

Em 2012, a rede de armazéns era composta de 06 (seis) unidades espalhadas nas principais regiões do estado, constitui-se basicamente no único instrumento de armazenagem e serviços correlatos à disposição do segmento agropecuário estadual, vez que, a iniciativa privada, bem como, a frágil estrutura econômica financeira das cooperativas, não atende, na devida proporção, os princípios essenciais de um sistema armazenador.

Embora não haja demanda para a armazenagem de produtos de terceiros, esses armazéns tem sido de fundamental importância para atender aos programas sociais, à exemplo do Programa

Vendas em Balcão, e na armazenagem de produtos que são direcionados às comunidades que se encontram em condição de insegurança alimentar.

Os armazéns são do tipo convencional e constitui-se numa unidade armazenadora de fundo plano e compartimento único, adequado à estocagem de produtos, normalmente em sacos, fardos, caixas, pallets e bags. Devem apresentar boas condições de ventilação, movimentação, drenagem e cobertura, são também denominados de celeiros e oferecem condições para conservação do produto por período relativamente grande, desde que observados os requisitos operacionais indispensáveis.

As vantagens desses armazéns é a fácil identificação e separação dos lotes; grande flexibilidade para armazenar produtos diferentes com características diferentes e maior tolerância à umidade contida nos grãos. No entanto, tem como desvantagem a limitada mecanização e automação das operações; maior utilização de mão-de-obra; necessidade de desensacar e reensacar o produto para efetuar secagem ou outras operações; menor aproveitamento do espaço, em razão da necessidade de áreas para ruas e baixa velocidade nas operações de carga, descarga, expurgo, entre outras.

### Capacidade estática de armazenagem dos armazéns próprios da Conab

Em 2012, a Rede Armazenadora Própria da Sureg/RN era composta de 6 armazéns, do tipo convencional, com capacidade estática para 26.700 toneladas. Em relação ao número de armazéns distribuídos em 25 estados da Federação e no Distrito Federal (177 armazéns), a Unidade Jurídica, sob análise, participa com 1,23 % do total e quanto a capacidade estática convencional instalada, com 2,75%. O índice de ocupação de 25,20% dos armazéns sob a jurisdição da Sureg/RN esteve próximo do índice nacional, que foi de 25,59%.

A redução do índice de ocupação da rede de armazéns da Conab em relação ao ano anterior, se deu em função da redução dos estoques públicos ocasionada principalmente pelas vendas de milho e a redução das aquisições.

#### Quadro XVIII – Capacidade Estática da Rede Própria de Armazéns

Unidade Armazenadora	N.º de Armazéns	Capacidade (Em ton)			Total da Capacidade	Média de Ocupação	% de Ocupação
		Convencional	Granel	Frigorificada			
Açu	1	3.200	0	0	3.200	743	23,2
Caicó	1	3.000	0	0	3.000	924	30,8
Currais Novos	1	3.500	0	0	3.500	416	11,9
Mossoró	1	3.200	0	0	3.200	807	25,2
Natal	1	5.000	0	0	5.000	682	13,6
Natal – Caiapós	1	8.800	0	0	8.800	3.169	36,0
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>26.700</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>26.700</b>	<b>6.741</b>	<b>25,2</b>
<b>BRASIL</b>	<b>177</b>	<b>969.040</b>	<b>1.251.800</b>	<b>21.500</b>	<b>2.245.340</b>	<b>574.677</b>	<b>25,6</b>

Fonte: Sicarm

No quadro abaixo está especificado as Unidades Armazenadoras jurisdicionadas à Sureg/RN, contendo endereço, modalidade e capacidade estática.

**Quadro XIX – Localização das Unidades Armazenadoras**

<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Capacidade (Em t)</b>
UA-Caicó	Rua Dr. Ruy Mariz, n.º 455 0- Caicó – RN	Convencional	3.000
UA-Natal-Caiapós	Av. dos Caiapós, n.º 8.200, Bairro Cidade Satélite – Natal – RN	Convencional	8.800
UA-Natal-Jerônimo Câmara	Av. Jerônimo Câmara, n.º 1814 – Lagoa Nova – Natal – RN	Convencional	5.000
UA-Mossoró	Rua José Leite, n.º 10, Bairro Santo Antônio – Mossoró – RN	Convencional	3.200
UA-Açu	Av. Senador João Câmara, s/n.º – Açu – RN	Convencional	3.200
UA-Currais Novos	Av. Getúlio Vargas, n.º 3.379 – Currais Novos – RN	Convencional	3.500
<b>Total</b>			<b>26.700</b>

Fonte: Sicarm

Por meio do Voto DIRAB n.º 019, de 23.05.2012, foi proposta a reabertura da Unidade Armazenadora de Umarizal-RN (Unidade própria com capacidade para 3.500 toneladas) com a finalidade de atender aos pequenos criadores da região do Alto Oeste com as ações do Programa Vendas em Balcão, vez que a produção de milho, agravada com a estiagem que assolava a região, não atendia a demanda interna de consumo, bem como armazenar produtos oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos e a distribuição de cestas de alimentos destinadas às inúmeras famílias que encontravam-se em estado de carência alimentar. Assim, através da Redir n.º 1.046, de 06.06.2012, foi autorizada a abertura da Unidade, bem como a disponibilização dos recursos orçamentários e financeiros para a realização dos serviços necessários para sua operacionalização. Até 31.12.2012, a UA funcionou como polo armazenador e somente a partir de 2013 passou a operar definitivamente como Unidade Armazenadora Umarizal– UG 135615, após o trâmite da documentação pertinente.

Com a publicação da Portaria Interministerial n.º 470, de 24.05.2012, que tratava da Subvenção Econômica – Programa de Vendas em Balcão Especial na área de abrangência da SUDENE, a DIRAB através do voto n.º 026, de 11.06.2013 e REDIR n.º 1.047, de 13.06.2013, autorizou para, em caráter excepcional e provisório e por tempo limitado o funcionamento de Unidades Armazenadoras Satélites (Polos de Vendas) para armazenamento de milho. Com essa medida foram abertos os polos dos municípios de João Câmara/RN e Lajes/RN.

**Quantidade física e financeira de produtos agrícolas estocados por tipo e por Estado em armazéns próprios da Conab (estoques públicos)**

**Quadro XX - Posição dos Estoques Públicos Armazenados em Unidades Próprias do RN**

<b>Produto</b>	<b>Tipo</b>	<b>Quantidade (kg)</b>	<b>Valor (R\$)</b>
Arroz Longo Fino Beneficiado	2	17.240	34.480,00
Feijão	2	48.623	138.535,98
Milho	-	1.582.852	1.752.461,99
<b>Total</b>		<b>1.648.715</b>	<b>1.925.477,97</b>

Fonte: Suope/Gefoc

**Avaliação geral da situação física dos armazéns, considerando o disposto no Decreto n.º 3.855/2001 (regulamenta a Lei de Armazenagem)**

**Principais problemas**

Estão relacionados com a falta de alguns equipamentos operacionais, de manutenção na estrutura das edificações e em algumas Unidades Armazenadoras número insuficiente de

colaboradores, este último tratado no item destinado a Gestão de Pessoas. Apesar das unidades contarem com equipamentos operacionais utilizados para a movimentação e guarda de produtos, a maioria desses equipamentos necessitam de manutenção. Nos últimos anos essas demandas não foram plenamente atendidas.

Como agravante a UJ não dispõe em seu quadro de um engenheiro civil para a elaboração de projetos básicos de engenharia, isso prejudicou sobremaneira as ações direcionadas a manutenção dos armazéns. No item a seguir, estão relacionadas as necessidades por reforma/manutenção e equipamentos das Unidades Armazenadoras.

### **Demanda por manutenção e equipamentos.**

**1) Unidade Armazenadora de Natal – Caiapós:** Unidade com capacidade estática para 8.800 toneladas, localizada na Avenida dos Caiapós, 8200 – Bairro do Pitimbu, Natal/RN. Foi construída, pela Cibrazem, em 1985. Trata-se da maior e mais importante unidade da Conab/RN, não só pela sua capacidade estática, mas pelo seu relevante papel prestado aos pequenos e médios produtores da região, já que mantém uma excelente performance no Programa Vendas em Balcão. Contudo, à exemplo das demais unidades, não tem recebido recursos para a sua manutenção e no momento, carece de reforma para corrigir importantes distorções estruturais.

### **Quadro XXI - Necessidades de Investimento – Reforma/Manutenção e Equipamentos na Unidade Armazenadora de Natal – Caiapós.**

<b>Unidade</b>	<b>Endereço</b>	<b>Necessidades</b>
Unidade Armazenadora de Natal - Caiapós	Avenida dos Caiapós, 8200 – Bairro de Pitimbu – Natal/RN CNPJ: 26461699/0465-04 IE: 20.203.711-8 CDA: 680.287.0053-7	<ol style="list-style-type: none"> <li>1) Reforma do telhado, fechamentos laterais e portões;</li> <li>2) Revisão das colunas metálicas do armazém, devido ao aparecimento de oxidação por presença de goteiras;</li> <li>3) Pintura geral do armazém e escritório;</li> <li>4) Sinalização horizontal do armazém;</li> <li>5) Revisão/Modernização da instalação elétrica;</li> <li>6) Construção de muro ao redor do imóvel;</li> <li>7) Construção de guarita, alargamento de portão na entrada do imóvel e colocação de sistema de cancela;</li> <li>8) Pavimentação asfáltica do trecho de acesso ao armazém;</li> <li>9) Projeto de combate a incêndios com instalação de hidrantes;</li> <li>10) Revisão da balança rodoferroviária eletrônica;</li> <li>11) Construção de depósito para a guarda de defensivos;</li> <li>12) Instalação de uma central telefônica no escritório e no armazém;</li> <li>13) Substituição de para-raios;</li> <li>14) Construção de novos banheiros e reforma para adequação a acessibilidade;</li> <li>15) Aquisição de carros hidráulicos e empilhadeiras horizontais.</li> </ol>

Fonte: Gefad-Rn

**2) Unidade Armazenadora de Natal – Jerônimo Câmara:** Esta Unidade está localizada na Avenida Jerônimo Câmara, 1814 - Lagoa Nova, Natal, anexa à Sede da Superintendência Regional, foi reaberta em 24.03.2003, já que teve suas atividades encerradas em 2002. Tem capacidade estática para 5.000 toneladas, está situada em área residencial muito densa, foi construída para funcionar como uma Central de Serviços da COBAL, que comercializava produtos em nível de varejo, mas após a fusão das empresas (Cibrazem/CFP/Cobal) sua estrutura foi perdendo a utilidade, pois a quantidade de itens de mercadorias a serem estocadas foram reduzidas, deixando de ser uma unidade de comercialização para ser uma Unidade Armazenadora, em 24.03.2003.

Após a sua reabertura foi realizada apenas uma obra para manutenção no telhado, carecendo, portanto, de manutenção, conforme quadro abaixo. A localização dessa Unidade em região de alta densidade demográfica prejudica as suas atividades, vez que os tratamentos

fitossanitárias não são recomendáveis nessa situação.

Conforme relatado, a Sede onde funciona a Superintendência Regional do Rio Grande do Norte, é anexa a Unidade Armazenadora de Natal – Jerônimo Câmara, que apesar de dispor de espaço suficiente para a realização de suas atividades, apresenta pontos negativos no que se refere a falta de acessibilidade à pessoas com dificuldades ou limitação de locomoção (idosos, gestantes e deficientes físicos e visuais), por ser uma edificação antiga e possuir apenas uma escada de acesso, tanto às salas localizadas no térreo, quanto ao 1º pavimento, e por funcionar na mesma edificação onde está sediada a unidade armazenadora UA/Natal – Jerônimo Câmara., padece dos efeitos nocivos de possíveis tratamentos fitossanitários em produtos armazenados.

Diante dessa situação é primordial a construção de uma nova sede administrativa, apartada da unidade armazenadora, edificada em conformidade com as legislações que contemplem acessibilidade e ergonomia para os empregados, clientes e o público em geral da Conab. Vale salientar que já existe o projeto arquitetônico da nova sede desde o ano de 2008, que deixou de ser executado naquele ano por haver entraves legais no terreno onde seria construída a nova sede da Superintendência Regional do Rio Grande do Norte.

#### **Quadro XXII - Necessidades de Investimento – Reforma/Manutenção e Equipamentos na Unidade Armazenadora de Natal – Jerônimo Câmara.**

Unidade	Endereço	Necessidades
Unidade Armazenadora Jerônimo Câmara - Natal	Av. Jerônimo Câmara, 1814 – Bairro de Lagoa Nova – Natal/RN CNPJ: 26.461.699/0408-08 IE: 148.453-2 IM: 148.453-2 CDA: 6802870054-5	1) Reforma do telhado; 2) Pintura geral do armazém e escritório; 3) Sinalização horizontal do Armazém; 4) Revisão/modernização da instalação elétrica e hidráulica; 5) Construção de um muro ao redor do imóvel; 6) Aquisição de carros hidráulicos e empilhadeiras horizontais; 7) Readaptação da balança rodoferroviária 60 (t) de manual para eletrônica 8) Substituição dos Para-raios; 9) Construção de local adequado para a guarda de defensivos; 10) Construção de novos banheiros e reforma para adequação a acessibilidade.

Fonte: Gefad-Rn

**3) Unidade Armazenadora de Assu:** Está situada na Avenida Senador João Câmara, s/n – Assu-RN, distante 207 km de Natal. Foi reaberta em 11.08.2005, tem uma capacidade estática de 3.200 toneladas. A construção do armazém foi realizada em 1958/59, pela antiga Cibrazem, após a fusão, o imóvel sofreu poucas intervenções na sua manutenção estrutural. Abaixo elencamos as suas necessidades.

#### **Quadro XXIII - Necessidades de Investimento – Reforma/Manutenção e Equipamentos na Unidade Armazenadora de Assu.**

Unidade	Endereço	Necessidades
Unidade Armazenadora de Assu	Avenida sem. Jerônimo Câmara, s/n – Centro de Assu/Rn CNPJ: 26461699/0436/61 IE: 075/2006	1) Reforma do telhado; 2) Pintura geral do armazém e escritório; 3) Sinalização horizontal do armazém; 4) Revisão/Modernização da instalação elétrica e hidráulica; 5) Aumento do muro ao redor do imóvel; 6) Aquisição de carros hidráulicos e empilhadeiras horizontais;

	IM: 075/2006 CDA: 6802870001-4	7) Adaptar a porta de entrada do armazém para o acesso de caminhões de maior porte; 8) Troca da balança rodoferroviária de 25 (t) por 60 (t) com kit digital; 9) Substituição de Para-raios; 10) Adequação do local destinado a Moega, visando transformá-lo em uma sala para arquivo de amostras e equipamentos de classificação. 11) Adequação dos banheiros para acessibilidade.
--	-----------------------------------	---

Fonte: Gefad-Rn

**4) Unidade Armazenadora de Caicó:** Unidade Armazenadora situada na microrregião do Seridó Ocidental, com capacidade estática para 3.779 toneladas, distante 256 km de Natal, sendo a principal cidade da região do Seridó. Em 1989, esta Unidade foi entregue em Comodato à Prefeitura Municipal de Caicó, depois do processo de reintegração foi recebida pela CONAB, em 2010. Em 10.08.2010, passou a ser sede da UA Caicó, que desde 2008 funcionava em outro local cedido pela Emparn, como uma Unidade Satélite da UA. Currais Novos. Constitui-se numa importante unidade de venda de milho no programa de Vendas em Balcão, auxiliando sobremaneira o pequeno produtor da região, que para manter o seu rebanho e a sua atividade depende do principal insumo, no caso o milho em grãos. A região é a maior bacia leiteira do estado. O imóvel foi construído em 1958/59, e desde 1989 não recebe nenhuma manutenção. Abaixo elencamos as necessidades da unidade:

**Quadro XXIV - Necessidades de Investimento – Reforma/Manutenção e Equipamentos na Unidade Armazenadora de Caicó-RN**

Unidade	Endereço	Necessidades
Unidade Armazenadora de Caicó	Rua Ruy Mariz, 455 Bairro Boa Passagem – Caicó-RN CNPJ: 26461699/0484-69 IE: 20.245.990-0 IM: 004.540-3 CDA: 6802870057-0	1)) Reforma do telhado; 2) Pintura geral do armazém e escritório; 3) Sinalização horizontal do Armazém; 4) Revisão/modernização da instalação elétrica e hidráulica; 5) Adaptar a porta de entrada do armazém para o acesso de caminhões de maior porte; 6) Aquisição de carros hidráulicos e empilhadeiras horizontais; 7) Pavimentação do pátio de estacionamento até o armazém; 8) Substituição dos Para-raios; 9) Aquisição de uma balança rodoferroviária de 25 (t) por 60 (t) com kit digital; 10) Construção de um local para a guarda de defensivos; 11) Adequação dos banheiros para a acessibilidade;

Fonte: Gefad-Rn

5) **Unidade Armazenadora de Currais Novos:** Está situada na região do Seridó, distante 172 km da capital Natal. A unidade foi construída em 1978, tem a capacidade estática para 3.500 toneladas. Foi reaberta em 06.10.2006, e sua principal atividade é a atuação no Programa de Vendas em Balcão com a comercialização de milho em grãos aos pequenos agricultores e doações de produtos dos programas institucionais, além de armazenar produtos para doação às famílias em situação de insegurança alimentar.

**Quadro XXV - Necessidades de Investimento – Reforma/Manutenção e Equipamentos na  
Unidade Armazenadora de Currais Novos-RN**

Unidade	Endereço	Necessidades
Unidade Armazenadora de Currais Novos	Avenida Presidente Getúlio Vargas, 3379 – Bairro Dr. Sílvio Bezerra – Currais Novos/RN. CNPJ: 26461699/0464-15 IE: 20.203.302-3 IM: 003.279-4 CDA: 6802870009-0	1)) Reforma do telhado; 2) Pintura geral do armazém e escritório; 3) Sinalização horizontal do Armazém; 4) Revisão/modernização da instalação elétrica e hidráulica; 5) Adaptar a porta de entrada do armazém para o acesso de caminhões de maior porte; 6) Aquisição de carros hidráulicos e empilhadeiras horizontais; 7) Pavimentação do pátio de estacionamento até o armazém; 8) Substituição dos Para-raios; 9) Readaptação da balança rodoferroviária 60 (t) de manual para eletrônica. 10) Construção de um local para a guarda de defensivos; 11) Adequação dos banheiros para a acessibilidade; 12) Construção de muro ao redor do armazém.

Fonte: Gefad-Rn

**6) Unidade Armazenadora de Mossoró:** Unidade Armazenadora situada na região oeste do Estado, com capacidade estática para 3.200 toneladas, distante 285 km da capital. Mossoró é a segunda cidade mais populosa do estado, com 260.000 habitantes, conforme censo IBGE 2010. A UA foi construída no mesmo período em que foram construídas as UA's de Assu e Caicó, ou seja, em 1958/59, cujo objetivo era atender as emergências surgidas em função das sucessivas secas na região Nordeste. A última manutenção com reparos no telhado foi realizada na Unidade no ano de 2007. Ali são desenvolvidas atividades relacionadas a venda de milho através do Programa Vendas em Balcão e armazenagem de produtos destinados às populações de acampados do Incra, quilombolas e outros.

**Quadro XXVI - Necessidades de Investimento – Reforma/Manutenção e Equipamentos na  
Unidade Armazenadora de Mossoró-RN**

Unidade	Endereço	Necessidades
Unidade Armazenadora de Mossoró	Rua José Leite, 10 – Bairro Santo Antônio, Mossoró – RN C CNPJ: 26461699/0418-80 IE: 20.094.518-1 IM: 008.477-8 CDA: 6802870016-0	1)) Reforma do telhado; 2) Pintura geral do armazém e escritório; 3) Sinalização horizontal do Armazém; 4) Revisão da instalação elétrica e hidráulica; 5) Adaptar a porta de entrada do armazém para o acesso de caminhões de maior porte; 6) Aquisição de carros hidráulicos e empilhadeiras horizontais; 7) Pavimentação do pátio de estacionamento até o armazém; 8) Substituição dos Para-raios; 9) Troca da balança rodoferroviária de 25 (t) por 60 (t) com Kit digital 10) Adequação dos banheiros para a acessibilidade; 11) Construção de muro ao redor do imóvel.

Fonte: Gefad-Rn

**Valor gasto para manutenção de armazéns próprios**

No exercício de 2012 foram investidos recursos da ordem de R\$ 83.658,31 sendo R\$ 13.798,51 em despesas correntes e R\$ 69.859,80 em despesas de capital, conforme demonstrado no quadro abaixo. O baixo investimento realizado na UJ está justificado no item “ Demanda por Manutenção e Equipamentos”.

**Quadro XXVII – Obras realizadas nas Unidades Armazenadoras**

Unidade	Obra/Serviço/Equipamento	Corrente	Capital	Inscrito em Restos a Pagar não Processado		Total Geral
				Corrente	Capital	
Sede Sureg	Aquisição de central de ar Tipo Split		3.800,00			<b>3.800,00</b>
UA Currais Novos, UA Assu, UA Caicó, UA Mossoró, UA Umarizal, UA Natal	Aquisição de 9 bebedouros		4.281,00			<b>4.281,00</b>
UA Mossoró	Aquisição de 1 portão búzio corrimão	874,50				<b>874,50</b>
UA Umarizal	Aquisição de móveis		6.245,80			<b>6.245,80</b>
	Aquisição de móveis		1.439,00			<b>1.439,00</b>
	Aquisição de carrinho de transporte		1.500,00			<b>1.500,00</b>
	Aquisição de estrado		31.536,00			<b>31.536,00</b>
	Aquisição de pulverizador		3.290,00			<b>3.290,00</b>
	Aquisição de conjunto de mesa		420,00			<b>420,00</b>
	Aquisição de máquina de costurar sacaria		1.293,00			<b>1.293,00</b>
	Instalação de esteira elevatória		15.899,00			<b>15.899,00</b>
	Aquisição de lona plástica p/ cobertura de expurgo	9.615,01				<b>9.615,01</b>
	Aquisição de filtro de máscara contra gás	512,00				<b>512,00</b>
	Recarga de extintores de incêndio	237,00				<b>237,00</b>
	Aquisição de fita reparo p/ remendar lençóis de expurgo	1.795,00				<b>1.795,00</b>
Aquisição de mesa p/ impressora			156,00		<b>156,00</b>	
UA Natal-Caiapós	Recarga de extintores de incêndio	765,00				<b>765,00</b>
<b>TOTAL</b>		<b>13.798,51</b>	<b>69.859,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>83.658,31</b>

Fonte Siafi

**Plano de investimentos para colocar os armazéns próprios da Conab em conformidade com os critérios de habilitação descritos na IN Mapa 12/2009.**

Em atendimento aos Requisitos Técnicos Obrigatórios ou Recomendados para certificação de Unidades Armazenadoras em Ambiente Natural, constantes na Instrução Normativa supracitada, a Conab estabeleceu cronograma de investimentos para adequação de suas Unidades. No planejamento, as Unidades Armazenadoras do Rio Grande do Norte não estão contempladas em 2013, somente em 2014 e 2015 há previsão para investimentos, conforme quadro abaixo.

**Quadro XXVIII - Investimentos Previstos - 2014.**

Unidade Armazenadora Jerônimo Câmara - Natal-RN			
Capacidade estática: 5.000	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de agrotóxico		35.000,00	01
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00	04
Sinalização de trânsito		3.000,00	04
Sistema de combate a incêndio		170.000,00	04
<b>Sub total</b>		<b>253.000,00</b>	

Unidade Armazenadora Caiapós - Natal-RN			
Capacidade estática: 8.800	Modalidade: Convencional	Enquadramento: Terminal	
Obras		Custos	Obrigatoriedades
Local para guarda de agrotóxico		35.000,00	01
Pavimentação		1.325.000,00	04

Recinto de Análise	50.000,00	04
Sanitários de Clientes e deficientes	45.000,00	04
Sinalização de trânsito	3.000,00	04
Sistema de Combate a incêndio	170.000,00	04
Sistema de movimentação de produto	20.000,00	01
<b>Sub Total</b>	<b>1.648.000,00</b>	
<b>T O T A L</b>	<b>1.901.000,00</b>	

Fonte: Suarm/Gerap

**Quadro XXIX - Investimentos Previstos - 2015**

<b>Unidade Armazenadora de Assu – RN</b>			
<b>Capacidade estática: 3.200</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Recinto de Análise		50.000,00	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00	O4
Sinalização de trânsito		3.000,00	O3
Sistema de combate a incêndio		135.000,00	O4
<b>Sub Total</b>		<b>233.000,00</b>	
<b>Unidade Armazenadora de Caicó – RN</b>			
<b>Capacidade estática: 3.000</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Pavimentação		50.000,00	O3
Recinto de Análise		50.000,00	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00	O4
Sinalização de trânsito		3.000,00	O3
Sistema de combate a incêndio		135.000,00	O4
<b>Sub Total</b>		<b>283.000,00</b>	
<b>Unidade Armazenadora de Currais Novos – RN</b>			
<b>Capacidade estática: 3.500</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Local para guarda de Agrotóxico		35.000,00	O1
Pavimentação		50.000,00	O3
Recinto de Análise		50.000,00	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00	O4
Sinalização de trânsito		3.000,00	O3
Sistema de combate a incêndio		135.000,00	O4
Sistema de Movimentação de Produto		20.000,00	O1
<b>Sub Total</b>		<b>338.000,00</b>	
<b>Unidade Armazenadora de Mossoró – RN</b>			
<b>Capacidade estática: 3.200</b>	<b>Modalidade: Convencional</b>	<b>Enquadramento: Coletora</b>	
<b>Obras</b>		<b>Custos</b>	<b>Obrigatoriedades</b>
Recinto de Análise		50.000,00	O1
Sanitário de Clientes e Deficientes		45.000,00	O4
Sinalização de trânsito		3.000,00	O3
Sistema de combate a incêndio		135.000,00	4
<b>Sub Total</b>		<b>233.000,00</b>	
<b>T O T A L</b>		<b>1.087.000,00</b>	

Fonte: Suarm/Gerap

### Capacidade estática dos armazéns cadastrados pela Conab, comparando com a demanda anual por armazenagem, por produto e por Estado

O Cadastro nacional de Unidades Armazenadoras é fundamental para o conhecimento da oferta de armazenagem no país. Nele, estão contidas informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e a qualificação, ou seja, os equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos.

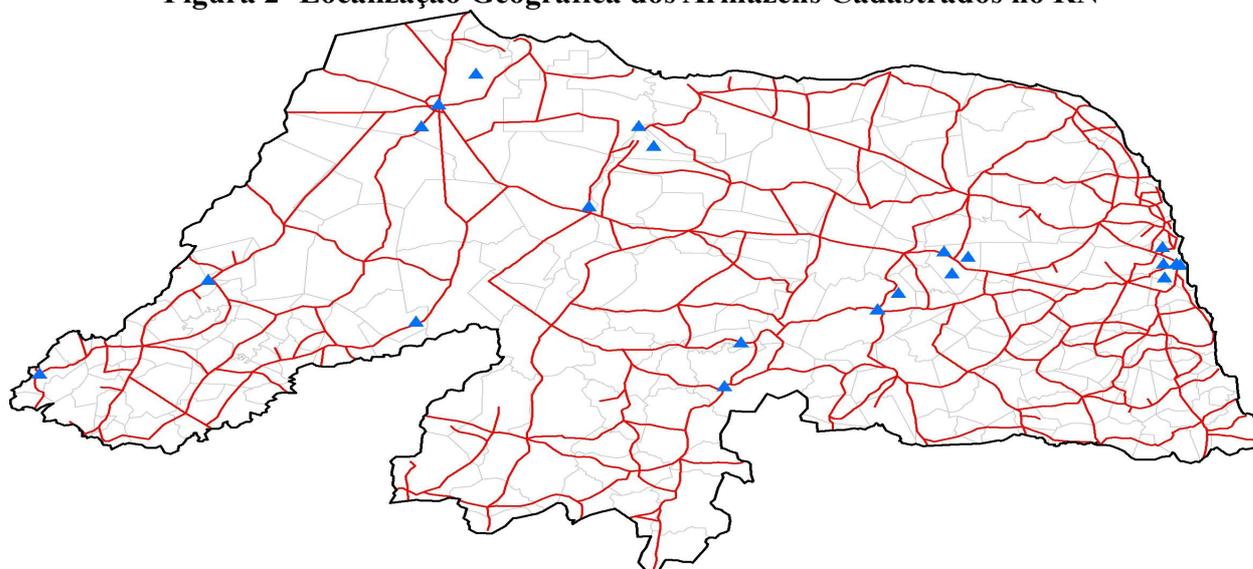
O Quadro abaixo mostra a capacidade estática instalada no estado do Rio Grande do Norte, composta de 21 armazéns com capacidade estática total para 57 mil toneladas, sendo 51,8 do tipo convencional e 5,2 à granel. Considerando a produção da safra de algodão em caroço e de grãos em 2012 (8,1 mil toneladas), tem-se uma demanda anual de 14,2%. Porém, há de se considerar que a safra agrícola de 2012 foi uma das piores das últimas décadas e não representou a realidade da produção de sequeiro no estado, que em safras normais alcança uma produção próxima de 100 mil toneladas/ano. Dos 21 armazéns existentes apenas 6 (seis) constaram, em 2012, do Sistema de Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras (Sicarm) como credenciados e aptos (armazéns da Conab), juntos ofertaram 26.700 toneladas de capacidade estática.

**Quadro XXX– Capacidade Estática de Armazenagem x Demanda**

UF	N.º UA	Capacidade Estática (mil ton)			Produto	Quantidade (mil ton)	Demanda %
		Convencional	Granel	Total			
RN	21	51,8	5,2	57,0	Algodão	0,2	14,2
					Arroz	2,4	
					Feijão	1,9	
					Milho	2,6	
					Sorgo	1,0	
					<b>Total Produção</b>	<b>8,1</b>	

Fonte: Dirab/Suarm e Boletim do 12º Levantamento de Safras (set/12)

**Figura 2 -Localização Geográfica dos Armazéns Cadastrados no RN**



**Legenda**

- ▲ Armazéns
- Rodovias
- Limite de Municípios
- ▭ Limite de Estado

Elaboração: GEOTE

## **Ações de capacitação de mão-de-obra do Setor Armazenador**

Em 2012 as ações estiveram suspensas pelos seguintes motivos: a) necessidade de implementação de novos controles, tipos de feedback dos participantes e necessidade de redefinir do público alvo beneficiado com o treinamento, e b) regularização administrativa do CENTREINAR, órgão responsável pela execução, por meio de convênio com a CONAB e a FUNARBE.

A regularização administrativa do CENTREINAR já foi implementada pelo Conselho Diretor constituído pelos representantes da Conab e UVF e a retomada da ação agora depende da disponibilidade de recursos e da assinatura de novo convênio.

### **7.2. Análise das ações de fiscalização de estoques públicos**

A fiscalização tem como finalidade essencial a apuração das condições de qualidade e quantidade dos estoques públicos e avaliação da situação técnico operacional das unidades armazenadoras depositárias. Executada de maneira sistemática e intensiva, a fiscalização é um instrumento valioso para a realização das ações preventivas que visam garantir a integridade destes ativos, e punitivas, adotadas quando das irregularidades constatadas e está sob a coordenação da SUFIS/GEFIS, na Matriz-DF.

Dado a complexidade da tarefa dos fiscais da Conab, torna-se fundamental a realização de treinamento e cuidados especiais permanentes, seja na atualização de novos procedimentos ou no acompanhamento e avaliação dos trabalhos realizados. Dessa forma, o Manual de Fiscalização traz orientações que visam subsidiar os trabalhos executados pelos fiscais, propiciando principalmente padronização das ações o que reflete em maior organização e credibilidade na fiscalização dos estoques públicos.

Em consequência dos resultados apurados pela fiscalização, diversas medidas são adotadas pela Conab, as quais permitem a administração de forma mais adequada e eficiente dos estoques públicos e a adoção de ações estratégicas de abastecimento do mercado ou de participação em programas sociais de segurança alimentar.

Portanto, o fiscal da Conab é um empregado formalmente capacitado para executar as atividades de fiscalização, em qualquer estado da federação, norteado pela orientação superior e à luz dos normativos existentes. Para o exercício da função são exigidos, além de condicionamento físico condizente, conhecimento específico de armazenagem, noções de classificação, cálculos e métodos de cubagem, elaboração de mapeamento, interpretação de normativos e do Manual de Fiscalização e das condições estabelecidas no Contrato de Depósito formalizado com as empresas prestadoras de serviços de armazenagem.

### **Quadro de Fiscais**

Para a realização dessa atividade, a Sureg/RN dispõe, em seu quadro, de 09 empregados com formação específica para fiscal. Esses empregados, além de exercerem a função de fiscal na Unidade Jurídica sob análise, também atendem, quando demandados, trabalhos em outros estados da federação. Quando não estão desempenhando a função de fiscal participam de outras atividades nas áreas em que estão lotados, já que a fiscalização obedece a um calendário elaborado pela Gerência de Fiscalização – GEFIS.

## Perdas em armazenagem.

As perdas são classificadas como quantitativas e/ou qualitativas, ambas são objeto de análise para identificar as causas que levaram a tais ocorrências. Sob o ponto de vista quantitativo os grãos sofrem, no decorrer da armazenagem, dois tipos de perda de peso, ou seja, as resultantes da secagem natural e da quebra técnica. A quebra por secagem natural é a perda causada pela redução do teor de umidade dos grãos, no decorrer da armazenagem, esta pode ser medida por intermédio de aparelho de determinação do teor de umidade. A quebra técnica caracteriza-se como não mensurável, causada pelos principais fatores: a) perda de peso resultante da atividade respiratória dos grãos, que conduz ao consumo de matéria seca constituinte de sua estrutura;b) movimentação dos grãos;c) captação de pó; e d) substituição de embalagem (sacaria).

Outro aspecto relevante é a qualidade, definida como sendo a aptidão do produto em satisfazer, com sucesso, a maioria das necessidades e anseios do consumidor ou usuário. Para isso, é necessário a fiscalização, com o objetivo de avaliar sua qualidade em níveis adequadamente aceitáveis pelo consumidor e que satisfaçam às suas necessidades, detectando falhas e propondo medidas corretivas.

Nas perdas quantitativas apuradas e registradas nos Termos de Vistoria e Notificação - TVN, são calculadas as reduções de peso ocorridas em razão do tempo médio em que o produto ficou armazenado, para fins de enquadramento das ocorrências em desvio ou em perdas em armazenagem. Em ambas as situações o devido processo é instaurado, como forma de apurar as circunstâncias em que ocorreram os fatos e assim facilitar os encaminhamentos visando apurar o fato ocorrido.

Todo o processo de fiscalização segue orientações contidas no Manual de Fiscalização dos Estoques Governamentais e demais normativos constantes do Manual de Operações Conab - MOC (Título 12 – Fiscalização dos Estoques Governamentais e comunicado Conab/MOC n.º 020, de 16/08/2004, ou, ainda, em orientações específicas estabelecidas pela **Companhia**.

Dessa forma, a perda qualitativa refere-se ao produto abaixo do padrão e desclassificado, perda quantitativa desvio e perdas em armazenagem.

Em 2012, os estoques vistoriados foram 17.956.507 kg de produtos e registradas seis ocorrências enquadradas como perdas em armazenagem nas Unidade Armazenadoras de Açúcar e Currais Novos, conforme quadro abaixo.

**Quadro XXXI - Demonstrativo das Perdas em Armazenagem**

Unidade	Produto	Ocorrências ( Em kg)				Situação	Proc.
		Perdas Qualitativas		Perdas Quantitativas			
		AP	Desclassificado	Desvio	Perdas em Armazenagem		
Açu	Milho	-	-	-	9.010	Solucionado e arquivado	0875/12
Açu	Milho	-	-	-	14.066	Solucionado e arquivado	0603/12
Currais Novos	Farinha	-	-	-	1.350	Solucionado e arquivado	0882/12
Currais Novos	Milho	-	-	-	31.208	Solucionado e arquivado	0878/12
Currais Novos	Milho	-	-	-	3.294	Pendente	0876/12
Currais Novos	Milho	-	-	-	1.208	Pendente	0961/12
<b>T O T A L</b>					<b>60.136</b>	-	-

Fonte: Dirab/Sufis

O quadro acima demonstra a inexistência de perdas qualitativas por produtos abaixo do padrão e desclassificados no ano de 2012. Observa-se perdas quantitativas enquadradas como perdas em armazenagem, cujos processos foram analisados pelas áreas responsáveis da Conab e enquadrados nos parâmetros técnicos permitidos, exceto os processos de n.ºs. 0876 e 0961/12 que encontram-se ainda pendentes de solução.

### 7.3. Análise das ações de movimentação de estoques públicos

O impacto gerado pela estiagem causou sérios danos a agropecuária potiguar, visando amenizar a situação de insegurança vivida por esse segmento importante para a economia do estado, o Governo Federal determinou através de Portaria específica a remoção de milho em grãos com a finalidade de amenizar a situação dos pequenos criadores do Rio Grande do Norte. Em 2012, foi contratada a remoção de 101.583, 8 toneladas de milho para atender aos produtores previamente cadastrados no Programa Vendas em Balcão à preços subsidiados e previamente estabelecidos em portaria específica, conforme já relatado item 4.2.2.

Conforme pode ser observado no quadro abaixo, da quantidade efetivamente contratada, apenas 47,6% foi efetivamente removida. Isso ocorreu em função das dificuldades encontradas na contratação do frete, vez que havia pouca oferta de caminhões para a consecução das remoções. A pouca oferta de caminhões foi gerada pela demanda do serviço de frete nas regiões produtoras do centro sul do país. No ano de 2012 adotou-se uma nova metodologia para obtenção dos custos de transporte, com vistas a chegar num valor de referência para a realização dos Pregões de Fretes. Essa nova metodologia, da interpolação linear, está baseada na obtenção da mediana dos valores coletados (x,y,z), segregados de acordo com os intervalos de distância.

**Quadro XXXII – Demonstrativo das Remoções Contratadas – Milho em Grãos - 2012**

<b>Origem</b>	<b>Quant. Contratada (em t) (a)</b>	<b>Quant. Cancelada (Em t)</b>	<b>Quantidade Removida (Em t) (b)</b>	<b>Participação % b/a</b>	<b>Quant. à remover (t)</b>	<b>Valor do Frete (R\$)</b>
GO	14.000,0	-	4.865,7	34,7	-	4.010.262,39
MT	87.583,8	13.545,7	43.457,2	49,6	39.715,2	33.395.654,13
<b>Total</b>	<b>101.583,8</b>	<b>13.545,7</b>	<b>48.322,9</b>	<b>47,6</b>	<b>39.715,2</b>	<b>37.405.916,52</b>

Fonte: Dirab/Suarm/Gemov

## 7.4. Principais indicadores de desempenho

1	<b>Nome do Indicador: Percentual de atendimento às solicitações de cadastro</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar em que medida as solicitações de cadastro estão sendo atendidas, seja por produtores, armazenadores ou empresas que manufaturam/comercializam produtos alimentícios	0	0	0
	<b>Análise do Resultado:</b> Não foram atendidas solicitações de cadastro de armazéns nos períodos analisados.			
2	<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns impedidos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e que não podem operar com os estoques públicos por não cumprirem com as exigências estabelecidas em contrato.	0	0	0
	<b>Análise do Resultado:</b> Para compor esse indicador são necessárias informações acerca do número de armazéns vistoriados e armazéns impedidos de armazenar estoques públicos, mas como apenas os armazéns da Conab armazenam esses estoques o resultado é zero nos três exercícios verificados.			
3	<b>Nome do Indicador: Percentual de armazéns credenciados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar a quantidade de armazéns cadastrados e aptos a operar com os estoques públicos, por cumprirem com as exigências contratuais.	29,41	30,00	29,41
	<b>Análise do Resultado:</b> Como pode ser observado o percentual de armazéns credenciados variam muito pouco nos períodos avaliados, haja vista os únicos armazéns credenciados serem os seis (06) que compõem a rede armazenadora da Conab no estado do RN.			
4	<b>Nome do Indicador: Percentual de produto armazenado em relação a capacidade estática</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Acompanhar a utilização da capacidade estática instalada visando otimizar a utilização da rede armazenadora própria	14,21	10,83	15,08
	<b>Análise do Resultado:</b> Todo o estoque da Sureg/RN (100%) é depositado integralmente nos armazéns da Conab. Os índices observados nos três exercícios representa o estoque médio mensal em relação à capacidade estática.			
5	<b>Nome do Indicador: Produtos armazenados para programas sociais em relação ao total de produtos</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar o percentual de produtos que são destinados para os programas sociais, na rede armazenadora própria.	100	100	100
	<b>Análise do Resultado:</b> Por ser um estado importador de alimentos e a Conab executar no Rio Grande do Norte, basicamente, atividades de cunho social, todo o estoque armazenado é destinado ao atendimento de programas sociais, por isso o resultado verificado nos três exercícios é igual a 100%.			
6	<b>Nome do Indicador: Custo médio para a fiscalização dos Estoques</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Identificar o valor médio dispendido com a fiscalização em relação ao estoque fiscalizado	0,92	0,32	2,65
	<b>Análise do Resultado:</b> Pode-se verificar a redução relevante do custo médio para fiscalização dos estoques em 2011 e 2012 em relação ao exercício de 2010. Esse custo depende muito mais do número de dias dispendidos para a realização da fiscalização do que da quantidade física vistoriada. Para se ter uma ideia dessa afirmação, em 2012 estava previsto a realização de 12 fiscalizações ao custo de R\$ 50.000,00, mas como a fiscalização foi concluída em um menor tempo, foram realizadas 25 fiscalizações ao custo de R\$ 16.511,30.			
7	<b>Nome do Indicador: Percentual de desvio de produtos armazenados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Acompanhar os desvios de estoques governamentais, visando adotar as medidas pertinentes	0	0	0
	<b>Análise do Resultado:</b> Os resultados foram zero para os períodos verificados por ter havido nenhum caso de estoque desviado.			
8	<b>Nome do Indicador: Percentual de alteração da qualidade dos produtos armazenados</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Verificar a manutenção da qualidade do produto no armazém em decorrência da prática correta dos procedimentos técnicos de armazenamento	0	0	0
	<b>Análise do Resultado:</b> Os resultados foram zero para os períodos verificados por ter havido nenhum caso de estoque com alteração de qualidade.			
9	<b>Nome do Indicador: Custo da remoção de produtos por tonelada</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	Objetivo do Indicador: Acompanhar o custo da remoção de produtos	557,53	402,53	579,68
	<b>Análise do Resultado:</b> Os itens que compõem o custo total das remoções são frete e preço do produto. O preço do primeiro item é encontrado após a realização de pregão no qual participam empresas transportadoras. O segundo item é o preço mínimo divulgado pela Conab a ser pago ao produtor. Esses custos são, portanto, variáveis a cada ano, dependem basicamente das condições do mercado agrícola.			

## 8. GESTÃO TECNOLÓGICA

### 8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

#### **Planejamento da área; Perfil dos recursos humanos envolvidos; Segurança da informação; Desenvolvimento e produção de sistemas; Contratação e gestão de bens e serviços de TI**

As ações de TI na Conab têm como diretriz básica o Projeto de Modernização da Tecnologia da Informação – PMTI, criado em 2004 e em execução desde então.

O PMTI é o carro-chefe da Superintendência de Gestão da Tecnologia da Informação da Conab e principal iniciativa de sustentação do objetivo – Prover a Companhia de Infraestrutura de TI Atualizada – constante no Mapa Estratégico da Conab. Além disso, é uma das iniciativas para suporte a boa parte de outros objetivos estratégicos, evidenciando assim o alinhamento das ações de TI e a importância destas como fator crítico de sucesso na execução de sua estratégia organizacional.

Tais ações, incluindo Segurança da Informação, Desenvolvimento e Produção de Sistemas, Contratação e Gestão de bens e serviços de TI, entre outras, são centralizadas na Matriz, tendo como diretriz o planejamento da área de TI para o respectivo exercício, obedecendo à legislação pertinente e aos procedimentos legais e observando a disponibilidade orçamentária e financeira para o período. Tanto que o Comitê formalmente designado para auxiliar nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativo de Tecnologia da Informação funciona no âmbito da Matriz, a quem compete adotar providências e proceder as devidas orientações às Superintendências nos Estados.

Para desempenhar, de maneira satisfatória, a gestão de tecnologia da informação (TI) a Sureg/RN conta com o apoio de um analista de tecnologia da informação, que faz parte de seu quadro de pessoal efetivo, e de um estagiário estudante do curso superior em Ciência e Tecnologia, contratado desde 1º de maio de 2012. Os dois técnicos são suficientes para o atendimento de toda a demanda da Sureg/RN e das unidades armazenadoras localizadas no interior do estado, a despeito de executarem diversas atribuições afetas à área de TI.

As principais atividades desempenhadas na Sureg/RN pelos dois técnicos de TI são: a) instalação, desinstalação e configuração de impressoras em rede e localmente; b) instalação, desinstalação e configuração de computadores e monitores; c) troca de peças e conserto de pequenos problemas em computadores; d) recuperação de arquivos; e) serviços no cabeamento estruturado; f) suporte aos usuários desta Superintendência auxiliando-os nas suas dúvidas ao usar os diversos programas utilizados em suas atividades; g) instalação, desinstalação e configuração de programas; h) troca de peças e conserto de pequenos problemas em impressoras; i) instalação de projetores e notebooks para eventos; j) troca e instalação de estabilizadores e no breaks; k) atualização de programas e sistemas corporativos; l) limpeza e lubrificação de computadores e impressoras; m) cabeamento, troca de conectores e testes na rede de computadores; n) instalação de *switches* e roteadores; e o) manutenção dos dispositivos que armazenam os arquivos salvos nas operações de backups.

Quanto à estrutura física do parque de informática, a Sureg/RN (e suas unidades armazenadoras) dispunha em 2012 de 69 micro computadores, 42 impressoras e 6 *switches*. Esses quantitativos são suficientes para o desenvolvimento das atividades da Sureg/RN. Na sede da superintendência regional, todos os empregados (exceto motoristas e ASG) que desenvolvem tarefas administrativas possuem microcomputadores a disposição, e cada uma das unidades armazenadoras dispõe de, no mínimo, dois microcomputadores. No entanto, essa estrutura física do parque de informática apresenta algumas dificuldades que impedem o seu resultado adequado. As principais

dificuldades enfrentadas pelos técnicos da área de TI são: a) a ausência de pontos de rede em número suficiente para comportar a quantidade atual de usuários, para se ter uma ideia dessa situação, em alguns setores mais de dois usuários acessam o mesmo ponto de rede, que gera lentidão tanto no acesso à internet quanto aos sistemas corporativos; b) a integridade física da rede informatizada não possui a segurança adequada, o risco de quedas de equipamentos é alto, pois possui fios espalhados e divisórias perfuradas para sua passagem; e c) a falta de local adequado para a manutenção e o conserto de computadores e impressoras. Nesse último quesito cabe ressaltar a importância da instalação de um local próprio na Sureg/RN para a manutenção preventiva e corretiva de seus equipamentos. Além da economia de recursos financeiros, dispomos de um empregado concursado exclusivamente para tal mister e no caso de contratação de empresas terceirizadas, via de regra, necessita-se de alguns dias para o seu contato, deslocamento, manutenção e conserto de equipamentos, o que pode causar transtornos e atrasos das atividades da Superintendência.

## **9. GESTÃO ESTRATÉGICA**

### **9.1. Análise da implantação do Plano de Gestão Estratégica da Empresa**

Com a descontinuidade do planejamento estratégico, conforme abordado no capítulo 1, restou prejudicado o acompanhamento da gestão com base na metodologia anteriormente implantada e com o suporte de ferramenta de informática atualizada, a qual permitiria explicitar os resultados por meio de indicadores apurados e a respectiva visualização de metas atingidas.

Contudo, em 2012, a Conab foi inserida no processo de planejamento estratégico do MAPA, nosso Ministério supervisor, no bojo do Plano de Ação para a Agropecuária Sustentável-PAAS/MAPA, mediante a inclusão de um conjunto de resultados estratégicos a serem alcançados pela Companhia, tendo como respaldo o Plano Plurianual - PPA para o período 2012 a 2015.

Atendendo a esse propósito, os Superintendentes da Matriz foram mobilizados para a identificação de ações ou novos projetos que se caracterizassem como estratégicos, tendo em vista o alcance de resultados e desafios futuros, e tendo como suporte o Plano Plurianual. Desse esforço resultaram alguns projetos que, selecionados à luz das ações consignadas no PPA, com respectiva previsão orçamentária, buscaram alinhar-se a 3 macro-resultados daquele Ministério, com previsão para monitoramento concomitante às reuniões de análises estratégicas do MAPA.

Os macro-resultados nos quais a Conab buscou inserir-se foram: Excelência Administrativa; Formulação e Implementação das Políticas Públicas para o Agronegócio; Agregação de Valor na Produção Agropecuária.

A partir da definição de um conjunto de 6 resultados e 14 projetos, associados aos citados macro-processos, a Conab optou por 3 Resultados Estratégicos, compostos por 7 projetos correspondentes, para efeito de acompanhamento e monitoramento por aquele Ministério. Os demais resultados foram acompanhados em nível interno, por serem considerados de gestão ou ainda por necessitarem de definição mais clara quanto ao vínculo orçamentário, embora todos concorram para a implementação da estratégia organizacional.

Para os três resultados escolhidos – Quadro de Pessoal Redimensionado; Armazéns Próprios Ampliados e Certificados; Subsídios à Formulação das Políticas Agrícolas e de Abastecimento Aperfeiçoadas – foram definidos os objetivos estratégicos relacionados, os projetos que a eles se vinculam, os responsáveis, os impactos e riscos para sua implementação, os produtos, assim como os indicadores de desempenho específicos.

Alguns desses projetos contam com a participação das Regionais para sua implementação, sendo eles: Ampliação da Capacidade Estática da Rede Armazenadora; Certificação de Unidades Armazenadoras Próprias; Aperfeiçoamento e Disponibilização de Informações sobre Safras; Nova Metodologia de Coleta de Preços Agropecuários; Estudo das Perdas Qualitativas e Quantitativas no Transporte e na Pós-Colheita de Grãos; Apoio às Centrais de Unidades Varejistas;

Implantação de Unidades de Serviço de Abastecimento Móvel Fluvial.

O monitoramento desses projetos, contudo, esteve restrito à Matriz, que foi quem conduziu e implementou as etapas iniciais, demandando informações das Sureg's ou devendo envolvê-las no processo oportunamente, tendo em vista que a maioria dos projetos é de médio prazo, variando de 3 a 5 anos, cujos resultados serão evidenciados mais à frente e para os quais deverá ocorrer o devido acompanhamento.

## 11. GESTÃO DE PESSOAS

As organizações públicas, via de regra, carecem sistematicamente da compreensão da importância das pessoas na execução dos serviços públicos e, assim, não percebem que a utilização eficiente de seus quadros de pessoal pode ser um grande diferencial no cumprimento de suas metas e, porque não dizer, de sua própria existência. Diversos debates estão sendo tratados atualmente, especialmente, no campo do modelo do gerencialismo da gestão pública moderna, nos quais o consenso é o de que ter pessoas competentes e realizadas no ambiente de trabalho é um *status quo* que deve ser buscado constantemente pela Administração Pública.

Para reunir essas habilidades, técnicas e demais qualidades pessoais e coletivas, a Conab/Sureg-RN lança mão de estímulos aos empregados para buscarem sua capacitação/qualificação, como vantagens financeiras, que cobrem os custos de 70% do preço de cursos de pós-graduação (*lato e stricto sensu*), 50% para cursos de idiomas, 50% para cursos de graduação além de, nesse caso, conceder redução da carga horária laboral em 2 horas diária, 100% para cursos de matemática financeira e português. Por decisões da Diretoria Colegiada, as aplicações financeiras em capacitações estão mais formalistas e, obrigatoriamente, devem ser encaminhadas à Matriz, em Brasília, para deliberação, o que torna o atendimento da demanda moroso, mas os caminhos são claramente definidos para os que solicitam e buscam se capacitar/qualificar. Diante disso, constata-se que o incentivo para o desenvolvimento humano no trabalho é uma práxis na CONAB/RN.

No entanto, percebe-se certa passividade dos empregados da Sureg/RN nas demandas por cursos e treinamentos de qualificação/capacitação profissional. A noção de que a qualidade de suas tarefas podem ser continuamente aperfeiçoada não é suficientemente compreendida pela maioria dos empregados da Regional da CONAB no Rio Grande do Norte. Cabe, aqui, ressaltar as dificuldades enfrentadas em 2012, pois em face de formalizações por parte da Gerência da Capacitação (GECAP), as contratações de empresas para execução de treinamentos se tornou mais moroso e mais formalista.

O quadro de Recursos Humanos da SUREG/RN é composto por empregados celetistas, contratados pelo regime da Consolidação das Leis Trabalhistas e mesmo os seus cargos de livre provimento são, por determinação normativa, preenchidos por empregados da Conab. Conta também com estagiários de nível superior e médio, além de empregados terceirizados para apoio nas áreas de conservação, limpeza, braçagem e vigilância.

No final do exercício de 2012, a Sureg/RN contava com 119 empregados, sendo 96 em efetivo exercício na Regional e suas unidades armazenadoras e 23 cedidos a outros órgãos públicos. Em relação ao exercício de 2011, observa-se a redução do número de empregados lotados na Sureg/RN, na qual passou de 121 para 119, devido à transferência de 1 empregado para outra Superintendência Regional e o falecimento de 1 empregado no final do exercício de 2012 de causas naturais.

Além dos pontos fortes e fracos da Conab supra relatados, o quadro de lotação da Sureg/RN não possui técnicos com a formação específica nas áreas contábil/fiscal e em cálculos trabalhistas, o que prejudica um pouco a atividade meio da Sureg/RN, pois ocorrem atrasos nas documentações fiscais e a necessidade de contratação dos serviços de contadores para realizarem a elaboração de cálculos e pareceres em processos judiciais em curso nas varas do trabalho, tendo em vista o elevado número de ações judiciais impetradas por empregados da Superintendência. Além desses, é imprescindível a contratação de empregados (nível fundamental) para o cargo de auxiliar em

serviços gerais para atuarem nos armazéns, tendo em vista alguns dos atuais, que são poucos, contarem com mais de 60 anos de idade. Em relação a esse último ponto, para que o serviço de braçagem, necessário para a atividade finalística de armazenagem, a Conab conta com contrato de prestação de serviços terceirizados.

### 11.1. Alocação dos Empregados

Conforme estabelecido no Regulamento de Pessoal – em obediência ao inciso II, artigo 37 da CF/88 - o ingresso nos quadros da Conab se dá por meio de concurso público, ressalvadas as nomeações para as funções gratificadas nos cargos de assessoramento aos Diretores e nos cargos de subordinação direta ao Presidente da Companhia. Desde o ano de sua criação, 1990, a Companhia realizou apenas três concursos públicos para provimento de pessoal, em 2005, 2006 e 2012. Nesse último ano não foram disponibilizadas vagas para a regional do Rio Grande do Norte.

Não obstante o ingresso de empregados contratados após a realização de concursos públicos, tem ocorrido nos últimos exercícios o ingresso de pessoal por meio de decisões judiciais e/ou por força da Lei de Anistia, n.º 8.878, de 11 de maio de 1994, materializada por meio de portarias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.

A Sureg/RN possui duas Gerências de área (a Operacional e a Administrativa-Financeira), as quais congregam quatro setores e sete Unidades Armazenadoras distribuídas em municípios do interior do Rio Grande do Norte. Quase todos os órgãos administrativos da Sureg/RN possuem pessoal suficiente, observa-se a carência de empregados em algumas unidades armazenadoras de Caicó e Currais Novos. No Quadro XXXIII a seguir, pode-se visualizar a distribuição dos empregados da Sureg/RN, no qual observa-se pequenas alterações em 2012 (em relação a 2011) devido a adequações nas lotações entre setores da sede da Sureg/RN e unidades armazenadoras.

**Quadro XXXIII – Distribuição dos empregados da UJ**

Unidade	Nº de empregados	
	2012	2011
Sede da CONAB RN	57	62
Unidade Armazenadora Natal	7	8
Unidade Armazenadora Natal / Caiapós	11	11
Unidade Armazenadora Currais Novos	2	2
Unidade Armazenadora Assu	6	5
Unidade Armazenadora Mossoró	11	10
Unidade Armazenadora Caicó	2	1
Empregados cedidos	23	22
<b>Total</b>	<b>119</b>	<b>121</b>

Fonte: Gefad/Seade (2012)

Apesar de o número de empregados lotados na Sede da Sureg/RN ser suficiente para o desempenho das suas atividades meio e finalística, é preciso envidar esforços no sentido de melhorar a atividade nas áreas de: 1) Recursos Humanos; 2) Fiscal/Tributária; e 3) Programa de Aquisição de Alimentos. A mesma situação não ocorre nos municípios de Caicó, Umarizal e Currais Novos, que possuem, apenas, 2 empregados em cada uma das suas unidades armazenadoras. Essa situação dificulta sobremaneira as atividades da Companhia nos três municípios, embora, não seja empecilho para a sua atuação naquelas regiões. Ressalte-se ainda que a SUREG/RN por meio da

Gerência de Cargos (GECAV) tentou captar empregados em todas as regiões do Brasil, visando transferências internas ao quadro da CONAB e com isso diminuir as dificuldades no campo de pessoal, mas logrou êxito parcial.

A SUREG/RN vem envidando esforços perante à Matriz para a abertura de vagas, por meio de concurso público, mas por motivos supervenientes o pedido não pode ser atendido.

Apesar de no ano de 2012 ter ocorrido a convocação dos aprovados no concurso, a Regional do RN não foi contemplada até o final do exercício 2012. De uma forma geral, a Superintendência apresenta certa convergência entre o perfil dos empregados, suas respectivas lotações e suas atividades laborais. A demanda pela criação de novos setores é uma realidade, que se faz necessária pela atuação do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA e por outro, das atividades da área fiscal, que hoje estão sob a gestão do Setor Contábil, no entanto esses dois contextos carecem de uma melhor efetividade no desenvolvimento de suas atividades para que não haja dificuldades operativas no universo da SUREG/RN e por conseguinte não afete o cidadão.

#### Quadro XXXIV - Número de Empregados por Situação Contratual

Situação Contratual	Nível			Total
	Auxiliar	Médio	Superior	
Contrato padrão	21	8	3	32
Concursados	0	0	11	11
Reintegração Judicial (Transitado em julgado)	9	5	1	15
Reintegração judicial (liminar)	23	2	1	26
Readmissão-Anistia (liminar)	27	8	0	35
Anistiado (Lei 8.878/94)	0	0	0	0
<b>Total</b>	<b>80</b>	<b>23</b>	<b>16</b>	<b>119</b>

Fonte: Gefad/Seade/RN

Pode-se observar que do total de empregados da Sureg/RN (119), 80 deles, ou seja, 67,23% encontram-se enquadrados como auxiliar (função que exige, apenas, o 1º grau completo), 19,32% como nível médio e, apenas 13,45% estão enquadrados como nível superior, muito embora, alguns empregados enquadrados como auxiliar e médio sejam possuidores diploma de conclusão de graduação e/ou o certificado de conclusão em pós-graduação lato sensu.

Cabe ressaltar que 60,50% do total de empregados, ou seja, 76 foram beneficiados pela Lei de Anistia após terem sido demitidos nos exercícios de 1990-1991, durante o mandato do ex-Presidente Fernando Collor.

**Quadro XXXV – Empregados Cedidos a outros órgãos pela SUREG/RN**

Órgãos com empregados cedidos	Nº de empregados	
	2012	2011
Advocacia Geral da União	1	1
Departamento Nacional de Obras contra a Seca	3	3
Procuradoria Regional do Trabalho	7	7
Receita Federal do Brasil	1	1
Superintendência Regional do Trabalho	1	1
Universidade Federal do Rio Grande do Norte	7	7
SFA/MAPA	1	0
INMET – Instituto Nacional de Meteorologia	2	0
FNS - Fundação Nacional de Saúde	0	1
<b>Total</b>	<b>23</b>	<b>21</b>

Fonte: Gefad/Seade (2012)

Ao analisar o Quadro XXXV, observa-se a pequena variação no total de empregados cedidos entre os anos de 2011 e 2012, com variação positiva de 2 empregados no último exercício. Ocorreu o retorno à Sureg/RN de um empregado, anteriormente à disposição da FNS, e a cessão de mais 2 empregados para o INMET. O empregado cedido à SFA/MAPA estava, até o final de 2011, à disposição da PRT – Procuradoria Regional do Trabalho.

Todos os 23 empregados cedidos são reintegrados ou anistiados, desse total 9 estão enquadrados como ASG e 14 como nível médio, apesar de 7 possuírem diploma de graduação e/ou certificado de pós graduação. A faixa etária média desses empregados cedidos é de 50 anos. A cessão dos empregados cumpriu todos os ditames legais, muito embora houvesse a necessidade de aumento de mão de obra em algumas unidades armazenadoras localizadas no interior do estado.

## 11.2. Comunicação na Instituição

Regra geral, classificam-se em dois tipos os esquemas de comunicação interna numa empresa. São eles:

- Comunicação formal, que é o planejado, facilitado e controlado; e
- O informal, que surge espontaneamente numa empresa, em reação às necessidades de seus empregados.

No âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, a comunicação majoritariamente utilizada é a formal, seguindo a corrente de comando numa escala hierárquica, cuja aplicação é normatizada por meio das Normas de Organização: NOC 60.203 - Meios de Comunicação e classificam-se em :

a) Atos Deliberativo - Normativos - são as deliberações cujos objetivos visam formalizar decisões, regras ou normas imperativas. São eles: Ato de Direção; Ato de Superintendência de Área; Ato de Superintendência Regional; Estatuto Social; Norma; Portaria; Regimento Interno; Regulamento e Resolução;

b) Atos de Correspondência - são meios que visam a comunicação direta, indireta ou pública da Companhia. Caracterizam-se por terem destinatários declarados. São eles: Aviso; Carta; Carta Circular; Carta Cobrança; Carta Inadimplência; Comunicação Interna; Comunicação Interna Circular; Edital; E-Mail (Correio Eletrônico); Fac-Símile (Fax); Ofício; Relatório; Regulamento de Operações Comerciais; Requerimento; Telex/Telegrama;

c) Atos Enunciativo - Esclarecedores - são meios que objetivam esclarecer ou emitir

opiniões a respeito de assuntos constantes de processos. Destinam-se a fornecer fundamentos para soluções diversas. São eles: Despacho; Nota Técnica; Parecer e Voto.

d) Atos de Assentamento - são meios que se destinam a registrar fatos em Cartório ou na Companhia, inscrevendo e transcrevendo atos, títulos e documentos, no intuito de autenticá-los, dando-lhes força de prevalecer contra terceiros, de forma a torná-los documentos comprobatórios. São eles: Ata; Processo e Memória de Reunião;

e) Atos de Pacto ou Ajuste - são meios que expressam acordos de vontades mútuas. São eles: Convênio e Contrato; e

f) Outras Formas de Comunicação - são meios que visam a comunicação direta, indireta ou pública da Companhia. São elas: Publicações (Boletim Administrativo e outros trabalhos de divulgação; Rádio; Rede local; Rede de Transmissão de Dados; Telefone e Telefonia Móvel Celular.

No aspecto geral, referente à comunicação internas das ações desenvolvidas pela Regional, bem como a divulgação de ordens e recomendações emanadas pela Matriz, há uma adequada receptividade por parte do empregados.

Regularmente, a Sureg/RN utiliza-se de comunicações informais, seja por meio de reuniões com o corpo funcional, seja por reuniões com as gerências e encarregados de setor, seja por despachos de mero expediente. No entanto, não descaracterizam ou fragilizam as comunicações, uma vez que, na maioria dos casos, são posteriormente formalizadas.

Neste tópico, convém informar que a Conab, na sua estrutura, dispõe de uma Coordenadoria de Comunicação e Promoção Institucional- COPRI, subordinada à Presidência e tem como atribuição, dentre outras, coordenar, apoiar e avaliar as ações de comunicação social e de promoção institucional; Difundir e reafirmar o conhecimento e entendimento da sociedade sobre o papel e importância da Companhia.

A COPRI possui duas Gerências: Gerência de Imprensa – Geimp e Gerência de Eventos e Promoção Institucional – Gepin, dispendo de empregados específicos na área de publicidade e jornalismo. Ocorre que o quadro de pessoal da Regional não dispõe de referidos empregados, o que representa uma carência na qualidade das informações a serem divulgadas ao público externo no Estado.

Ressalta-se que a COPRI/Geimp elabora o Notícia do Dia, um informativo interno da Conab, disponibilizado via intranet, que relata as ações e fatos envolvendo tanto a Matriz, como as demais Superintendências.

Além da comunicação interna, a Sureg/RN divulga e demanda informações do público externo. As divulgações de dados como expectativas de safra, colheita, programas de governo etc. são feitas em programas de rádio, canais de televisão, reuniões com associações e cooperativas de agricultores, prefeituras e secretarias municipais e estaduais. A demanda de informações sobre safras agrícolas é feita ouvindo os produtores rurais, sindicatos rurais, etc, por meio de ligações telefônicas, e-mail e informativos escritos. Para reunir todas essas informações, a Sureg/RN conta com o apoio de um estagiário de nível superior do curso de jornalismo, lotado na Superintendência.

Destaca-se, ainda, as comunicações digitais adotadas pelos empregados por meio de mensagens eletrônicas, onde todos os empregados tem login com domínio CONAB. Essa ferramenta é uma das mais céleres, pois possibilita os encaminhamentos em nível técnico e gerencial intra SUREG/RN e entre esta e a Matriz. Existem mais duas formas de comunicação interna na SUREG/RN que são denominadas de bate papo, onde colocam os empregados em contato com todos os demais, de forma rápida e em tempo real. Tal suporte é dado pelos aplicativos CIC e o PIDGIN.

Quando tratamos do público externo a SUREG/RN adota a interlocução por meio de Ofícios dando encaminhamentos diversos. Existe a *home page* [www.conab.gov.br](http://www.conab.gov.br) onde estão disponíveis todas as informações administrativas e operacionais. Neste sitio a sociedade consulta os recursos federais investidos nos programas implementados pela CONAB/SUREG/RN. O cidadão também é atendido na SUREG/RN onde todas as demandas são tratadas. Outro ponto importante é a participação de nossos Gestores e Técnicos da área operacional na interação com a mídia local

(rádios comunitárias), momento em que são evidenciadas a CONAB e suas atividades, esclarecimentos e divulgação dos programas governamentais.

### 11.3. Clima Organizacional e Ambiente de Trabalho

No ano de 2008, a Conab/Matriz, por meio de sua Diretoria Administrativa, iniciou uma Pesquisa de Clima Organizacional. Entende-se por Clima Organizacional as percepções que os funcionários têm da organização sobre diversas variáveis, dentre elas: comunicação, recompensa, conforto físico, etc. No entanto, os trabalhos foram suspensos, não havendo informações de qual momento serão retomados. Em 2012 não houve pesquisa de Clima Organizacional o que impede de traduzir uma visão acurada desse elemento, que seria uma ferramenta gerencial importante.

A SUREG/RN, dentro de suas limitações, mantém-se vigilante com o bem estar dos seus empregados e clientes, e sempre foi célere em dotar a Superintendência da estrutura necessária, para que os diversos elementos que compõem o clima organizacional, quais sejam, a comunicação, o conforto físico, a iluminação etc., transcorram normalmente. Para tanto, a SUREG/RN contrata anualmente uma empresa de Engenharia e Medicina do Trabalho, a qual tem como principal objetivo medir os índices adequados de iluminação, ruídos, ergonomia, poeira, umidade e temperatura.

Cabe salientar que todos os empregados dispõem da estrutura mínima para desempenhar suas tarefas, todos possuem cadeiras, birôs, computadores, salas refrigeradas e aparelhos telefônicos. Em relação ao relacionamento interpessoais, a Gerência Administrativa e a Asnab/RN (Associação dos Empregados da da Conab, diretório do RN) cumprem seu papel social com eficiência. Promove encontros com todos os empregados para confraternizar com os aniversariantes de cada mês, além de manter uma pequena academia de musculação em sua sede, promover jogos de futebol e de realizar encontros em datas comemorativas, como dia da Mães, dos Pais, São João, dia da Criança Natal, etc.

Deve-se destacar também que houve dificuldades orçamentárias em 2012, o que impediu a contratação da pessoa jurídica para prestação dos serviços de massagem laboral, uma demanda prevista no Acordo Coletivo e requisitada pelos empregados. Bem como não houve atendimento por parte da Matriz das demandas de compra de móveis para dotar melhor a SUREG/RN de estrutura mobiliária.

### 11.4. Ações de Conhecimento e Aprendizagem

A Conab mantém um Plano de Educação Corporativa, que é o conjunto de ações que englobam o processo de Treinamento, Desenvolvimento e Educação da Companhia – TD&E. Para sua normatização desenvolveu o Programa de Educação Corporativa, documento que compõe a programação das atividades educativas que buscam o crescimento profissional dos empregados da Companhia, subentendidas em:

a) Treinamento – são as atividades voltadas ao ensino e aprendizagem, de caráter teórico e prático, que visam dotar o empregado de conhecimentos, habilidades e atitudes indispensáveis ao exercício adequado de suas atividades profissionais específicas.

b) Desenvolvimento – é a educação que visa ampliar, desenvolver e aperfeiçoar o homem para o seu crescimento como ser integral, contemplando aspectos profissionais, éticos, morais e sociais.

c) Educação – é um conjunto de práticas educacionais abrangendo a formação escolar nos níveis fundamental, médio e superior, contribuindo para o desenvolvimento humano e o consequente resgate à prática da cidadania no ambiente sócio-profissional.

O processo de planejamento, execução, avaliação, controle e coordenação das atividades são

realizados pela área de TD&E da Matriz. Contudo, as Superintendências Regionais tinham até 2011 autonomia própria para planejar, executar, avaliar, controlar e coordenar as atividades, desde que não exceda o limite de R\$ 3.000,00 mensais. Acima desse limite, deve haver autorização da Matriz. Em 2012, houve centralização da deliberação sobre participação de empregados em ações de capacitação. Assim, toda demanda de qualificação deve obrigatoriamente ir para CONAB/Brasília. Isso tornou os processos mais morosos e um rigor processual excessivo.

Em 2012, tivemos muitas explicações de empregados que realizaram seus trabalhos de conclusão em cursos em Especializações, o que possibilitou uma multiplicação do conhecimento por parte dos empregados dos diversos objetos de investigação, cuja base de investigação é a SUREG/RN.

A Conab Matriz (em Brasília) firmou contrato com a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração – Renapsi, para a contratação de 169 jovens aprendizes, dos quais 5 desenvolvem suas atividades na Sureg/RN, sendo 2 na Superintendência Regional, 1 na Geose, 1 na UA/Caipós e 1 na UA/Mossoró.

Visando apresentar os números referentes a T&D de 2012 das atividades da Sureg/RN deve-se visualizar os Quadros XXXVI e XXXVII.

#### Quadro XXXVI – N° de treinandos 2012

Área de Conhecimento	N° de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Administrativa	23	46	2
Auditoria	0	0	0
Comunicação Social	31	310	10
Educação e Desenvolvimento	24	520	21,6666666667
Financeira	9	344	38,2222222222
Gerencial	0	0	0
Informática	0	0	0
Jurídica	4	88	22
Operacional	3	256	85,3333333333
Planejamento	20	100	5
Qualidade	0	0	0
<b>Total</b>	<b>114</b>	<b>1.664</b>	<b>14,5964912281</b>

No exercício de 2012 a Sureg/RN promoveu diversos cursos, nas mais diferentes áreas, totalizando 114 empregados treinados, cumulativamente, pois alguns participaram de mais de um treinamento. A carga horária destinada à realização desses cursos foi 1.664 horas, que dividido por 114 empregados tem-se o resultado de 14,59 horas por participante, número este próximo ao encontrado no exercício de 2011 (15,21 horas). Esses números demonstram a preocupação da Sureg/RN em manter o contínuo processo de aperfeiçoamento de seus empregados.

**Quadro XXXVII– Relação de cursos realizados na Sureg/RN em 2012**

CURSO	PERÍODO DE REALIZAÇÃO	Nº PARTICIPANTES
1. Rumo a uma cultura de acesso à informação – Lei 12.527/2011.	4 a 19/6/2016	34
2. Perda da chance na Administração Pública.	10/5/2012	17
3. Política Agrícola e de Abastecimento no RN: uma avaliação do Programa de Aquisição de Alimento (PAA).	27/11/2012	15
4. Ética e Serviço Público.	14/3/2012	19
5. Governança Corporativa: planejamento, metas e riscos.	13 a 15/8/2012	4
6. ENAPRO – Encontro Nacional dos Procuradores da Conab.	24 a 26/9/2012	3
7. Legislação tributária aplicada ao sistema SAAGRA.	10 a 14/12/2012	4
8. Novo sistema jurídico da PROGE/MARTIZ.	27/9/2012	1
9. Programa de incentivo de língua estrangeira.	31/12/2012	3
10. Eletricista de instalações.	13/8 a 30/10/2012	3
11. Novo CPR – Contas a pagar. e receber.	19 a 22/10/11	3
12. Operacionalização do SISMAT – Sistema de Material.	20 a 22/6/2012	1
13. Auditoria técnica do sistema nacional de certificação de unidades armazenadoras.	11 a 20/6/2012	1
14. Contabilidade.	26 a 29/8/2012	1
15. Elaboração de relatório de gestão e prestação de contas.	6 e 7/2/2012	1
<b>Total</b>		<b>114</b>

Os cursos 2 e 3 identificados no Quadro XXXVII foram apresentados por empregados lotados na Sureg/RN, cujos temas foram objeto de monografias para a conclusão de cursos de pós-graduação lato sensu. A apresentação desses trabalhos é obrigatória - como forma de disseminação de conhecimento - haja vista a Conab custear 70% das despesas financeiras desses cursos.

**11.5. Informações sobre recursos humanos da Conab****Composição do quadro de empregados ativos****Quadro XXXVIII – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2012**

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)</b>	<b>0</b>	<b>119</b>	<b>3</b>	<b>5</b>
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	0	119	3	0
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	0	96	3	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	23	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
<b>2. Servidores com Contratos Temporários</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>4. Total de Servidores (1+2+3)</b>	<b>0</b>	<b>119</b>	<b>3</b>	<b>5</b>

Fonte: Digep/Sugep

A SUREG/RN contava, em 2012, com 119 empregados considerando a data 31/12/2012. Todos são agentes (empregados públicos) de carreira, uma vez que na estrutura da Sureg/RN não possui, em seu quadro, empregados temporários, empregados requisitados de outros órgãos, nem de servidores sem vínculo com a Administração Pública.

É interessante informar que a composição dos 119 empregados efetivos, em dezembro de 2012, estava assim formada: 11 empregados concursados; 61 anistiados; 15 reintegrados; e 32 contratados antes da vigência da CF/1988, período em que não havia a obrigatoriedade da aprovação prévia em concurso público para contratação de pessoal.

Em relação ao exercício anterior (2011) a força de trabalho da Sureg/RN foi reduzida de 121 para 119 em razão da transferência de um empregado para a Sureg/CE e do falecimento de um outro por motivo de doença.

#### Quadro XXXIX - Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12/2012

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
<b>1. Cedidos (1.1+1.2)</b>	<b>24</b>
1.1. Decreto n.º 4.050 de 12/12/2001	1
1.2. Lei n.º 10.470 de 25/06/2002	23
<b>2. Afastamentos (2.1+2.2)</b>	<b>0</b>
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	
2.2. Aposentadoria – invalidez temporária	
<b>3. Licença Remunerada (3.1+3.2)</b>	<b>0</b>
3.1. Licença Maternidade – 120 dias	
3.2. Licença Maternidade – Emp Cidadã – 60 dias	
<b>4. Licença não Remunerada (particular)</b>	
<b>5. Outras Situações (Especificar o ato normativo)</b>	
<b>6. Total dos Empregados (1+2+3+4+5)</b>	<b>24</b>

Além dos empregados cedidos pode-se observar no Quadro XXXIX o afastamento de um empregado, licenciado com remuneração, para participar do programa de pós graduação *stricto sensu*, Doutorado em Administração, com a devida autorização da Presidência da CONAB.

#### Quadro XL – Estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
<b>1. Funções Gratificadas</b>	-	<b>18</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
1.1. Empregado em Cargo de Carreira		18	5	5
1.2. Empregado com Contrato Especial/ Conselheiros				
1.3. Empregado Requisitado				
<b>2. Total de Empregados com Função Gratificada</b>	-	<b>18</b>	<b>5</b>	<b>5</b>

Fonte: Digep/Sugep

Ao se tratar dos empregados que são detentores de funções gratificadas identificamos um contingente de 18 pessoas (16 no campo da gestão e 2 como apoio). Todos são empregados de carreira, quase em sua totalidade são pessoas de nível superior, muito embora, existam empregados que ocupem funções gratificadas que possuem apenas o ensino médio e um empregado com, apenas, o ensino fundamental completo.

**Quadro XLI – Quantidade de servidores da UJ por faixa etária**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>17</b>	<b>63</b>	<b>18</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	4	17	63	18
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>1</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas		3	7	6	1
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>24</b>	<b>69</b>	<b>19</b>

Fonte: Dige/Sugep

Ao observar o Quadro XLI percebe-se que a faixa etária dos empregados da Sureg/RN é elevada, apesar das contratações efetivadas em 2005 e 2006, haja vista esses concursados representarem um pequeno contingente de apenas 11 empregados, o que representa 9,2% do efetivo. Dos 119 empregados lotados na Superintendência Regional no final de 2012, 88 tem mais de 50 anos de idade, ou seja, 73,95% de seu contingente; 19 empregados (16%) tem mais de 60 anos; 7 empregados tem mais de 65 anos, dos quais 1 contava em dezembro de 2012 86 anos de idade; e os mais jovens, apenas 7 empregados (5,9%), tem entre 31 a 40 anos.

Diante dessa elevada faixa etária dos empregados da Regional, a Conab incorre no risco de descontinuidade das suas atividades, resultante da perda da experiência e da memória acumuladas por alguns de seus empregados - em razão de estarem próximos da idade de aposentadoria - e da não previsão de substituição. Cabe ressaltar, que não há previsão de novas contratações para as Superintendências Regionais, mas apenas na Matriz, pois o DEST já havia autorizado a realização de concurso, visando o preenchimento de 155 novas vagas (conforme Nota Técnica AUDIN nº 05/2012), as quais deverão ser preenchidas no decorrer de 2013 após a realização de um novo concurso realizado em setembro de 2012.

As ações que poderiam minorar essa situação seriam: a instituição de um PDVI (Plano de Demissão Voluntária Incentivada) para viabilizar a saída dos empregados mais antigos; e a contratação de novos empregados por meio de concurso público, visando tornar mais equilibrados os percentuais entre os empregados mais novos (até 40 anos), os intermediários (entre 41 e 50 anos) e os mais velhos (acima de 50 anos).

**Quadro XLII – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade**

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
<b>1. Provimento de Cargo Efetivo</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>15</b>	<b>35</b>	<b>24</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	1	0	12	15	35	24	13	0	1
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>2. Provimento de Cargo em Comissão</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	1	7	5	4	1	0
<b>3. Totais (1+2)</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>16</b>	<b>42</b>	<b>29</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>1</b>

**LEGENDA****Nível de Escolaridade**

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: DigeP/Sugep

Ao analisar o Quadro XLII percebe-se o elevado número de empregados, compreendido desde o não alfabetizado até os que detêm o segundo grau/técnico (71 empregados), que representa 59,66% da lotação. Enquanto os empregados que possuem nível superior/pós graduados representam 40,37%, dentre esses 13 estão enquadrados como ASG ou nível médio. No entanto, o nível de escolaridades verificado na Sureg/RN não prejudica, regra geral, o desenvolvimento de suas tarefas.

**Composição do quadro de estagiários****Quadro XLIII– Composição do Quadro de Estagiários**

Nível de Escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no Exercício (em R\$1,00)
	1.º Trimestre	2.º Trimestre	3.º Trimestre	4.º Trimestre	
<b>1. Nível Superior</b>	<b>9</b>	<b>7</b>	<b>10</b>	<b>9</b>	81.076,07
1.1 Área Fim	7	6	7	6	
1.2 Área Meio	2	1	3	3	
<b>2. Nível Médio</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	
2.1 Área Fim					
2.2 Área Meio		1	1		
<b>3. Total (1+2)</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>10</b>	<b>81.076,07</b>

Fonte: DigeP/Sumoc

Os estagiários lotados na SUREG/RN fazem parte do programa nacional de Estagiário da CONAB. Em 2012, houve uma média mensal de quase 10 estagiários que empreenderam tarefas administrativas na Superintendência do RN, dos quais mais de 50% envolvidos nas atividades finalísticas da Conab tanto na sede da Sureg/RN quanto nas Unidades Armazenadoras. Em relação ao exercício de 2011, pode-se observar um decréscimo em 2012 em relação à média trimestral de estagiários, por isso a despesa total no exercício de 2012 (R\$ 81.076,07) manteve-se inferior ao registrado em 2011 (R\$ 88.202,94). Cabe ressaltar que havia, em 2012, a necessidade de mais estagiários, notadamente nas unidades armazenadoras localizadas no interior do estado, mas por Resoluções internas da CONAB existe limite de vagas, tendo a SUREG/RN já atingido o referido. Ao comparar as despesas com os Programa de Estagiário da SUREG/RN de 2012, com o implementado em 2011, percebe-se um economia na ordem de R\$ 7.132,85. É importante destacar que isso se deveu a alguns momentos em que ocorreram processos seletivos para contratação de novos estagiários, ficando, em alguns momentos, os setores da Sede sem o quadro completo, mas isso em face do próprio caminhar da gestão, aspecto natural e já esperado.

**Quadro XLIV– Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores**

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis	Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
<b>Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provento em Comissão</b>											
Exercícios	2010	5.522.637,25	-	-	-	319.818,25	1.125.261,37	-	278.260,83	-	7.245.977,70
	2011	6.333.856,01	-	-	-	244.188,94	1.088.668,16	-	-	-	7.666.713,11
	2012	8.745.764,74	-	-	-	228.163,34	1.208.707,53	-	222.164,66	-	10.404.800,27
<b>Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença</b>											
Exercícios	2010	686.949,56	-	-	-	1.128,00	211.724,60	-	9.725,92	-	909.528,08
	2011	832.572,79	-	-	-	5.600,85	206.380,19	-	-	-	1.044.553,83
	2012	1.094.986,40	-	-	-	3.572,00	235.519,50	-	23.596,79	-	1.357.674,69
<b>Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas</b>											
Exercícios	2010	1.762.595,64	-	835.962,58	-	52.073,23	294.351,84	-	161.686,78	-	3.106.670,07
	2011	2.368.949,49	-	851.188,14	-	32.747,76	361.164,44	-	-	-	3.614.049,83
	2012	2.832.461,99	-	982.610,40	-	20.223,88	381.888,39	-	70.011,27	-	4.287.195,93

Fonte: Digep/Sugep

Os custos demonstrados no Quadro XLIV incluem os seguintes itens: a) vencimentos e vantagens; b) gratificações de função; c) adicionais de insalubridade, de periculosidade e de transferência; d) diárias; e) benefícios (auxílio alimentação, programa de alimentação do trabalhador – PAT, assistência pré-escolar, auxílio escola, vale – transporte, salário família, auxílio aos portadores de deficiência e necessidades especiais e auxílio-funeral); f) despesas exercícios anteriores (ACT 2010/2011); e g) decisões judiciais (Pensões Vitalícias). Os custos com encargos sociais estão demonstrados no Quadro XLV a seguir e são compostos dos seguintes itens: FGTS, INSS, seguro de vida, salário educação, SAT, multas, Senac, Sesc, Sebrae.

**Quadro XLV– Encargos Sociais**

<b>Empregados Cedidos</b>		
<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
153.572,07	197.683,29	261.145,64
<b>Demais empregados</b>		
<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
2.127.601,10	2.470.511,61	3.319.579,66

Fonte: Digep/Sugep

Em 2012, o custo total com o pessoal lotado na Sureg/RN, incluído os encargos sociais, foi de R\$ 19.630.396,19, montante superior em 30,93% em relação ao exercício de 2011, que foi de R\$ 14.993.511,67, e superior em 44,94% ao custo total incorrido em relação ao exercício de 2010, R\$ 13.543.349,02.

O custo com as gratificações de função (R\$ 982.610,40) representa 5,01% do total dos custos dispendidos para a manutenção da folha de pagamento anual da Sureg/RN.

Em relação ao custo total com pessoal da Conab (R\$ 955.055.557,46), a Sureg/RN representa 2,06% (R\$ 19.630.396,19) do montante dispendido para a manutenção da folha de pagamento da Companhia.

### Quadro XLVI – Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante															
Nome: Companhia Nacional de Abastecimento															
UG/Gestão: 135457 – 22211										CNPJ: 26.461.699/0373-43					
Informações sobre os contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigidos dos trabalhadores contratados						Sit.	Quantidade de Trabalhadores	
					Início	Fim	F		M		S			P	C
							P	C	P	C	P	C			
2011	V	O	3/2011	04.008.185/0001-31	15/04/12	14/04/13	-	-	-	32	-	-	P	-	32
2011	L	O	8/2009	01.417.412/0001-94	02/01/12	03/01/13	-	3	-	-	-	-	P	-	3

**Observações:**  
 Legenda: Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.  
 Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.  
 Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.  
 Situação Contratual: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado/(E) Encerrado  
 Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente Contratada

Fonte: Seade/RN

As atuais empresas que prestam os serviços de limpeza e conservação e vigilância armada à Sureg/RN foram contratadas após a realização de certame licitatório na modalidade pregão eletrônico. Os contratos foram firmados com as prestadoras desses serviços nos exercícios de 2009 e 2011, respectivamente, os quais foram objeto de seguidos reajustes, em razão da natureza continuada dos serviços, observado o limite de até 60 meses. Para tanto, houve prévio levantamento dos custos apurados, por meio de pesquisa de preços aplicados no mercado local, além da observância aos limites de preços máximos estipulados pela SLTI/MPOG.

### Demonstrativo de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Em 2012, ocorreu o desligamento de um empregado, em razão do seu falecimento no final do exercício. A Conab está sujeita ao regime CLT, não havendo ocorrência de concessão de aposentadoria e pensões.

### Perspectivas de aposentadorias e estratégia de recomposição de pessoal

A situação jurídica da Conab - empresa pública de personalidade de direito privado, regida pela CLT nas relações contratuais com seus empregados - confere aos seus empregados a prerrogativa de permanecer em atividade na Companhia mesmo após a concessão da sua aposentadoria, conforme decisão TST-RR-815300-06.2003.5.12.0001. Diante disso, alguns empregados decidem não aposentar-se ao completar 70 anos de idade ou aposentar-se por tempo de serviço e permanecer em atividade na Companhia. Essas duas situações ocorrem em razão de o trabalhador perder alguns benefícios concedidos pela Conab no momento do seu desligamento da Companhia como: auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio creche, auxílio escola, além da participação da Companhia nos gastos com plano de saúde.

A perda desses benefícios, somados à falta de planejamento para aposentadoria e à redução dos vencimentos ao aplicar-se o fator previdenciário, no momento do afastamento, torna difícil para a Sureg/RN prever ou planejar o número de empregados que decidirão pelo seu desligamento da Conab. Para ilustrar essa situação, na Sureg/RN 28 empregados em atividade (23,5% do quadro efetivo) estão aposentados e um desses tem 86 anos de idade.

Para que ocorra o desligamento dos empregados aposentados e os que encontram-se em vias da aposentadoria e, dessarte, viabilizar uma futura recomposição/ampliação do quadro de pessoal da Sureg/RN é necessário um PDVI com valores que despertem o interesse de o empregado desligar-se da Companhia.

### Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

	Nome do Indicador: Rotatividade ou Turnover total	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Monitorar indícios de problemas relacionados a: processo seletivo, sistema de remuneração e benefícios, clima organizacional, perda da cultura organizacional e de capital intelectual, mercado de trabalho aquecido.	119	121	115
1	<b>Análise:</b> Neste item verifica-se o aumento do número de empregados de 115, em 2010, para 121, em 2011, em razão dos seguintes fatos: a) dois empregados foram readmitidos, em cumprimento à Lei 8.878/94, que concedeu anistia aos servidores demitidos durante o Governo Fernando Collor; b) três empregados foram transferidos de outras Superintendências Regionais, sendo um de Santa Catarina, um da Paraíba e um do Piauí; e c) um empregado retornou ao quadro de lotação após vários anos de afastamento por licença não remunerada. A redução da lotação de 121, em 2011, para 119 empregados, em 2012, deve-se ao fato do falecimento de um empregado, por causas naturais, e a transferência de outro para a Superintendência Regional do Ceará.			
	Nome do Indicador: Percentual de realização de exames médicos periódicos	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional- PCMSO.	89,25	87,83	84,44
2	<b>Análise:</b> Neste item, pode-se observar que a totalidade dos empregados (100%) não é atingida nos três exercícios verificados. A meta de 100% dos empregados não é atingida, haja vista, alguns empregados haverem iniciado os seus exames periódicos, anuais e obrigatórios, em dezembro/2012 (mês de aniversário) e concluído, apenas, no exercício seguinte. Mas todos os empregados cumprem a exigência regimental e legal de concluir os exames periódicos anuais. Pode-se observar, ainda, que os percentuais de empregados que concluem o exame periódico, aumenta a cada ano, tendo em vista a cobrança exercida aos empregados para que concluam, sempre que possível, seus exames dentro do exercício.			
	Nome do Indicador: Ocorrências de Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais em relação ao Quadro de Lotação Médio	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Demonstrar o cumprimento das Normas Regulamentadoras. Acompanhar a realização do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA). Monitorar os processos e atividades voltadas à prevenção dos riscos laborais inerentes às atividades	0	0	0
3	<b>Análise:</b> Não ocorreu acidente de trabalho nos exercícios verificados, 2010, 2011 e 2012. Essa situação deve-se ao fato de a Sureg/RN, anualmente, contratar por meio de pregão eletrônico, empresa especializada em medicina e segurança do trabalho para monitorar, medir e prevenir riscos ambientais, corrigir as distorções detectadas. Todos esses elementos estão relatados no PPRA, PCMSO e . Além disso, a CIPA instalada na Sureg/RN é bastante atuante e conta com a atividade de um de seus empregados com formação técnica em Segurança do Trabalho.			
	Nome do Indicador: Percentual de empregados com nível superior	2012	2011	2010
	Objetivo do Indicador: Identificar a evolução desse grupo no conjunto do corpo funcional da Companhia	16	19	19
4	<b>Análise:</b> Este item se refere especificamente ao grupo de empregados enquadrados em cargos nos quais são exigidos a graduação acadêmica como requisito principal para a contratação na Conab. Neste grupo a Sureg/RN conta em seu quadro de pessoal com 16 empregados, 3 a menos do que nos dois exercícios anteriores. Essa redução deve-se ao fato da transferência de três empregados, sendo 2 para a matriz e 1 para a Sureg/CE.			

### 11.6. Acúmulo de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quando analisamos a questão das irregularidades concernentes ao acúmulo de cargos, funções e empregos públicos, constatou-se que não houve nenhuma denúncia, apuração ou fato concreto na SUREG/RN onde tenha se identificado o desrespeito ao art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, nas redações dadas pelas Emendas Constitucionais n<sup>OS</sup> 19/98 e 34/2001. Os controles internos para isso são quase inexistentes, uma vez que os empregados da SUREG/RN possuem cadastro no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE, ou seja, qualquer constatação de irregularidade pode ser ponto de auditoria pelo MPOG.

O controle interno, nesse caso, é possível ser efetivado por meio de denúncias à Ouvidoria e

pelo acompanhamento das atividades diárias dos empregados. Cabe ressaltar, que não há sistemas digitais que compare dados dos empregados da SUREG/RN com dados de outros órgãos da administração estadual ou municipal. Contudo, há a orientação de caso haja a constatação da irregularidade seja deflagrado um processo interno de apuração, fato não ocorrido no exercício de 2012.

### 11.7 Análise operacional e orçamentária da entidade de previdência complementar patrocinada pela Conab – Instituto Conab de Seguridade Social – CIBRIUS:

Todos os atos de gestão, controle e acompanhamento da entidade de previdência complementar patrocinada pela CONAB, são realizados no âmbito da CONAB/MATRIZ e serão objeto de avaliação pelo órgão central de Controle Interno (CGU – Brasília). Os quadros a seguir demonstram apenas as contribuições dos empregados lotados na Sureg-RN. Demais informações constarão do Relatório de Gestão da Matriz.

#### Quadro XLVII - Identificação da Unidade (Entidade)

Nome	CIBRIUS
Razão Social	Instituto Conab de Seguridade Social –CIBRIUS Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora -Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil.
CNPJ	00.531.590/0001-89
Endereço	SCHGN 706/7 Bloco D nº 42 – Brasília-DF-70740-704 – www.cibrius.com.br
Plano de Benefícios	Plano de Benefício Definido–Registrado no CNPB sob o n.º 19.790.007-19

#### Valor total das contribuições pagas pelos empregados do RN participantes do Cibrius– 2012 (com valores referentes ao mês de competência)

#### Quadro XLVIII - Contribuições pagas pelos empregados da CONAB-RN - 2012

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor da Contribuição dos Empregados	Participação %
<b>RN</b>	37	338.736,40	2,23%
<b>Conab Nacional</b>	<b>1.539</b>	<b>15.179.741,18</b>	-

#### Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB – 2012 (com valores referentes ao mês de competência) Fonte Siafi/Sisdre contas Contábeis [331900703](#) e [331900701](#)

#### Quadro XLIX - Contribuições pagas pela patrocinadora CONAB - 2012

Unidade Orgânica	Quantidade de Participantes Ativos	Valor das Contribuições PATRONAIS	Participação %
<b>RN</b>	37	338.736,40	2,23%
<b>Conab Nacional</b>	<b>1.537</b>	<b>15.173.095,79</b>	-

**Quadro L - Demonstrativo de benefícios pagos pelo CIBRIUS - 2012**

UF	Quantidade de Participantes Assistidos	Valor Pago dos Benefícios	Participação %
RN	35	345.791,35	1,52%
<b>Conab Nacional</b>	<b>1.317</b>	<b>22.824.464,73</b>	<b>-</b>

## 12. PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLE ORÇAMENTÁRIO, PATRIMONIAL, FINANCEIRO E CONTÁBIL

### 12.1. Programas e Ações do PPA

**Análise do cumprimento de metas físicas e financeiras dos programas e ações de responsabilidade da Conab no PPA**

**Quadro LI – Ações orçamentárias da UJ**

Programa / Órgão Resp	Objetivo	Iniciativa	Ação	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
					Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
2014 (MAPA)	0350	0113	2130 - Formação de Estoques	Prod Adquirido(t)	-	-	30.000.000,00	15.975.819,06
		011F	2829 - Recuperação da Rede Própria	Unid Modernizada	4	7	92.153,26	83.658,31
		0119	2137 - Fiscalização dos estoques	Fisc realizada	12	25	50.000,00	16.511,30
	0623	02F5	4711 - Pesquisa de Safras	Pesq realizada	6	6	10.000,00	5.479,70
2105 (MAPA)	Não tem	Não tem	00H1 - Pagamento de Pessoal Ativo	Não tem	Não tem	Não tem	3.800.000,00	3.768.335,94
			2000 - Administração da Unidade	Não tem	Não tem	Não tem	2.500.000,00	2.189.144,38
			2004 - Assistência Médica	Pessoa benef	350	340	420.000,00	419.082,05
			2011 - Auxílio-Transporte	Servidor benef	110	119	15.000,00	14.553,00
			2012 - Auxílio-Alimentação	Servidor benef	115	119	725.000,00	724.694,37
			4572 - Capacitação de Servidores	Servidor benef	120	114	50.000,00	49.779,17
0901 (SMJ)	Não tem	Não tem	0022 - Cumprimento de Sentenças	Não tem	Não tem	Não tem	1.800.000,00	1.794.392,23
			00H2 - Pgto Depósitos Recursais	Não tem	Não tem	Não tem	276.000,00	275.821,49

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

### Análises:

#### Ação 2130: Formação de estoques

Para esta ação não havia previsão de meta física a ser alcançada, apenas a meta orçamentária foi prevista no montante de R\$ 30.000.000,00, dos quais 53,25% (R\$ 15.975.819,06) foram utilizados. Para esta ação a previsão para meta física é de difícil mensuração, pois o seu atendimento depende de situações específicas do mercado agrícola, como: excedente de produção (super safra); produção insuficiente; preços de mercado muito baixos ou muito elevados, que por sua vez estão sujeitos aos efeitos climáticos como chuvas, estiagens, pragas, concorrência com produtos importados e renda agregada da população. Por isso, a previsão física é complexa.

O objetivo primordial dessa ação é a intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno, por isso sua previsão financeira é superestimada, pois podem ocorrer distorções no mercado agrícola no decorrer do exercício. Situação semelhante pode ser verificada nos exercícios anteriores. Em 2010 a meta orçamentária realizada foi de 72,14% e em 2011 de 42,42%.

Os produtos agrícolas formadores de estoques públicos no estado do RN são originários de remoções de estados produtores, notadamente Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, haja vista a produção local ser insuficiente para o abastecimento do estado.

### **Ação 2829: Recuperação da rede própria**

Para o exercício de 2012 havia a previsão para a realização da recuperação de 4 armazéns da Conab no estado do RN, localizados nos municípios de Mossoró, Caicó, Currais Novos e Assu, nesse ano, porém, foi reaberta a unidade armazenadora no município de Umarizal, além de instalação de polos volantes nos armazéns situados nos municípios de Lajes e João Câmara, por esse motivo a meta física foi extrapolada com a realização de recuperação de 7 unidades, 3 a mais do que havia sido inicialmente previsto.

A recuperação e abertura dessas unidades foram necessárias para estocar grande quantidade de milho em grãos para o atendimento das necessidades nutricionais do rebanho dos pequenos criadores do interior do estado, que sofrem até a presente data com os efeitos da seca que assola grande parte da região nordeste. Para se ter uma ideia desses efeitos, 50% do rebanho bovino do Rio Grande do Norte morreu por falta de alimento e o restante (50%) sobrevive com a utilização de plantas alternativas e com o milho vendido pela Conab abaixo do preço de mercado.

A procura pelo milho no estado do RN em 2012, período mais crítico de estiagem das chuvas, foi tão grande que 61.944 pequenos criadores foram atendidos com 37.501 toneladas de milho. No ano anterior (2011) a Sureg/RN atendeu 14.490 clientes do programa vendas em balcão com 21.919 toneladas do produto. Pode-se observar um aumento percentual de 158,81% no número de cadastros de clientes e uma elevação de 182,60% na quantidade de milho em grãos destinados aos pequenos agricultores. Diante disso, pode-se perceber o porque de a meta física haver sido extrapolada.

Contudo, apesar de a execução física ter excedido a meta prevista, o mesmo não ocorreu com a meta orçamentária, que além de não haver sido extrapolada, observa-se uma economia de 9,22%, em razão da prioridade na recuperação das 3 unidades essenciais para a execução do programa vendas em balcão.

### **Ação 2137: Fiscalização dos estoques**

A ação de Fiscalização de Estoques alcança também as Operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de Produtos Agroalimentares, tais como fiscalização do Vendas em Balcão e operações de subvenção (VEP).

De acordo com o calendário de fiscalização dos estoques para o exercício de 2012, elaborado pela GEFIS, foram realizadas quatro operações no Rio Grande do Norte, além das fiscalizações pertinentes aos inventários de mercadorias, estas quando ocorrem passagem de responsabilidade de gerenciamento e encerramento de exercício. Também ocorreram fiscalizações ao Programa Vendas em Balcão e VEP, estas demandadas pela Sureg-RN de acordo com a necessidade. Em 2012, em função do incremento do Vendas em Balcão, fez-se necessário a realização de um maior número de fiscalização, fato que motivou um aumento de 108,3% da meta física prevista. No entanto, as fiscalizações foram realizadas em menor espaço de tempo, ocasionando uma redução no gasto de 66,0%.

### **Ação 4711: Pesquisa de safras**

É de extrema importância o acompanhamento e a quantificação da produção agrícola

brasileira pelo MAPA, assim, cabe a Conab efetuar os Levantamentos das Safras Agrícolas. Tal atividade é relevante para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotar as ações corretivas proativa e tempestivamente, e possibilitar a divulgação de informações ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produtividade e produção dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, destinados ao consumo humano, animal, comercial e industrial.

Esta atividade é regularmente desenvolvida pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução e, diante disso conquistou ampla credibilidade nos mais diversos segmentos do poder público e da iniciativa privada. O conceito de ano safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio, o período de colheita e a efetiva comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras, mas não necessariamente coincidem com o ano civil. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo. No primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM e assim, representam o universo das mais diferentes regiões produtoras, sob os aspectos de solo e clima, levando-se em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano safra a Conab realiza doze Levantamentos de campo para grãos e fibras, quatro especificamente para o café ( não realizado no Rio Grande do Norte) e três para a cana-de-açúcar.

Para as doze pesquisas de grãos seis são de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. Havendo ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas, isto ocorre em regiões onde a produção é significativa. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas.

No caso do Rio Grande do Norte foram realizadas seis pesquisas de safra de grãos no ano de 2012, sendo três em campo e três por telefone, conforme demonstrado a seguir. As pesquisas quantificaram as culturas de algodão em caroço, arroz, feijão, milho, sorgo granífero, girassol e

mamona.

### Quadro LII - Demonstrativo de Pesquisas Realizadas no Rio Grande do Norte- 2012

LEVANTAMENTO	PERÍODO
1º – Realizado em campo - Intenção de Plantio - (7ª nacional)	19 a 23.03.2012
2º - Realizado em campo - ( 9º nacional)	21 a 25.05.2012
3º – Realizado por telefone - (10º nacional)	19 a 21.06.2012
4º – Realizado em campo - (11º nacional)	23 a 27.07.2012
5º – Realizado por telefone - ( 12º nacional)	20 a 23.08.2012
6º – Realizado por telefone – Ajuste dos dados finais da safra 2012.	30.10.2012

Fonte: Geose/Segeo

O Quadro a seguir, apresenta o resumo do levantamento (produto, área, produtividade, produção e os respectivos percentuais). Vale lembrar que a cada atividade de avaliação de novos ajustes de área, produtividade e produção foram feitos com base nas informações colhidas em campo e/ou telefonemas junto às seguintes fontes: IBGE, Emater, produtores, engenheiros agrônomos, sindicatos rurais, cooperativas e associações de produtores rurais, secretários municipais de agricultura, agentes financeiros (BNB, BB e bancos particulares), comerciantes (de produtos agrícolas e insumos) e unidades armazenadoras da Conab/RN.

Registramos que além dos levantamentos feitos em campo e contatos telefônicos mantidos com os informantes no interior do estado, debatemos as informações com a coordenação do IBGE/GCEA - Natal, composto por onze membros (órgãos oficiais – estaduais e federais do RN) visando a consolidação e harmonização dos dados que a seguir apresentamos resumidamente.

O resultado apresentado pelos trabalhos de pesquisa, demonstra a drástica redução da safra de grãos no estado do Rio Grande do Norte, causada pela forte estiagem que atingiu 100% dos municípios abrangidos pelo semiárido, tendo sido considerada a pior seca dos últimos 50 anos.

### Quadro LIII - Comparativo de Área (ha), Produtividade (kg/ha) e Produção (t) – Safra 2012 Safra de Grãos e Algodão em caroço

PRODUTO	SAFRA 2011			SAFRA 2012			Var. Área	Var. Prod.
	( a )	( b )	( c )	( d )	( e )	( f )	d/a	f/c
	Área	Produt.	Produção	Área	Produt.	Produção	( % )	( % )
ALGODÃO	3.644	617	2.249	524	692	363	-85,62	-83,86
ARROZ	1.141	2.910	3.321	792	2.725	2.158	-30,59	-35,02
FEIJÃO MACAÇAR	70.301	480	33.768	7.173	260	1.863	-89,80	-94,48
GIRASSOL	100	601	60	22	454	10	-78,00	-83,33
MAMONA	150	668	100	7	571	4	0,00	0,00
MILHO	73.748	671	49.472	7.639	337	2.577	-89,64	-94,79
SORGO GRANÍFERO	8.135	2.465	20.056	1.117	930	1.039	-86,27	-94,82
<b>TOTAL</b>	<b>157.219</b>		<b>109.026</b>	<b>17.274</b>		<b>8.014</b>	<b>-89,01</b>	<b>-92,65</b>

Fonte: Geose/Segeo-RN

Com relação a safra de cana-de-açúcar, a Conab/Sureg-RN realizou durante o ano três levantamentos de campo, cuja ação ocorreu nos meses de março, agosto e novembro de 2012. A pesquisa acontece em todas as unidades de produção sucroalcooleira do estado e de acordo com a metodologia da Conab, os dados foram obtidos diretamente dos informantes das próprias unidades de produção, através de questionários aplicados pelos técnicos da Companhia. As informações geradas, além de serem oriundas de fontes primárias, são analisadas criticamente por unidade produtora e consolidadas em nível de Unidade de Federação.

Este contato direto com as fontes de informação, permite manter os dados atualizados de área cultivada, produtividade por unidade de área e o desempenho industrial em cada unidade de

produção. Os dados são colhidos por meio de questionários modelo, elaborados pela Conab, que subsidiam a consolidação das informações com elevado nível de confiança. É importante frisar que informações contidas nos relatórios, são um retrato fiel dos dados repassados pelos informantes escalados pelas próprias unidades de produção, mantendo reserva quanto as informações individuais, publicando apenas os números globais consolidados. Nossa tarefa precípua é de analisar a consistência dos números coletados por unidade, fazer os eventuais ajustes necessários, efetuar a totalização para cada Estado produtor e estimar a produção nacional. No primeiro levantamento são pesquisados dados estimativos como: área em produção, área de expansão, área de renovação, produtividade, produção, capacidade industrial, energia produzida e consumida, tipo de colheita, desenvolvimento vegetativo da cultura, intenção de esmagamento, quantidade de cana destinada à produção de açúcar e à produção de etanol, dentre outros. No caso do Rio Grande do Norte, quando do primeiro levantamento do ano já é possível consolidar o resultado da safra anterior, vez que as Usinas já tiveram a moagem concluída. O segundo levantamento tem a finalidade de confirmar ou não os dados estimados no primeiro levantamento, apurar as causas das possíveis alterações e após análise das informações, estabelecer nova estimativa de acordo com as novas informações levantadas. O terceiro levantamento busca a consolidação dos números finais da safra de cana-de-açúcar na região Centro Sul e os dados sobre o andamento da safra nas regiões Norte e Nordeste.

Segundo a última pesquisa realizada em nov/2012, a área cultivada com cana-de-açúcar destinada à atividade sucroalcooleira no Rio Grande do Norte, seria menor 4,87% em relação a safra passada. A produtividade e a produção também teriam redução, ou seja, de 7,80 e de 12,30 %, respectivamente, conforme quadro abaixo. Essa redução foi motivada pelos efeitos negativos de estiagens ocorridas nas áreas de cultivo da cultura. Já para a produção de cana-de-açúcar no Brasil estimou-se um aumento de 6,20% em relação a safra passada.

**Quadro LIV- Comparativo de Área (ha), Produtividade (kg/ha) e Produção (t)  
Safra de Cana-de-açúcar -2012**

Região	Área (Em mil ha)			Produtividade (Em kg/ha)			Produção (Em mil t)		
	Safra 2011/12	Safra 2012/13	%	Safra 2011/12	Safra 2012/13	%	Safra 2011/12	Safra 2012/13	%
RN	62,260	59.230	-4,87	47.756	44.025	-7,80	2.973,3	2.607,6	-12,30
Brasil	8.356,1	8.520,5	2,00	67.060	69.846	4,20	560.363,8	595.126,6	6,20

Fonte: Conab/Rn

Da produção total de cana-de-açúcar no Brasil estimou-se que 294.378,6 mil toneladas seriam utilizadas para a produção de 37.664,2 de açúcar e 300.748,0 mil toneladas para a produção de 23.624.128,0 mil litros de etanol (anidro e hidratado). O Rio Grande do Norte destinaria 1.429,0 mil toneladas de cana-de-açúcar para a produção de 156,6 mil toneladas de açúcar; 1.178,7 mil toneladas para a produção de 78.918,2 mil litro de etanol (anidro e hidratado).

**Quadro LV - Estimativa de Produção de Açúcar e Etanol – Safra 2012**

Região	Produção de Açúcar		Produção de Etanol			
	Cana destinada (Mil t)	Açúcar (Mil t)	Etanol Anidro		Etanol Hidratado	
			Cana destinada (Mil t)	Etanol Anidro (Mil litros)	Cana destinada (Mil t)	Etanol Hidratado (Mil litros)
RN	1.429,0	156,6	430,3	28.032,0	748,4	50.886,2
Brasil	294.378,6	37.664,2	126.252,3	9.663.301,3	174.495,7	13.960.827,8

Fonte: Suinf/Geasa

Para a ação em comento observa-se que a Meta Física prevista foi 100% realizada. Entretanto, da meta financeira prevista apenas 54,7% foi realizada. A redução ocorreu pelo fato da pesquisa relativa a safra de cana-de-açúcar ter sido realizada em um tempo menor que o previsto.

### **Programa 2105 (MAPA)**

Este Programa envolve as seguintes ações: 1- pagamento de pessoal ativo; 2- administração da unidade; 3- assistência médica dos empregados e seus dependentes; 4- auxílio transporte dos empregados; 5- auxílio alimentação dos empregados; e 6- capacitação dos empregados.

Como todas as despesas dessas ações são fixas ao longo dos anos, variam apenas em casos extraordinários no decorrer do exercício financeiro como transferência de empregados, licenças etc., são de fácil previsão e mensuração, não ocorrem grandes divergências entre as metas previstas e as metas executadas. Ao analisar o Quadro LI pode-se confirmar essa afirmação, onde se verifica diferenças ínfimas entre as metas (tanto física quando orçamentária) previstas e executadas.

### **Programa 0901 (SMJ)**

Apesar da imprevisibilidade das decisões judiciais quanto ao mérito das ações e aos montantes financeiros envolvidos, a Sureg/RN conseguiu executar quase a totalidade das metas financeiras previstas para as duas ações seguintes, constantes do Programa 0901 (SMJ): 1- cumprimento de sentenças; e 2- pagamento de depósitos recursais. Esse resultado deve-se ao fato de que a maioria das ações ingressadas contra a Conab/Sureg-RN, a partir de 2008, serem de natureza trabalhista com decisões já transitadas em julgado e em favor dos seus empregados. Dessarte, a Conab tem ciência da obrigação do pagamento dessas ações, as quais, a maioria, encontram-se em fase de execução de cálculos. Em relação ao cumprimento de sentenças judiciais a Sureg/RN executou 99,56% de sua meta financeira em 2010; 95,16% em 2011; e em 2012 a realização do previsto foi da ordem de 99,69% de sua meta inicial. A mesma situação ocorre com a execução financeira da ação pagamento de depósitos recursais.

### **Indicadores de desempenho institucionais**

Os indicadores já estão mencionados ao final dos capítulos 3, 4, 5, 7 e 11.

### **Ações orçamentárias de outros órgãos e executadas pela UJ através de Termos de Cooperação**

#### **Ações do MDS e do MDA**

A Sureg/RN não detém competência para firmar convênios, cujo objeto contemple transferências voluntárias. A atividade das regionais restringe-se, apenas, à fiscalização da execução dos convênios/termos de parceria/contratos de repasse firmados pela CONAB/Matriz.

As ações 2792, 2798 e 2802 são ações orçamentárias do MDS e a ação 2B81 do MDA, porém executadas pela Conab através de Termos de Cooperação.

A execução destas ações está detalhada no item 3.2.6 - Programa Aquisição de Alimentos-PAA.

**Quadro LVI– Ações de outros órgãos, executadas pela UJ**

Programa / Órgão Resp	Ação	Valor
2069 (MDS)	2792 - Distribuição de Alimentos	402.661,11
	2798 - Aquisição de Alimentos AF	15.648.533,20
	2802 - Oper Aquisição alimentos	34.601,15
2069 (MDA)	2B81 - Aquisição de Alimentos AF	270.220,00
2034 (Presi)	6440 - Desenvolvimento quilombo	750,00
<b>Total</b>		<b>16.356.765,46</b>

Fonte: Diafi/Supor/Geare e Siafi

(\*) Valor empenhado para a aquisição de produtos R\$ 21.298.893,21 – Liquidado R\$ 15.648.533,20 - A diferença de R\$ 115.249,00 foi inscrita em Restos a Pagar.

**Quadro LVII - Detalhamento da Despesa – MDS/MDA**

Orgão Responsável	Natureza da Despesa	Natureza da Despesa Detalhada	Valor liquidado (R\$)
MDS	Diárias – Pessoal Civil	Diárias no país	19.530,50
	Material de Consumo	Combustíveis e lubrificantes automotivos	4.895,68
	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	Mercadorias p/doação – Agric. Familiar Compra	15.648.533,20
	Passagens e Despesas com locomoção	Passagens para o país	2.295,10
		Locação de meios de transporte	6.162,37
	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Capatazia, Estiva e Pesagem	1.073,92
	Obrigações Tributárias e Contributivas	Impostos s/circ.de mercad. E Serviços - ICMS	428,80
Obrigações Tributárias e Contributivas-OP.Intra-Orçamentárias	Contribuições Previdenciárias- Serviços de Terceiros	214,78	
<b>S u b T o t a l</b>			<b>15.683.134,35</b>
MDA	Aquisição de Bens Para Revenda	CPR Formação de Estoque	270.220,00
	Material, Bem ou Serviço p/distribuição Gratuita	Mercadorias para Doação	400.790,43
	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	Capatazia, Estiva e Braçagem	206,88
	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	Classificação de produtos	1.622,42
	Obrig. Tribut. E Contrib-OP.Intra-Orçamentárias	Contribuições Previdenciárias-Serviços de Terceiros	41,32
<b>S u b T o t a l</b>			<b>672.881,11</b>
<b>T o t a l G e r a l</b>			<b>16.356.765,46</b>

Fonte: Siafi

## Desenvolvimento Quilombo e Matrizes Africanas

Termo de Cooperação realizado entre a Conab e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República para distribuição gratuita de cestas de alimentos às comunidades tradicionais de matriz africana. Os resultados da distribuição está descrito no item 3.2.6 (Doação de Produtos Alimentícios).

### 12.2. Restos a Pagar

#### Quadro LVIII – Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2008	28.288,19	0,00	20.310,33	7.977,86
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	40.022,59	0,00	0,00	40.022,59
2011	124.384,74	0,00	80.559,84	43.824,90
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
ANO DE INSCRIÇÃO	INSCRITO	CANCELADOS	PAGOS	A PAGAR
2008	0,00	0,00	0,00	0,00
2009	0,00	0,00	0,00	0,00
2010	0,00	0,00	0,00	0,00
2011	24.969,20	-24.969,20	0,00	0,00

Fonte: Diafi/Sucon

### Restos a pagar processados

O saldo a pagar de R\$ 7.977,86, inscrito em restos a pagar processados de 2008, demonstrado no quadro acima, refere-se a despesa com ressarcimento de ICMS sobre o serviço de frete da remoção de milho para o estado do Rio Grande do Norte, pagos pela Sureg/RN desde que devidamente recolhido pelo transportador no estado de origem do produto (Mato Grosso). Porém, o ressarcimento é, somente, efetuado no estado de destino (RN) no momento em que o transportador comprova o recolhimento do tributo no estado de origem do produto removido. Nesse caso específico, do montante de R\$ 28.288,19, o transportador comprovou o recolhimento de R\$ 20.310,33, apenas no início do exercício de 2012. Ou seja, a empresa ainda tem um crédito de R\$ 7.977,86, que será ressarcido quando houver a comprovação do seu recolhimento ao erário do estado de Mato Grosso.

O montante de R\$ 40.022,59, inscrito em restos a pagar do exercício de 2010, refere-se ao bloqueio judicial (determinado pelo TRT 21ª Região) de recursos orçamentários destinados a cobertura de despesas do contrato que a Sureg/RN manteve até o exercício 2010 com a empresa de vigilância Sena Segurança Inteligente e Transporte de Valores Ltda. e, dessa maneira, garantir o pagamento de salários em atraso e verbas trabalhistas dos seus empregados. No momento em que as sentenças das ações, impetradas pelos empregados da Sena Segurança, transitarem em julgado e a autorização judicial para a liberação daquele montante bloqueado for expedida, será efetivada a baixa do seu registro em restos a pagar.

O saldo a pagar de R\$ 43.824,90, refere-se as despesas correntes da Sureg/RN, principalmente, com assistência médica e cartão alimentação/refeição (Sedexho Pass) devidamente empenhadas no exercício correspondente, mas que somente puderam ser pagas no exercício

seguinte.

### Restos a pagar não processados

Conforme apresentado no Quadro LVIII, a única inscrição em restos a pagar não processados, no montante de R\$ 24.969,20 - logo após cancelado - refere-se a, possivelmente, não comprovação da execução de serviços ou descentralização orçamentária a maior para pagamento de frete de remoção de milho para a empresa Rodoviária Matsuda Ltda., cujos pagamentos devidos foram efetuados após comprovação dos serviços executados por meio da apresentação de notas fiscais. Como a empresa não apresentou novas notas comprovantes de outros serviços, o saldo inscrito em restos a pagar não processados foi cancelado e, assim, colocado à disposição da Matriz.

### 12.5. Demonstrações Contábeis

Demonstrações Contábeis previstas na Lei nº 6.404/76, incluindo notas explicativas.

VER ANEXO I.

### 12.7. Gestão do Patrimônio Imobiliário

A Conab é uma empresa pública federal e, por essa condição, possui personalidade jurídica de Direito Privado, conforme expresso no artigo 173 da Constituição da República. Assim sendo, integra a Administração Pública Descentralizada, ou seja, possui personalidade jurídica e patrimônio próprios, distinto da União (que é Pessoa Jurídica de Direito Público), não se vinculando, portanto, à Secretaria e Patrimônio da União (do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, ou seja Administração Pública Direta).

**Quadro LIX -Imóveis de Propriedade da UJ - 2011/2012**

Localização Geográfica	Quantidade de Imóveis de Propriedade da UJ		Observação
	2012	2011	
João Câmara	2	2	A Conab é proprietária de dois terrenos contíguos, ambos escriturados, no município de João Câmara. Um deles mede 18.624m <sup>2</sup> e possui edificações com área construída de 1.796,27m <sup>2</sup> . Essa área, anteriormente cedida à Prefeitura de João Câmara, foi devolvida à Conab, foi reativada em 2012 e funciona como unidade polo da UA/Natal . O outro terreno mede 7.746 m <sup>2</sup> e não há edificações.
Natal	4	4	Em Natal, a Conab é proprietária de quatro imóveis, a seguir descritos: 1- Sede da Sureg-RN, localizada em um terreno que mede 20.289,20m <sup>2</sup> e área construída de 3.788m <sup>2</sup> (avenida Jerônimo Câmara, 1814, bairro Lagoa Nova). Esse imóvel não está regularizado, faltam a escritura do terreno e a averbação das benfeitorias; 2- UA/Natal-Caiapós, localizada no bairro Pitimbu, em plena atividade, em um terreno de 43.991m <sup>2</sup> e área construída de 4.626 m <sup>2</sup> . Esse imóvel não está regularizado, falta averbação das benfeitorias; 3- Unidade da Ribeira (cedida a Prefeitura do Natal) onde funciona o Mercado do Peixe no Bairro da Ribeira, possui edificação com área de 778,23m <sup>2</sup> em um terreno de 1.585m <sup>2</sup> ; 4- Prédio da Ribeira, atualmente desativado, no Bairro da Ribeira, possui 1.100,92m <sup>2</sup> de área construída em um terreno de 838m <sup>2</sup> . Conforme certidão expedida pelo 3º Ofício de Notas de Natal em 31/5/2011, consta gravame de ônus reais em razão de penhora advinda de reclamações trabalhistas. Além disso, o prédio da Ribeira necessita de

			reparos, pois desde 1990 está desativado, fato que motivou a Sureg/RN a sugerir à Matriz a alienação desse imóvel.
Umarizal	1	1	A UA localizada no município de Umarizal, possui um armazém e um escritório, ambos desativados, que medem 1.796,28m <sup>2</sup> em um terreno de 10.296m <sup>2</sup> . O imóvel não está regularizado, falta averbação das benfeitorias. A UA/Umarizal foi reaberta, conforme a 216ª Ata da Redir, de 22/8/2012. Está em atividade.
Currais Novos	2	2	A Conab possui dois terrenos contíguos, ambos escriturados e em plena atividade, no município de Currais Novos. Um deles mede 24.400m <sup>2</sup> , onde está localizado um armazém e um escritório, com área construída de 1.801,79m <sup>2</sup> . O outro terreno mede 8.400m <sup>2</sup> e não possui edificações. Conforme certidão expedida pelo 1º Ofício de Notas de Currais Novos em 19/8/2011, consta gravame de ônus reais em razão de penhora advinda de reclamações trabalhistas.
Caicó	1	1	A UA localizada no município de Caicó, possui um armazém e um escritório (em plena atividade), que medem 1.650m <sup>2</sup> em um terreno de 10.000m <sup>2</sup> . Conforme certidão expedida pelo 1º Ofício de Notas de Caicó em 18/8/2011, consta gravame de ônus reais em razão de penhora advinda de reclamações trabalhistas.
Mossoró	1	1	A UA localizada no município de Mossoró, possui um armazém e um escritório (em plena atividade), que medem 1.650m <sup>2</sup> em um terreno de 5.250m <sup>2</sup> .
Assu	1	1	A UA localizada no município de Assu, possui um armazém e um escritório (em plena atividade), que medem 1.650m <sup>2</sup> em um terreno de 4.029,66m <sup>2</sup> .
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	

## 12.8. Parecer da Auditoria Independente

A informação será centralizada na UJ 135100 (Matriz), será apresentado somente no Relatório da Matriz.

## 13. GOVERNANÇA E CONTROLES

### 13.1. Controle Interno da UJ

**Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos: a) Ambiente de controle; b) Avaliação de risco; c) Atividades de controle; d) Informação e Comunicação; e) Monitoramento.**

**Quadro LX – Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ**

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X		
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
<b>Avaliação de Risco</b>					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.			X		

11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.		X			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					X
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	

**Análise Crítica:**

Para que os questionamentos do Quadro LX fossem respondidos de maneira coerente, condizente com a real percepção dos dirigentes da Sureg/RN acerca do ambiente de controle e seus instrumentos, avaliação de riscos e seu monitoramento, foi sugerido a realização de uma reunião - nos moldes da que ocorreu para a elaboração do Relatório de Gestão 2011 - com os empregados que ocupam funções gratificadas em nível gerencial, encarregados de setores e o Superintendente Regional, mediada pelos técnicos responsáveis pela elaboração deste Relatório de Gestão 2012. A sugestão foi aceita, o encontro foi realizado e contou com a participação dos empregados ocupantes de funções gratificadas. Porém, antes de iniciarmos a tarefa de responder aos questionamentos propostos, foi feita uma breve explanação acerca da importância do Relatório de Gestão, a visão e os objetivos da CGU e do TCU, a importância da fiscalização das contas públicas, da adoção de práticas de controles internos, do planejamento estratégico e da gestão dos riscos nas operações da Companhia.

Cabe ressaltar que, antes da ocorrência dessa reunião, cada setor reuniu seu pessoal e respondeu um único questionário por setor. O resultado observado no Quadro LX deste relatório reflete o consenso extraído de cada um dos setores e gerências da Sureg/RN.

Vale salientar que, apesar de observarem-se resultados aproximados nos quesitos constantes dos Quadros de Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ deste Relatório de Gestão e do relatório de 2011, foi verificado, pelos mediadores, que houve uma significativa evolução na percepção dos dirigentes da

Sureg/RN quanto ao conceito, à importância da gestão e do monitoramento dos controles internos, todavia, ficou patente que o entendimento do conceito de riscos operacionais e seus instrumentos de controle não são satisfatórios. Apesar do pouco domínio acerca desse último ponto, essa deficiência não chega a ser temerária, uma vez que há uma boa percepção quanto aos instrumentos e monitoramento dos controles internos, que poderia ser sanada com soluções simples, como a adoção de *check list* para cada uma das operações executadas pela Conab, semelhante aos utilizados para os processos de licitação.

#### Escala de valores da Avaliação:

- (1) **Totalmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.  
 (2) **Parcialmente inválida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.  
 (3) **Neutra:** Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.  
 (4) **Parcialmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.  
 (5) **Totalmente válida:** Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.

Fonte: Sureg-RN

### 13.3. Auditoria Interna

#### Informações de como está estruturada a área de auditoria interna e de como é feito acompanhamento dos resultados de seus trabalhos

- a) a descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna;
- b) a existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da auditoria interna;
- c) como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela auditoria interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações;
- d) a descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da auditoria interna.

A Sureg não apresenta estrutura de Auditoria Interna. A seguir apresentamos a estrutura da Auditoria Interna da Matriz.

#### Estrutura da Auditoria Interna – Audin da Conab

##### Orientação Normativa e Supervisão Técnica

A Auditoria Interna da Companhia é hierarquicamente subordinada ao Conselho de Administração da Conab - Conad e administrativamente à Presidência, cabendo a esta última prover-lhe os meios necessários e suficientes ao seu autônomo funcionamento, conforme rege o art. 12, § 2.º, do Estatuto Social da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, regulado e aprovado pelo Decreto n.º 4.514, de 13 de dezembro de 2002, e publicado no DOU de 16.12.2002, em consonância com a alínea “a” do art. 1º da Resolução/CGPAR n.º 2, de 31 de dezembro de 2010 (D.O.U de 28.03.2011, S. 1, p. 109), recepcionada pela Resolução/Conad n.º 04, de 28 de março de 2012.

No desempenho de suas atividades específicas, a Audin atende e se relaciona com o Conselho de Administração da Conab e com os órgãos de Controle Interno e Externo, a exemplo da Secretaria Federal de Controle Interno – SFC/CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU, na esteira da alínea “g” do art. 1º da referida Resolução/CGPAR n.º 2, de 31.12.2010.

Isto ocorre, também, porque a Audin está sujeita à orientação normativa e à supervisão técnica do Órgão Central do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, conforme art.

15, do Decreto n.º 3.591, de 6 de setembro de 2000, com a redação dada pelo Decreto n.º 4.440, de 25 de outubro de 2002, e a sua metodologia de trabalho guarda consonância com aquela adotada na esfera da SFC/CGU, por força do item 11, Seção I, Capítulo X, do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma de Anexo da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001 e, ainda, como o Manual de Auditoria Interna da Conab, em consonância com a PA/IPPF n.º 1000-1, do IIA, recomendada pelo Tribunal de Contas da União à guisa da boa prática internacional de auditoria interna conforme Acórdão n.º 1.233/2012 – TCU – Plenário.

### **Competências Regimentais e Estrutura Organizacional**

O objetivo básico da Auditoria Interna é auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados, de forma amostral. Nesse sentido, o trabalho dos auditores internos pode permear todas as atividades da Companhia, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos.

As competências regimentais da Audin foram assim delineadas:

I - Realizar, de forma amostral, consoante o “*Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna*” e de acordo com as técnicas estabelecidas no “*Manual de Auditoria Interna*”, trabalhos de auditoria, de avaliação e de acompanhamento da gestão nas diversas unidades gestoras da Companhia;

II - Avaliar, por meio do exame amostral dos registros e documentos pertinentes, os procedimentos administrativos e operacionais, no que se refere à conformidade com a legislação e normas a que se sujeitam;

III - Realizar avaliações de natureza operacional nas ações, programas de governo, projetos e atividades da Companhia, com a finalidade de emitir opinião sobre sua gestão sob a ótica da eficiência, eficácia, economicidade, efetividade e equidade;

IV - Realizar auditoria periódica na entidade fechada de previdência complementar em que a Conab figura como patrocinadora, assim como em empresas coligadas e controladas que, eventualmente, vierem a ser consideradas como tal;

V - Desenvolver trabalhos de auditoria extraordinária, por demanda do Conselho de Administração ou por sugestão do Conselho Fiscal;

VI - Emitir pareceres sobre as Demonstrações Contábeis e o Processo de Prestação de Contas da Conab;

VII - Acompanhar a implementação das recomendações dos órgãos de controle interno e externo;

VIII - Elaborar o Plano Anual de Atividade da Auditoria Interna e o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna;

IX - Definir as políticas e diretrizes da Auditoria Interna, mantendo a área atualizada quanto aos procedimentos, métodos e técnicas de auditoria, inclusive de seu Manual de Auditoria Interna;

X - Elaborar e manter atualizados os Programas de Auditoria, de observância obrigatória por parte do corpo funcional de auditores internos;

XI - Analisar e emitir parecer final sobre Tomada de Contas Especial, no que se refere ao cumprimento dos normativos cabíveis à espécie.

Para cumprimento de seus objetivos e missões regimentais, a Audin conta com três Gerências: a Gerência de Desenvolvimento Técnico-Operacional – Gedop, a Gerência de Auditoria – Geaud e a Gerência de Riscos, que foi alterada para Gerência de Avaliação Operacional – Genop, a partir de 1º.01.2013.

Foi proposto por meio da Nota Técnica Audin n.º 15/2012 a descentralização das atividades de auditoria com o objetivo de fortalecer o quadro de auditores internos, pela redução

do nível de rotatividade de pessoal técnico, e obter maior abrangência e economicidade na execução das atividades típicas de auditoria interna. Para tanto, seria de bom alvitre que fossem instituídos núcleos regionais de auditoria interna, contemplando as cinco regiões geográficas do País.

A proposta foi aprovada pela Diretoria Colegiada da Conab (Voto Presi n.º 005/2012) e pelo Conselho de Administração, conforme consignado na Ata n.º 231, de 05.09.2012 e Resolução Conad n.º 01/2013. Assim, no exercício de 2013 será implementado o Núcleo de Auditoria do Nordeste com sede em João Pessoa/PB.

Os núcleos regionais serão subordinados hierarquicamente à Gerência de Auditoria – Geaud.

### **Estrutura de Recursos Humanos da Audin**

Em consonância com o estabelecido no inciso XII do art. 20 do Estatuto Social e no inciso XII do art. 123 do Regimento Interno da Conab, o chefe da Auditoria Interna é designado pelo Presidente da Companhia, sendo que a indicação deverá ser aprovada pelo Conselho de Administração, conforme disposto no inciso XII do art. 16 do Estatuto Social e inciso XII do art. 2.º do Regimento Interno da Conab.

Para a execução de suas atividades, a Audin conta com uma equipe composta por 4 gestores e 13 técnicos, cuja principal característica é a multidisciplinaridade, de forma a permitir que os conhecimentos específicos dos auditores internos sejam utilizados em áreas afins. A equipe conta com auditores com formação acadêmica em contabilidade, administração, economia, estudos sociais, direito e agronomia.

Apesar da constatação de avanços obtidos nos últimos anos no fortalecimento das atividades de auditoria interna, cujos resultados estão refletidos no aprofundamento das análises das ações de auditoria realizadas, a Audin enfrentou sérias dificuldades relacionadas à rotatividade de seus profissionais auditores internos, que culminou, em 2012, na perda de 28,6% da sua força de trabalho, relativamente a 31.12.2010.

Em razão desse cenário, foram adotadas medidas no intuito de revigorar a Auditoria Interna da Conab, como parte integrante das ações de fortalecimento da governança corporativa da Companhia, conforme explicitado nas Resoluções/CGPAR de n.ºs 2 e 3, de 31.12.2010.

Para tanto, a Audin apresentou ao Conselho de Administração, por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012 (encaminhada pela CI Audin n.º 286, de 03.09.2012), uma proposta de fortalecimento, em níveis sustentáveis, da Unidade de Auditoria Interna da Companhia pela via do suporte necessário de recursos humanos multidisciplinares (no total de 40 profissionais) e materiais, conforme determina o art. 14 do Decreto n.º 3.591/2000, abrangendo ajustes necessários na estrutura orgânica e a formatação da carreira segregada de Auditor Interno da Companhia.

Espera-se a aprovação da referida proposta para a implementação, no próximo exercício, de uma Unidade de Auditoria Interna em bases sustentáveis, visando agregar valor à gestão a taxas crescentes.

### **Manual de Auditoria interna – MAI**

As atividades de Auditoria Interna da Conab são realizadas em conformidade com o Manual de Auditoria Interna – MAI, aprovado pelo Voto Presi n.º 10, de 22 de dezembro de 2006. Esse manual é o principal normativo interno de auditoria e tem por finalidade a sistematização do arcabouço conceitual e estrutural em que se assentam os trabalhos da Audin, a definição de conceitos e de diretrizes gerais, assim como o estabelecimento de diretrizes e procedimentos aplicáveis, com ênfase nos aspectos relacionados ao planejamento, exame, avaliação, conclusão e relatoria.

### **Sistema de Auditoria Interna – Siaudi**

Os procedimentos de relatoria e o acompanhamento de pendências são processados exclusivamente em meio digital por intermédio do Sistema de Auditoria Interna – Siaudi, que entrou em produção em janeiro de 2008. Os relatórios impressos foram eliminados e a utilização do sistema permitiu maior celeridade, maior segurança de dados, acessibilidade compartilhada, remota e *on-line*, com ganhos em eficiência e economicidade a partir da automação da área.

Diante estes benefícios, vários foram os órgãos e entidades federais já solicitaram a cessão do Siaudi (CEAGESP, FUNAI, INCRA, DPU/MJ, IFC, IF-SC, UFABC, UF-AM, UFRJ e UnB) para uso interno.

Em face destas demandas, a Conab encaminhou Ofício Dipai n.º 238, de 16.8.2012, no intuito de instituir grupo de trabalho interinstitucional entre a CGU, CONAB e FUNAI para promover a atualização do Siaudi para disponibilização no Portal de Software Público.

Em razão desta sinalização feita pela Companhia à CGU e da necessidade do aprimoramento contínuo do sistema, está em processo de desenvolvimento na Conab um novo Siaudi, que terá uma linguagem de programação mais moderna e novos módulos. Estes módulos se integrarão, dando maior celeridade ao processo auditorial, além de gerar informações gerenciais que poderão subsidiar a Alta Administração para a tomada de decisões.

Para este novo sistema serão desenvolvidos cinco módulos: Módulo de Risco, Módulo para Elaboração do PAINT, Módulo de Planejamento Específico, Módulo de Relatório e Módulo de Informações Consolidadas, que subsidiarão a elaboração do RAIN, inclusive.

## **Acompanhamento dos Resultados dos Trabalhos da Audin**

### **Acompanhamento das Recomendações Exaradas nos Relatórios de Auditoria**

Os relatórios de auditoria produzidos, via sistema Siaudi, são disponibilizados para a Unidade auditada, que dispõe de 20 dias úteis para a adoção das providências saneadoras, em face das recomendações formuladas pelos auditores internos. Os referidos relatórios são disponibilizados, também, para a Diretoria a qual a Unidade auditada está subordinada, à Presidência da Companhia, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, para conhecimento e providências de suas alçadas. Ademais, os citados relatórios são remetidos à Controladoria Geral da União – CGU em cumprimento ao que dispõe a alínea “c”, inciso VIII, item 5, Seção I, Capítulo V do Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, aprovado na forma da IN/SFC n.º 01, de 6.4.2001.

As recomendações formuladas pela Audin recebem acompanhamento sistemático via sistema Siaudi. Por meio dele os auditores acompanham, em tempo real, as respostas dos auditados às recomendações de auditoria. Assim, avaliam não apenas as respostas, mas os documentos instruídos digitalmente no processo. Dessa forma, as recomendações exaradas em relatório de auditoria são catalogadas e verificadas em seus *status*, de forma periódica, por meio de *follow-up*.

Além disso, o sistema dispõe de relatórios gerenciais que produzem informações sobre as constatações e recomendações pendentes e aquelas sem manifestação do auditado. As situações consideradas críticas são informadas ao Conselho de Administração na esteira do que determina a

Resolução Conad n.º 04/2012, ocasião em que são destacados os riscos considerados elevados pela não implementação das recomendações.

Além do acompanhamento via sistema, os auditores internos analisam as recomendações pendentes de implementação em seus planejamentos de trabalhos de campo, de modo a verificar *in loco* as impropriedades respectivas às unidades a serem auditadas.

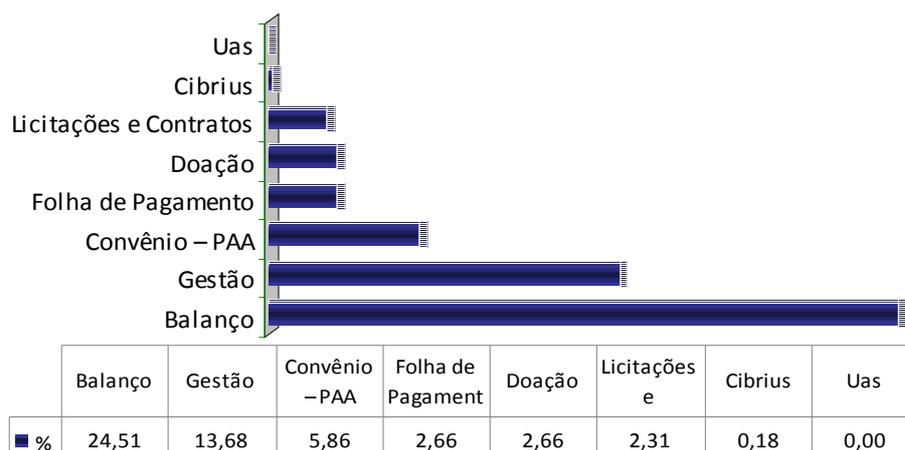
O monitoramento das recomendações emitidas em 2012 permitiu que se fizesse o diagnóstico que foi apresentado no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – Raint 2012, que entende-se oportuno reproduzir neste documento, a título ilustrativo.

Naquele exercício, verificou-se que 70% das recomendações foram solucionadas. Esta análise, não levou em conta as recomendações que ainda estão dentro do prazo estabelecido para solu-

ção. O gráfico 1 demonstra a distribuição das recomendações em termos percentuais, por ação de auditoria no exercício.

Gráfico 1

**Percentual das recomendações por ação de auditoria/2012**



A análise das recomendações compreendeu os relatórios das auditorias ordinárias n.ºs 01 a 10/2012, a auditoria especial n.º 01/2012 e as auditorias extraordinárias n.ºs 01, 03 e 04/2012 (não houve recomendação para a de n.º 02), conforme tabela a seguir.

**Tabela 1 – Relatórios de Auditoria do Exercício de 2012**

Tipo	N.º	Data	Local	Objeto Auditado
Ordinária	1	25.04.2012	Matriz	Balanço
Extraordinária	1E	26.07.2012	Sureg/PE	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Especial	1AE	30.11.2012	Cibrius	Cibrius
Ordinária	2	25.04.2012	Sureg/RR	Balanço
Ordinária	3	08.05.2012	Sureg/PI	Contábil Financeira
Extraordinária	3E	01.11.2012	Sureg/SP	PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
Ordinária	4	08.05.2012	Sureg/MS	Balanço
Extraordinária	4E	26.12.2012	Sureg/RR	Gestão
Ordinária	5	23.05.2012	Sureg/MG	Balanço
Ordinária	6	30.05.2012	Matriz	Licitações
Ordinária	7	12.06.2012	Sureg/MT	Balanço
Ordinária	8	12.06.2012	Sureg/BA	Balanço
Ordinária	9	20.12.2012	Sureg/TO	Gestão
Ordinária	10	27.12.2012	Matriz	Folha de Pagamento

As recomendações extraídas dos relatórios, por meio do sistema Siaudi, foram divididas em 2 tipos: AP – Adoção de Procedimentos e SI – Solicitação de Informações.

As impropriedades foram categorizadas, em função de sua natureza, conforme quadro 1. Por sua vez, as categorias foram subdivididas para permitir um melhor detalhamento das fragilidades identificadas.

Parte das recomendações emanadas são solicitações de informações dirigidas aos auditados para esclarecer dúvidas ou fundamentar algum posicionamento adotado pela unidade auditada, assim, não é possível categorizá-las, pois nem sempre essas solicitações de informações são, de fato, uma impropriedade.

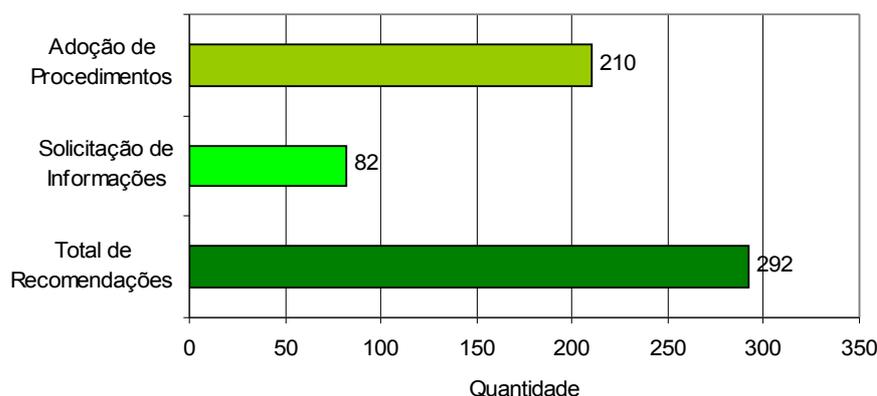
Assim, para efeito de categorização, apenas foram levadas em consideração as recomendações que se referem à adoção de algum procedimento por parte do auditado, em face de uma impropriedade identificada pelos auditores internos, em campo.

**Quadro LXI – Descrição das Categorias**

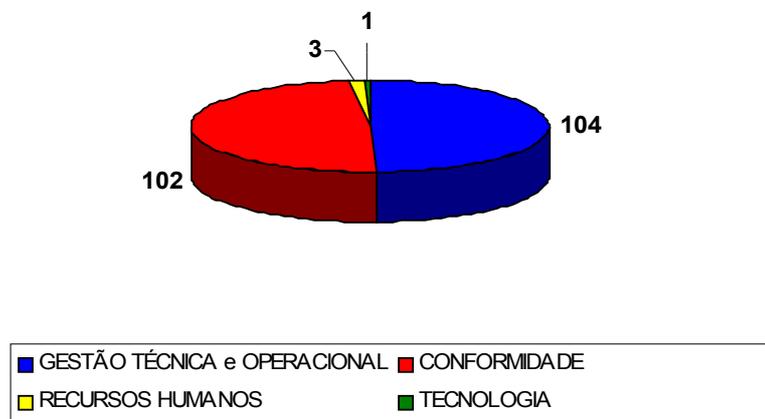
CATEGORIA	DESCRIÇÃO	SUBCATEGORIAS
Gestão Técnica e Operacional	Compreende as fragilidades resultantes da execução das atividades/tarefas e processos executados no dia a dia, envolvem não somente os aspectos operacionais, mas também os administrativos e financeiros. Podem ser falhas de controles internos, falhas na execução das atividades de rotina, problemas no fluxo dos processos, entre outras.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Procedimentos de acompanhamento e controle inadequados;</li> <li>• Falhas na execução das atividades;</li> <li>• Falhas na documentação e instrução de processos;</li> <li>• Outras.</li> </ul>
Conformidade	Falta de aderência dos processos e atividades às normas, leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ausência de normativos que podem impactar negativamente a gestão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ausência de normas internas;</li> <li>• Descumprimento de leis, normas e regulamentos;</li> <li>• Outras.</li> </ul>
Recursos Humanos	Deficiências oriundas de problemas de estrutura organizacional, qualificação do corpo técnico, deficiências de capacitação e gestão de recursos humanos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Deficiências de qualificação e capacitação;</li> <li>• Estrutura Organizacional</li> <li>• Outras.</li> </ul>
Tecnologia	Problemas que podem comprometer a disponibilidade, integridade e segurança da informação, inexistência ou deficiência de sistemas, equipamentos, controles e suporte aos empregados.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inexistência ou deficiência de sistemas;</li> <li>• Infraestrutura (equipamentos);</li> <li>• Outras.</li> </ul>
Infraestrutura	Deficiências na estrutura física (operacional e administrativa) e falta de equipamentos e mobiliário para suporte às atividades.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Operacional;</li> <li>• Administrativa.</li> </ul>

A seguir, são apresentados os gráficos que demonstram a distribuição das recomendações por tipo, categorias e subcategorias.

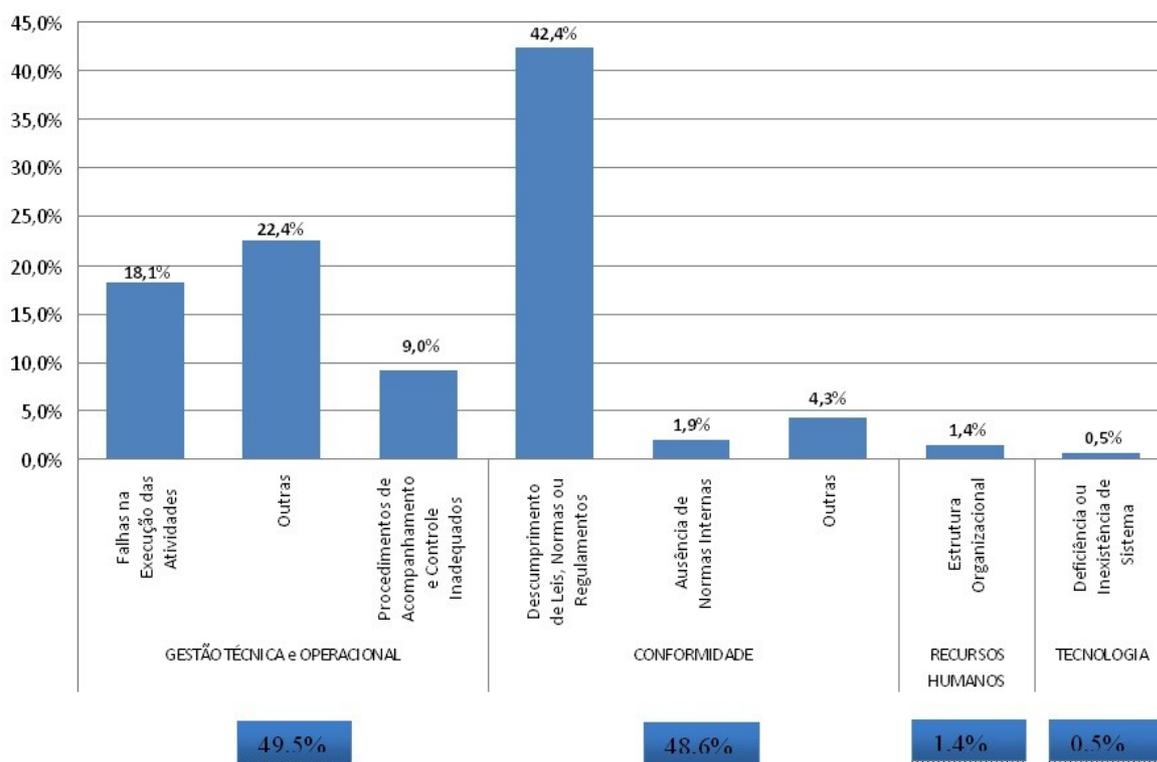
**Gráfico 2 - Quantidade de Recomendações por Tipo**



**Gráfico 3 - Quantidade de Recomendações por Categoria**



**Gráfico 4 - Recomendações por Subcategorias**



**Acompanhamento dos Resultados Alcançados com a Implementação das Recomendações da Audin**

A avaliação quanto aos resultados obtidos com a implementação das recomendações da Audin é feita por ocasião de novas auditorias realizadas posteriormente, no mesmo objeto. Todavia, pretende-se que esta análise seja realizada em auditorias específicas de acompanhamento de forma segregada. Tal medida depende, entretanto, da adoção das ações de reestruturação da Audin (com crescimento quantitativo da equipe de auditores, inclusive) pleiteada à Alta Administração da Companhia por meio da Nota Técnica Audin n.º 16/2012.

## Resultados e Conclusões

Diante do contido no presente Relatório de Gestão, pode-se concluir que a Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, por meio de sua Superintendência Regional no estado do Rio Grande do Norte, atuou no exercício de 2012, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e as regras que disciplinam os atos de gestão da Administração Pública Federal, buscando atingir a finalidade propugnada para os programas de governo.

Em razão de sua pequena produção agrícola, o Rio Grande do Norte caracteriza-se como estado destinatário do excedente agrícola das grandes regiões produtoras do país, notadamente, os estados da região Centro-Oeste. Diante disso, a Sureg/RN executa suas atividades na execução de programas de cunho eminentemente sociais, dentre os quais destacam-se o PAA e o Vendas em Balcão.

Em relação ao PAA, nos três períodos verificados (2010, 2011 e 2012), pode-se observar o aumento do número de projetos aprovados; de municípios atendidos pelo Programa; do volume de recursos financeiros destinados aos projetos; do crescimento da população com menor renda, além do crescimento da participação feminina.

Em relação ao Programa Vendas em Balcão, merece destaque a abertura da unidade armazenadora de Umarizal e dos polos de João Câmara e Lajes, para suprir a demanda por alimentos dos pequenos criadores dos municípios da circunvizinhança, para suprir a necessidade nutricional do rebanho do estado do RN, que passa por sérios problemas em decorrência da estiagem que assola a região nordeste do Brasil. A abertura desses novos centros de abastecimento foi de extrema importância para a permanência do agricultor familiar em sua região. Para se ter uma ideia da dimensão do problema, foi estimado pelos órgãos estaduais de controle animal a morte de mais de 50% do rebanho bovino do estado e entre 2011 e 2012 o expressivo aumento do número de cliente do Programa Vendas em Balcão em busca de suplementar a alimentação do seu rebanho.

Pode-se observar o contínuo aumento das atividades da Sureg/RN nos três exercícios financeiros apurados (2010, 2011 e 2012). Contudo, algumas dificuldades foram enfrentadas, como a falta e/ou qualificação de pessoal em algumas funções, especialmente na área operacional, notadamente nas atividades de fiscalização e supervisão do PAA, o qual no exercício de 2012 não pôde ser executada da maneira adequada em razão do exíguo quadro de pessoal e excesso de trabalho para o pequeno contingente. Para solucionar esse problema de pessoal a Conab lançou mão de algumas providências administrativas com o objetivo de suprir a falta de pessoal em alguns setores; e de reforçar as atividades finalísticas da Companhia. Para tanto, foi criado um adicional de 25% sobre o salário base para estimular a transferência de empregados de outras regionais para seu quadro efetivo e a instituição de avaliação de desempenho referente ao exercício de 2012, que deverá ser concluída em junho de 2013. Essa última providência busca, ainda, eliminar (ou, pelo menos, reduzir drasticamente) o ingresso de ações trabalhistas, as quais requerem uma elevada reserva orçamentária para cobrir despesas advindas de pagamento de depósitos recursais e de sentenças judiciais transitadas em julgado.

Outra dificuldade enfrentada pela regional do RN foi a ausência de metas a serem atingidas nos exercícios e de parâmetros condizentes com a realidade da regional. Dessarte, ficaram alguns questionamentos: Qual o índice ideal para o indicador? Para o exercício seguinte, qual deve ser o percentual a ser alcançado?, dentre outros. Embora, em 2012, tenha sido constituído um grupo de trabalho, que ficou encarregado de validar os objetivos estratégicos, metas e projetos para alinhar a gestão ao cumprimento da missão institucional.

Natal/RN, 31 de maio de 2013.

**ANEXO I - Demonstrações Contábeis**

- Balanço Patrimonial (ativo, passivo)
- Demonstração do Resultado
- Demonstração do Valor Adicionado
- Demonstração dos Fluxos de Caixa
- Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
- Composição Acionária do Capital Social

**Quadro LXII- Balanço Patrimonial**

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
CIRCULANTE	3.989.785.632,16	4.735.555.770,99
DISPONÍVEL	1.062.948,21	1.060.620,29
Aplicações Financeiras	1.062.948,21	1.060.620,29
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	1.257.680.697,73	1.049.032.903,78
CRÉDITOS A RECEBER	836.574.305,27	751.495.446,69
Devedores por Fornecimento	129.213.729,66	56.500.746,34
Créditos Tributários	254.355.142,72	241.839.835,13
Recursos a Receber	294.015.714,76	255.652.866,06
Créditos Diversos a Receber	158.989.718,13	197.501.999,16
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	415.358.599,17	292.645.279,10
Entidades Devedoras	14.332.120,28	9.357.615,19
Créditos Parcelados	300.036,20	333.691,76
Recursos da União	400.726.442,69	282.953.972,15
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	5.747.793,29	4.892.177,99
Adiantamentos a Pessoal	5.747.472,44	4.891.922,99
Adiantamento - Suprimento de Fundos	320,85	255,00
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	2.730.990.524,25	3.685.418.718,01
Estoques para Alienação	2.115.377.882,56	3.198.418.642,31
Estoques de Distribuição	238.923,69	833.496,89
Estoques Internos - Almoxarifado	2.131.162,27	2.361.623,43
Títulos e Valores em Circulação	726.894,10	297.510,99
Materiais em Trânsito	14.012.129,18	10.953.770,27
Compra Antecipada - Entrega Futura	598.503.532,45	472.553.674,12
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	51.461,97	43.528,91
Valores Pendentes	51.461,97	43.528,91
ATIVO NÃO CIRCULANTE	690.052.429,58	573.912.136,02
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	440.680.922,16	317.083.667,52
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	138.972.505,18	131.473.814,53
Recursos Vinculados	138.972.505,18	131.473.814,53
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	301.708.416,98	185.609.852,99
Devedores - Entidades e Agentes	859.260,58	18.009.747,77
Créditos Diversos a Receber	300.849.156,40	167.600.105,22
INVESTIMENTOS	78.259.470,34	80.222.308,20
Participações Societárias	27.803.290,88	27.803.290,88
Outros Investimentos	50.456.179,46	52.419.017,32
IMOBILIZADO	171.051.777,13	176.527.368,99
Bens Imóveis	291.652.350,92	283.851.400,50
Bens Móveis	81.451.507,83	78.406.481,55
Depreciações	(202.052.081,62)	(185.730.513,06)
INTANGÍVEL	60.259,95	78.791,31
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
CIRCULANTE	4.273.054.852,68	4.952.025.232,72
DEPÓSITOS	51.147.069,88	117.196.011,03
CONSIGNAÇÕES	3.011.624,79	2.085.251,58
Pensão Alimentícia	0,00	7.857,41
Planos de Seguros	204.020,81	171.862,58

Empréstimos	434.452,25	318.626,29
Outros Tributos e Consignações	2.373.151,73	1.586.905,30
<b>RECURSOS DA UNIÃO</b>	<b>20.586.329,15</b>	<b>17.168.338,92</b>
Recursos Fiscais	8.101.192,65	3.992.906,67
Recursos Previdenciários	12.485.136,50	13.175.432,25
<b>DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS</b>	<b>27.549.115,94</b>	<b>97.942.420,53</b>
<b>OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO</b>	<b>4.221.907.782,80</b>	<b>4.834.829.221,69</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>208.872.496,53</b>	<b>177.842.494,99</b>
Fornecedores	86.641.055,71	141.725.112,72
Pessoal a Pagar	516.919,24	23.155,73
Encargos Sociais a Recolher	1.215.411,52	1.081.527,22
Obrigações Tributárias	35.080,16	5.514.065,85
Débitos Diversos a Pagar	103.952.529,90	22.014.777,50
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	16.511.500,00	7.483.855,97
<b>PROVISÕES</b>	<b>234.073.968,59</b>	<b>242.630.604,68</b>
Provisão para Férias	34.855.212,97	28.907.028,79
ICMS s/Mercadorias para Revenda	360.985,37	948.502,50
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão para Contingências	129.702.306,05	142.621.396,31
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
Provisão p/IRPJ e CSLL	373.022,36	3.631.971,12
Provisão para o PIS/PASEP	33.268,41	0,00
Encargos Sociais sobre Provisões	13.029.501,44	10.802.033,97
<b>CREDORES - ENTIDADES E AGENTES</b>	<b>848.230.145,43</b>	<b>617.049.103,45</b>
Entidades Credoras	848.230.145,43	617.049.103,45
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>2.910.549.179,90</b>	<b>3.790.672.956,65</b>
Operações Especiais	2.910.549.179,90	3.790.672.956,65
<b>ADIANTAMENTOS RECEBIDOS</b>	<b>20.119.426,21</b>	<b>6.606.203,92</b>
Adiantamentos de Clientes	20.119.426,21	6.606.203,92
<b>VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS</b>	<b>38.207,12</b>	<b>3.899,48</b>
<b>OUTRAS OBRIGAÇÕES</b>	<b>24.359,02</b>	<b>23.958,52</b>
<b>PASSIVO NÃO - CIRCULANTE</b>	<b>1.639.318,35</b>	<b>18.228.235,37</b>
<b>DEPÓSITOS EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>69.420,00</b>	<b>69.420,00</b>
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
<b>OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
<b>OBRIGAÇÕES A PAGAR</b>	<b>1.569.898,35</b>	<b>18.158.815,37</b>
Entidades de Previdência Complementar	609.143,54	17.628.171,34
Entidades Federais	960.754,81	530.644,03
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>405.143.890,71</b>	<b>339.214.438,92</b>
Capital	302.801.001,74	223.180.498,85
<b>RESERVAS</b>	<b>102.342.888,97</b>	<b>92.323.612,21</b>
Reservas de Capital	0,00	26.544.719,04
Reservas de Lucros	102.342.888,97	65.778.893,17
<b>LUCROS A DESTINAR</b>	<b>0,00</b>	<b>23.710.327,86</b>
<b>TOTAL</b>	<b>4.679.838.061,74</b>	<b>5.309.467.907,01</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro LXIII - Demonstração dos Fluxos de Caixa**

DESCRIÇÃO	2012	2011
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda e da CSLL	69.894.883,89	35.142.943,63
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(66.444.651,42)	(16.445.192,33)
Depreciações e Amortizações	16.340.099,92	16.748.494,11
Aumento nas Vendas a Vista e Fat/Dupl. a Receber	(167.449.753,47)	(47.196.622,59)
Redução (Aumento) nos Créditos Tributários	(14.576.303,05)	49.251.717,85
Redução (Aumento) nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	(38.362.848,70)	(166.221.687,16)
Aumento nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Devedores	(122.151.749,90)	(173.023.690,24)
Aumento em Pessoal e Encargos	(193.659,85)	(320.418,61)
Redução nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	0,00	0,00
Aumento nos Valores Pendentes a Curto Prazo	(7.933,06)	(19.450,94)
Redução nos Empréstimos - Estoques Públicos	74.304.417,01	65.743.977,21
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	27.780.469,10	108.441.168,54
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(70.393.304,59)	86.253.330,61
Aumento nos Dividendos a Pagar	0,00	0,00
Aumento (Redução) nas Provisões	(8.929.658,45)	(4.405.658,85)
Aumento nas Entidades Credoras	231.181.041,98	67.826.769,11
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	13.513.222,29	(8.797.876,80)
Aumento nos Recursos Vinculados	(7.498.690,65)	(10.725.244,57)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.450.232,47</b>	<b>18.697.751,30</b>
<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Desincorporação de Outros Investimentos	1.962.837,86	40.532,10
Aplicações no Imobilizado e Intangível	(10.845.976,70)	(13.174.796,93)
Compras de Imobilizado	0	0
Recebimentos por Vendas de Ativos Permanentes	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(8.883.138,84)</b>	<b>(13.134.264,83)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>		
Transferência p/Aumento de Capital	0	0
Reserva Legal	0,00	0,00
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	(16.511.500,00)	(7.483.855,97)
Aumento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio a Pagar	9.027.644,03	5.044.603,76
Outras Reservas de Capital	0,00	0,00
Resultado de Exercício Anterior	12.919.090,26	0,00
Lucros a Destinar do Exercício	0,00	0,00
Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores	0,00	(3.036.040,38)
Pagamentos de Empréstimos	0	0
Juros Pagos por Empréstimos	0	0
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>5.435.234,29</b>	<b>(5.475.292,59)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
<b>VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES</b>	<b>2.327,92</b>	<b>88.193,88</b>
No Início do Exercício	1.060.620,29	972.426,41
No Final do Exercício	1.062.948,21	1.060.620,29

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro LXIV - Demonstração do Resultado do Exercício**

<b>DETALHAMENTO</b>	<b>2012</b>	<b>2011</b>
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.161.925.365,90	1.512.002.937,51
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	1.143.777.023,65	1.485.458.349,46
Vendas Estoques Estratégicos	709.832.816,18	1.045.067.566,87
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	433.908.271,75	438.978.418,25
Vendas Abastecimento Social	131,98	3.345,00
Vendas Atacado e Outros	55.487,57	371.148,25
Adição a Receita de Vendas	-19.683,83	1.037.871,09
RECEITA DE SERVIÇOS	18.148.342,25	26.544.588,05
Serviços de Armazenagem	18.101.716,25	26.544.588,05
Outros Serviços	46.626,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	24.073.328,76	51.072.109,48
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	1.137.852.037,14	1.460.930.828,03
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	1.788.252.026,05	1.802.447.120,83
CMV - Estoques Estratégicos	1.183.327.565,45	1.319.306.324,76
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	604.378.143,98	481.717.944,83
CMV - Atacado e Outros	546.316,62	1.422.851,24
ARREDONDAMENTOS	-9.920,43	32.070,11
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	-696.840.007,96	-554.555.037,22
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	46.449.939,48	213.006.674,31
(-)DESPESAS OPERACIONAIS	764.468.149,53	717.158.725,56
(-)DESPESAS DE PESSOAL	509.924.223,30	413.343.157,13
Vencimentos e Vantagens Fixas	332.652.424,04	276.891.485,50
Obrigações Patronais	126.840.878,84	103.612.351,72
Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	28.349.997,41	16.245.384,43
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	22.080.923,01	16.593.935,48
(-)DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	254.543.926,23	303.815.568,43
Despesas/Receitas Financeiras	346.700,78	118.982,68
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	28.586.805,52	28.990.855,03
Transferências ao Exterior	6.084.264,14	3.218.477,00
Material de Consumo	9.810.860,28	41.494.679,08
Diárias - Pessoal Civil	8.056.470,40	5.820.317,04
Passagens e Despesas com Locomoção	3.611.585,46	2.201.320,55
Serviços de Consultoria	16.050,00	1.200,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.652.212,98	2.375.404,13
Locação de Mão-de-Obra	19.417.652,25	18.151.435,12
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	96.070.236,48	95.088.211,61
Obrigações Tributárias e Contributivas	34.519.289,44	68.490.307,90
Aquisições de Bens para Revenda	0,00	39.508,41
Outras Despesas Operacionais	45.371.798,49	37.824.869,88
(+)RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	726.199.545,59	530.120.796,49
Transferências Financeiras	622.661.615,28	426.349.899,66
Multas e Encargos de Outras Origens	2.842.321,40	3.859.028,14
Indenizações e Restituições	89.216.674,18	91.201.398,09
Receitas Imobiliárias	5.472.456,95	5.265.428,31
Receitas de Valores Mobiliários	7.620,65	13.525,42
Receitas Diversas	5.998.857,13	3.431.516,87
(-) MOVIMENTAÇÃO INTERNA	0,00	-188.982,97
RESULTADO OPERACIONAL	8.181.335,54	26.157.728,21
OUTROS RESULTADOS	61.713.548,34	8.985.215,42
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE BENS	62.382.929,49	8.441.523,58
Alienação de Bens Móveis	-528.318,27	-195.251,94
Alienação de Bens Imóveis	62.021.722,58	8.328.321,75
Depreciação - Reversão	889.525,18	308.453,77
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	669.381,15	-543.691,84
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	69.894.883,88	35.142.943,63

Provisão para Imposto de Renda	270.890,59	2.651.679,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	102.131,77	980.291,62
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>69.521.861,52</b>	<b>31.510.972,51</b>
<b>LUCRO POR AÇÃO</b>	<b>37,38</b>	<b>16,94</b>

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro LXV- Demonstração do Valor Adicionado**

DESCRIÇÃO	2012	%	2011	%
1. RECEITAS	1.223.638.914,24	175,98	1.520.987.917,36	244,72
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.161.925.365,90	167,11	1.512.002.701,94	243,27
1.2 - Outros Resultados	61.713.548,34	8,88	8.985.215,42	1,45
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	1.237.000.179,82	177,90	1.412.640.897,96	227,29
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	1.092.608.112,80	157,14	1.250.111.215,84	201,14
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	144.392.067,02	20,77	162.529.682,12	26,15
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	-13.361.265,58	-1,92	108.347.019,40	17,43
4. RETENÇÕES	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
4.1 - Depreciação	17.608.598,02	2,53	17.050.037,05	2,74
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	-30.969.863,60	-4,45	91.296.982,35	14,69
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSF	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	726.295.187,03	104,45	530.230.886,20	85,31
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	695.325.323,43	100,00	621.527.868,55	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	564.854.207,35	81,24	466.503.587,64	75,06
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	58.103.893,70	8,36	117.452.488,38	18,90
8.3 - Juros e Aluguéis	2.472.338,49	0,36	2.428.848,90	0,39
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	69.894.883,89	10,05	35.142.943,63	5,65
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda	270.890,59	0,04	2.651.679,50	0,43
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	102.131,77	0,01	980.291,62	0,16
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	69.521.861,53	10,00	31.510.972,51	5,07
8.8 - Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	16.511.500,00	2,37	7.483.855,97	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	3.476.093,08	0,50	1.575.548,63	0,00
8.10 - Lucros Retidos	49.534.268,45	7,12	22.451.567,91	3,61

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

**Quadro LXVI - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido**

DISCRIMINAÇÃO	RESERVAS DE CAPITAL				RESERVAS DE LUCROS			
	Capital realizado	Correção Monet do Capital	Transf p/ aumento de Capital	Outras reservas de Capital	Reserva legal	Reservas de Retenção do Lucro	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
SALDO EM 01/01/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	12.386.320,64	11.570.455,95	44.541.368,28	318.223.362,76
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						40.246.567,95	-40.246.567,95	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES							-3.036.040,38	-3.036.040,38
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							31.510.972,51	0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERCÍCIO								22.451.567,91
CONSTITUIÇÃO DE RESERVA					1.575.548,63		-1.575.548,63	1.575.548,63
DIVIDENDOS PROPOSTOS							-7.483.855,97	0,00
SALDO EM 31/12/2011	223.180.498,85	25.373.084,13	443.496,71	728.138,20	13.961.869,27	51.817.023,90	23.710.327,86	339.214.438,92
CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	79.620.502,89							0,00
LUCROS A DESTINAR DO EXERC ANT							-23.710.327,86	0,00
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								12.919.090,26
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO							69.521.861,53	0,00
RES. DE CORREÇÃO MONET.DO CAPITAL		-25.373.084,13						0,00
RES. DE TRANSF.P/AUM.DE CAPITAL			-443.496,71					0,00
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL				-728.138,20				0,00
RESERVAS DE RETENÇÃO DO LUCRO						32.000.160,89	-49.534.268,45	49.534.268,45
CONSTITUIÇÃO DA RESERVA					4.563.834,91		-3.476.093,08	3.476.093,08
JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO							-16.511.500,00	0,00
SALDO EM 31/12/2012	302.801.001,74	0,00	0,00	0,00	18.525.704,18	83.817.184,79	0,00	405.143.890,71

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53

## Composição Acionária do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 302.801.001,74 (trezentos e dois milhões, oitocentos e um mil, um real e setenta e quatro centavos), dividido em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinquenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

**José Carlos de Andrade**  
Superintendência de Contabilidade  
Superintendente  
Contador CRC/DF 005969/0-5

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

### Sumário

Nota	Descrição	Nota	Descrição
01	Contexto Operacional	13	Endividamento
02	Elaboração e Apresentação das Demonstrações Financeiras	14	Depósitos de Diversas Origens
03	Alterações na Legislação Societária	15	Contingências, Compromissos e Responsabilidades
04	Resumo das Principais Práticas Contábeis	16	Operações de Crédito
05	Créditos Tributários	17	Provisão para IRPJ e CSLL
06	Limite de Saque com Vinculação de Pagamento	18	Juros Sobre Capital Próprio
07	Recursos a Receber do Tesouro Nacional	19	Resultado do Exercício
08	Devedores por Fornecimento	20	Patrimônio Líquido
09	Contas a Receber	21	Diversos Responsáveis em Apuração
10	Devedores – Entidades e Agentes	22	Benefícios Concedidos aos Empregados
11	Recursos Vinculados	23	Remuneração e Salários Médios dos Dirigentes e Empregados
12	Bens de Estoques	24	Termos de Cooperação Técnica

### Nota 1 – Contexto Operacional

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

Sua missão institucional é a de “*contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*”.

Quanto à sua estrutura física, esta é composta de unidades administrativas (Matriz e 25 Superintendências Regionais) e unidades operacionais, representadas por 97 complexos armazenadores, destinados à prestação de serviços de armazenagem de estoques públicos e privados.

### Nota 2 – Elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei

das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07, na Lei 11.941/09 e pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Como entidade da Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

Por força das Decisões Normativas – DN/TCU nº 124/2012, a Matriz e as Superintendências Regionais nos Estados do Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul e Tocantins, apresentam Processos de Contas individualizados, ficando as demais sujeitas apenas à elaboração do Relatório de Gestão.

Ainda com relação à elaboração das demonstrações financeiras, registre-se que certos ativos, passivos e outras transações, entre elas a constituição de provisões necessárias a riscos tributários, cíveis e trabalhistas, e perdas relacionadas às contas a receber e estoques, foram quantificados por meio de estimativas, as quais, apesar de refletirem o julgamento dentro de premissas fundamentadas, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem, eventualmente, apresentar variações aos valores reais.

### **Nota 3 – Alterações na Legislação Societária**

As Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, alteraram, revogaram, complementaram e introduziram dispositivos na Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76). Essas alterações e adaptações tiveram por escopo atualizar a legislação societária brasileira, de forma a viabilizar a convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil e as preconizadas nas normas internacionais de contabilidade emitidas pelo “*Internacional Accounting Standards Board (IASB)*”.

### **Nota 4 – Resumo das principais Práticas Contábeis**

Os critérios mencionados a seguir referem-se às práticas e aplicações apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

*a) Equivalente de Caixa:* Refere-se às aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez e baixo risco, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Atualmente, as aplicações, registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício, concentram-se em Títulos Públicos Federais.

*b) Créditos a Receber:* As contas a receber decorrentes da comercialização de mercadorias e serviços são registradas no momento da entrega e aceite pelos clientes.

*c) Estoques Públicos:* A formação e manutenção de Estoques Públicos são executadas através do orçamento da União, mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*c.1) Demais Estoques:* Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

*c.2) Valor Presente dos Estoques:* Em face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias para alienação, foram comparados pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da Conab, da 2ª quinzena de dezembro de 2012, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente dos estoques públicos sob a guarda da Conab, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004.

*d) Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem:* Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazenadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques **públicos, sujeitos a**

legislação específica.

e) *Almoxarifado*: Os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição.

f) *Investimentos*: Os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades.

Encontra-se provisionado o valor de R\$8.047 mil, destinado a cobrir possíveis perdas relativas aos investimentos em empresas que sofreram processo de liquidação, na sua maioria Estatal.

g) *Seguros*: A Companhia mantém cobertura de seguros em montante suficiente para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades (mercadorias, bens patrimoniais, etc).

h) *Imobilizado*: Demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98.

i) *Redução ao Valor Recuperável de Ativos (“impairment”)*: No exercício de 2012, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial.

j) *Benefícios a Empregados*: O plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são os de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença.

k) *Ajustes de Exercícios Anteriores*: Os ajustes de exercícios anteriores, na forma definida na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados; os ajustes efetuados no exercício de 2012, totalizaram R\$12.920 mil, e foram provenientes das baixas de provisão para contingências, dos valores relativos a liquidações de sentenças trabalhistas, ocorridas nos exercícios de 2010 e 2011.

#### *l) Reconhecimento da Receita:*

*l.1) Apuração do Resultado*: O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios para apropriação das receitas, custos e despesas correspondentes.

As receitas de vendas de produtos são reconhecidas quando os riscos e benefícios da propriedade dos bens são transferidos ao comprador e o montante da receita devidamente mensurado; por sua vez, as receitas de prestação de serviços são reconhecidas na ocasião da efetiva realização desses serviços e, no caso da Conab, restringe-se ao armazenamento de produtos em unidades operacionais próprias.

Os custos e despesas são reconhecidos quando há a redução de um ativo ou o registro de um passivo, e devidamente mensurados.

*l.2) Diferimento de Receitas*: O diferimento de receitas não realizadas, no montante de R\$17.957 mil, é decorrente dos registros de multas contratuais, em razão do elevado grau de insegurança do efetivo recebimento.

m) *Provisões para Contingências*: Encontra-se provisionado no Passivo Circulante, o valor de R\$129.702 mil, relativo às Contingências Praticamente Certas; a respectiva provisão encontra-se amparada pela Lei n.º 6.404/76, com as alterações promovidas pelas Leis n.º 11.638/2007 e n.º 11.941/2009 e em conformidade com a NPC/IBRACON n.º 22 e CPC n.º 23; no exercício de 2012, após análise do Relatório de Contingências, fornecido pela área Jurídica, entendeu-se não haver necessidade de complementar a respectiva Provisão, por ser ela suficiente para cobrir as possíveis

liquidações de sentenças que ocorrerem.

n) *Regime de Tributação*: Para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte “B” do LALUR.

#### **Nota 5 – Créditos Tributários**

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
ICMS a Compensar	254.178	241.699
IRRF a Compensar	56	36
Contribuições Outros Impostos	121	105
<b>Total de Créditos Tributários Circulante</b>	<b>254.355</b>	<b>241.840</b>

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de mercadorias e produtos, para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.

#### **Nota 6 – Limite de saque com vinculação de pagamento**

O montante de R\$294.016 mil, refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2013, de despesas processadas e liquidadas, relativas a gastos com custeio e Termos de Cooperação Técnica.

#### **Nota 7 – Recursos a Receber do Tesouro Nacional**

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macro função 02.03.18 – item 7.2 – Encerramento do Exercício, subitem 7.2.1.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$221.547 mil, que contempla o saldo de Recursos a Receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em Restos a Pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$27.117 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados em 2012, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, custeio e aquisições de produtos da agricultura familiar, contratadas, a pagar no exercício seguinte;
- R\$28.342 mil: referem-se aos valores inscritos em recursos a receber em 2012, decorrentes das aquisições contratadas em exercícios anteriores para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos (PRODEA);
- R\$155.892 mil: referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, representados por valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2013;
- R\$6.160 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0178, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte;

- R\$4.036 mil: referem-se aos valores inscritos em restos a pagar, fonte 0388, decorrentes de despesas com encargos da folha de pagamento, a pagar no exercício seguinte.

Os valores citados estão registrados por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.25.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”.

#### Nota 8 – Devedores por Fornecimento

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$129.214 mil, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias, prestação de serviços de armazenagem e produtos enviados para beneficiamento, cuja baixa é processada na ocasião do retorno deles.

#### Nota 9 – Contas a Receber

O total de R\$459.658 mil, representa a composição dos Créditos a Receber no Curto e Longo Prazo, compostos por créditos de Alienações de Bens Patrimoniais, créditos por Cessão de Pessoal, com ônus, a Órgãos Estaduais e Municipais, créditos por Acertos Financeiros com Empregados e Ex-Empregados, alusivos aos reembolsos de Serviços de Assistência à Saúde – SAS, débitos de armazenadores, relativos aos desvios e perdas de produtos pertencentes aos estoques públicos, Títulos a Receber a Longo Prazo, referentes a prestação de serviços em armazenagem, aluguéis e outros.

Os créditos a receber em cobrança na justiça e ajuizados, pertencentes aos estoques públicos, após os desfechos favoráveis dos processos à Companhia, as receitas decorrentes das atualizações serão reconhecidas nas demonstrações contábeis e os recursos financeiros arrecadados, transferidos ao Tesouro Nacional. Os processos com desfechos desfavoráveis, serão baixados contabilmente e registrados na equalização, em conformidade com a Portaria Interministerial MF/MAPA nº 038/2004 e estão assim demonstrados:

#### a) Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	8.358	4.081
Créditos por Cessão de Pessoal	316	743
Créditos p/Acerto Financ. C/Servidores	14.827	12.497
Créditos por Infrações Legal/Contratual	135.489	180.181
<b>Subtotal – Circulante</b>	<b>158.990</b>	<b>197.502</b>

#### b) Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Créditos por Alienação de Bens	56.387	7.546
Títulos a Receber	15.298	30.188
Outros Créditos	975	635
Créditos a Receber em Poder da Justiça	46.310	129.051
Créditos a Receber Pend. de Decisão Judicial	158.006	0,00
Créditos por Infrações Legal/Contratual	23.692	180.181
Subtotal – Não Circulante	300.668	167.420
<b>Total – (Circulante + Não Circulante)</b>	<b>459.658</b>	<b>364.922</b>

## Nota 10 – Devedores - Entidades e Agentes

Correspondem aos saldos de curto e longo prazo a receber, referente a Dotação Global, do contrato e Termo Aditivo nº 01, de 07/10/1994, firmado com o Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, que tratam das joias pelas entradas dos empregados das empresas fusionadas COBAL e CFP, recursos a receber da União, relativos aos valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos, a serem repassados pelo Tesouro Nacional e outros, assim demonstrados:

### a) Devedores - Entidades e Agentes - Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Devedoras - Federais	14.332	9.358
Créditos Parcelados	300	334
Recursos da União - Equalização	400.726	282.954
<b>Total – Circulante</b>	<b>415.358</b>	<b>292.646</b>

Em R\$ mil

### b) Devedores - Entidades e Agentes - Não Circulante

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Entidades Federais	609	17.628
Créditos Parcelados	188	307
Créditos a Recuperar	62	75
<b>Total – Não Circulante</b>	<b>859</b>	<b>18.010</b>

Em R\$ mil

## Nota 11 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, de causas trabalhistas e cíveis em andamento, registrados no Não Circulante, totalizando R\$138.972 mil.

## Nota 12 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O total de R\$598.503 mil representa o saldo a receber dos valores concedidos nos exercícios de 2003 e 2004, para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) – CPR Alimento; 2003 a 2006, para Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF) – CPR Especial; transformada em CPR Doação e CPR Estoque, a partir do exercício de 2007 até 2012; que serão quitados em produtos ou espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPR's Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Os estoques resultam nos seguintes saldos:

Em R\$ mil

Descrição	Exercício	
	2012	2011
Estoques de Mercadorias	2.115.378	3.198.419
Estoques de Almoxarifado	2.858	2.659
Materiais em Trânsito	14.012	10.954
Compra Antecipada - CPR	598.503	472.554
Estoques de Distribuição	239	833
<b>Total</b>	<b>2.730.990</b>	<b>3.685.419</b>

### a) Equalização de Preços

A finalidade da Atividade de Formação de Estoques Públicos é de regular o mercado e evitar desabastecimento, totalmente amparada e mantida com os recursos previstos na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/2004, sendo prevista a equalização para o equilíbrio das contas, tornando nulo o resultado em caso de prejuízo.

Quando a diferença entre a receita de venda e o custo com aquisição, manutenção e despesas com operacionalização, incluindo no custo as despesas que não puderam ser agregadas aos correspondentes estoques antes de seu encerramento, resultar em déficit, este é equalizado pelo Tesouro Nacional, sendo autorizada a amortização, por meio de lançamento contábil, desse prejuízo, na conta de Débito de Operações Governamentais, não havendo, portanto, repasse financeiro para cobertura do déficit.

A Receita obtida na venda e indenização de perdas dos estoques públicos é integralmente repassada ao Tesouro Nacional.

Todas as despesas amparadas pela Portaria Interministerial MF/MAPA, 38/2004, estão devidamente identificadas e contabilizadas no Sistema Integrado de Administração Financeira - SIAFI, hoje, disponibilizadas no Portal de Transparência do Governo Federal.

No exercício de 2012, as equalizações totalizaram R\$696.840 mil.

### Nota 13 – Endividamento

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2012, as obrigações circulantes, totalizavam R\$4.273.055 mil.

### Nota 14 – Depósitos de Diversas Origens

Estão representados pelo montante de R\$27.549 mil, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções, relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e Outros.

### Nota 15 – Contingências, Compromissos e Responsabilidades

#### *Passivo Contingente – Provável*

A Conab é parte passiva em processos das seguintes naturezas:

- *Trabalhistas*: Referentes a ações movidas por empregados, ex-empregados e entidades de classe, que na maioria, são representadas por pedidos de desvios de funções, cobranças de horas extras, equiparação salarial, adicionais de periculosidade e insalubridade, incorporações de diárias, funções gratificadas e outros.
- *Tributárias*: Decorrentes de autos de infrações lavrados pelo Instituto Nacional de Seguro Social - INSS e autos fiscais, referentes a cobranças de ICMS, pelas Fazendas Públicas dos

Estados.

- *Cíveis*: Com maior destaque para os processos de cobranças de indenizações de diferenças entre a inflação ocorrida no período e o índice utilizado para a correção de aplicações financeiras, durante os Planos Econômicos (Collor, Bresser e Verão), cobranças de armazenagens e outros.

As Contingências Passivas – Prováveis serão reconhecidas como provisão, após os desfechos desfavoráveis dos processos, que resultarem em obrigações a pagar, que certamente, irão desencadear em desembolsos financeiros pela Companhia, de acordo com os itens 10, 11, 18 e 28, do Pronunciamento do IBRACON NPC N° 22, aprovado pela Deliberação CMV n° 489, de 03/10/2005 e estão demonstradas conforme quadro a seguir:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Provável Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	48.603	66.445	110.195	212.373
Trabalhista	326.408	348.328	323.877	350.788
Tributária	8.021	8.052	16.346	16.346
<b>Total</b>	<b>383.032</b>	<b>422.825</b>	<b>450.418</b>	<b>579.507</b>

Em R\$ mil

### ***Passivo Contingente – Possível***

São ações de natureza Cíveis, Trabalhistas e Tributárias, com menor possibilidade de reconhecimento que as Provisões de Contingências Passivas – Prováveis. São compostas das seguintes ações:

- *Cíveis*: São representadas pelos processos judiciais que visam indenizações relativas as cobranças de diferença entre a inflação e planos econômicos, divergências de avisos de compra e venda de produtos, cobranças de prestação de serviços de armazenagens e outros.
- *Trabalhistas*: São ações judiciais movidas por empregados e ex-empregados e entidades de classe, que na maioria é constituída por ações oriundas de anistia administrativa (Lei n.º 8.878/94), licença-prêmio, anuênios, promoções por merecimento, promoções por antiguidade, ingressos no Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius, indenizações por danos morais e materiais, desvios de funções e outros.
- *Tributárias*: São demandas decorrentes de autos de infrações do INSS e do ICMS, lavrados por entes estaduais.

As ações estão assim demonstradas:

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Desembolso	
	2012	2011	2012	2011
Cível	12.130	118.234	15.481	131.747
Trabalhista	48.603	115.478	64.350	111.007
Tributária	75.186	108.621	21.821	108.892
<b>Total</b>	<b>135.919</b>	<b>342.333</b>	<b>101.652</b>	<b>351.646</b>

Em R\$ mil

### ***Ativo Contingente – Provável***

A Conab é parte ativa em processos judiciais das seguintes naturezas:

- *Cível*: Visando indenizações e cobranças por quebra de garantias ou infrações contratuais.
- *Trabalhista*: Visando reembolsos de depósitos judiciais e recursais, com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.
- *Tributária*: Visando restituições de indébitos tributários (INSS/ICMS) com desfechos dos processos favoráveis à Companhia.

Os ativos Contingentes prováveis serão reavaliados periodicamente, para determinar se a avaliação continua válida. Após nova reavaliação, se ocorrerem mudanças na estimativa, tornando-se uma entrada de recursos, praticamente certa, os ganhos serão reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, conforme o item 27 do pronunciamento do IBRACON NPC nº 22, aprovado pela Deliberação CVM nº 489, de 03/10/2005.

**As ações estão assim demonstradas:**

Descrição	Valor da Causa		Valor do Possível Recebimento	
	2012	2011	2012	2011
Cível	124.475	66.446	96.237	210.756
Trabalhista	8.429	348.328	7.089	350.768
Tributária	8.052	8.052	18.346	18.346
<b>Total</b>	<b>140.956</b>	<b>422.826</b>	<b>121.672</b>	<b>579.870</b>

Em R\$ mil

**Nota 16 – Operações de Crédito**

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2012, corresponde a R\$2.910.549 mil.

**Nota 17 – Provisão para IRPJ e CSLL**

As provisões relativas ao 4º trimestre do exercício findo em 31/12/2012, foram calculadas com base no Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR, consoante legislação fiscal e tributária prevaletentes, no valor de R\$271 mil e R\$102 mil, respectivamente.

**Nota 18 – Juros sobre Capital Próprio**

Neste exercício, nos termos dos artigos 192 e 202 da Lei nº 6.404/76, do art.9º da Lei nº 9.249, de 26/12/1995 e em face da previsibilidade contida no art. 28 § 3º do Estatuto Social, a Conab está distribuindo a título de juros sobre o capital próprio, a importância de R\$16.512 mil, imputados ao total dos dividendos devidos.

**Nota 19 – Resultado do Exercício**

O resultado da Companhia é composto pelo conjunto da movimentação econômica das operações executadas pela Companhia, representada com maior relevância a atividade de prestação de serviços de armazenagem de produtos de terceiros, alienação de bens moveis/imóveis, gestão e armazenagem dos estoques públicos, envolvendo a execução da Política de Preços Mínimos e Operações de Contratos de Opção de Vendas e outros. No exercício de 2012, a Companhia apurou o lucro de R\$69.895 mil, cujo resultado líquido (Após CSLL e IRPJ) é de R\$69.522 mil.

**Nota 20 – Patrimônio Líquido**

*a) Capital Social:* O Capital Social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

*b) Reserva Legal:* Com base no parecer nº 1.113/STN/COPAR/GEAFE, de 20/09/2011, foi efetuado o complemento da Reserva Legal apurada sobre o resultado do exercício de 2009, no valor de R\$1.088 mil. Sobre o lucro líquido auferido no exercício de 2012, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, foi constituída a Reserva Legal no valor de R\$3.476 mil.

*c) Reserva de Retenção do Lucro:* Em 31 de dezembro de 2012, foi constituída a reserva de retenção do lucro, no valor de R\$49.534 mil, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos.

## Nota 21 – Diversos Responsáveis em Apuração

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, com destaque para as contas Débitos de Terceiros em Prestação de Serviços e Responsáveis por Danos ou Perdas, onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques de milho e feijão em sua maioria nos estados de Mato Grosso e Paraná, e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás. No exercício de 2012, ocorreram diversas apurações; entretanto, em razão de novas inscrições nas rubricas “1.9.9.1.3.04.00 – Débitos de Terceiros em Prest. de Serviços e “1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas”, o saldo do grupo aumentou para R\$61.637 mil.

Em R\$ mil	
Exercício	Saldo
2011	34.997
2012	61.637

## Nota 22 – Benefícios concedidos aos Empregados

### a) Plano de Previdência Complementar

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios, a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, qualificada como Patrocinadora - Principal e o próprio Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius, qualificado como Patrocinador dos seus **próprios empregados**.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2012 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o salário de participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, além das contribuições regulamentares, repassa mensalmente, a título de amortização de dívida, relativa ao serviço passado, contratado por meio do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994 e do Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2012, foram amortizadas 225, de um total de 240 parcelas contratadas. O saldo corrigido da conta Contratos de Serviços nos exercícios de 2011 e 2012, respectivamente, foi de R\$26.986 mil e R\$14.941 mil.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por Auditores Independentes, pela Auditoria Interna da patrocinadora Conab, estando sujeitas a fiscalização e controle da Superintendência Nacional de Previdência Complementar – Previc. A Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela

própria entidade, nos termos da legislação previdenciária.

#### **b) Serviço de Assistência à Saúde – SAS**

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o Serviço de Assistência à Saúde – SAS, voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, Código 60.105.

As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo de Trabalho, 2011/2012, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2012, a Conab gastou com o SAS, o montante de R\$26.340 mil, beneficiando 4.452 empregados e seus dependentes. O saldo a receber em 31/12/2012, referente à participação financeira dos empregados é de R\$15.137 mil

#### **Nota 23 – Remuneração e Salários médios dos Dirigentes e Empregados**

De acordo com a Resolução Nº 3, de 31 de dezembro de 2010, art. 1º, letra “e”, da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União - CGPAR, nos exercícios de 2012 e 2011, as remunerações dos dirigentes e empregados, bem como os salários médios foram os seguintes:

Remunerações	Exercício	
	2012	2011
Maior Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Menor Remuneração Dirigente	23.945,89	23.884,29
Maior Remuneração Empregado	27.220,73	25.170,39
Menor Remuneração Empregado	1.131,31	884,31

Salários Médios	Exercício	
	2012	2011
Dirigentes	23.945,89	23.884,29
Empregados	3.150,45	2.642,62

#### **Nota 24 – Termos de Cooperação Técnica**

##### **a) Programa de Revitalização – PNUD**

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, conseqüentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: a) implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; b) modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); c) aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); d) estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica Social e Ambientalmente Sustentáveis; e e) promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados

provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto, em 2011 e 2012, foram executadas com recursos próprios da Conab, da Secretaria de Produção e Agroenergia – MAPA/FUNCAFÉ e Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/MAPA e os recursos repassados estão assim demonstrados:

Descrição	Exercícios	
	2012	2011
Repasse – Recursos Próprios	4.369	2.420
Repasse – Recursos FUNCAFÉ/MAPA	1.243	798
Repasse – Coord.-Geral de Orç. Fin. /MAPA	472	0
<b>Total de Repasses</b>	<b>6.084</b>	<b>3.218</b>

**b) Programa de Aquisição de Alimentos – PAA**

A Companhia, por força dos “Termos de Cooperação Técnica” mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu 1.180 municípios e 128.804 mil produtores/famílias, sendo adquiridas 297 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelos Decretos nº 6.447, de 07/05/2008 e nº 6.959, de 15/09/2009. O programa envolveu recursos na ordem de R\$666.083 mil no ano de 2012.

**Brasília – DF, 31 de dezembro de 2012.**

**RUBENS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Presidente

**JOÃO CARLOS BONA GARCIA**  
Diretor Administrativo, Financeiro e de Fiscalização

**MARCELO DE ARAÚJO MELO**  
Diretor de Operações e Abastecimento

**ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA**  
Diretor de Gestão de Pessoas

**SILVIO ISOPO PORTO**  
Diretor de Política Agrícola e Informações

**JOSÉ CARLOS DE ANDRADE**  
Superintendente de Contabilidade  
Contador CRC/DF 005969/0-5 CPF: 086.930.721-53